



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS
----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniu na sede da Junta de Freguesia, sita no Largo Doutor António de Sousa Macedo, número sete, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Carlos Medrano Victor, coadjuvado pela Primeira Secretária, Ana Cristina da Silva Pinto Marques, e pela Segunda Secretária, Maria Alfreda Ferreira da Fonseca, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1. Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia; -----

----- 2. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas de 2025; -----

----- 3. Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2026; -----

----- 4. Apreciação e votação da 1ª Alteração à Estrutura Orgânica; -----

----- 5. Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

----- 6. Apreciação e votação do protocolo a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto – ACEBA; -----

----- 7. Apreciação e votação da isenção do pagamento de taxas por força das consequências do mau tempo provocado pelas tempestades “Kristin”, “Leonardo” e “Marta”; -----

----- 8. Outros assuntos. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** José Augusto Ravasco Pato. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD):** Pedro Miguel da Silva Duarte, Gonçalo Duarte da Silva Armindo e Ricardo Filipe de Araújo Jorge Rodrigues. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** José Alberto Valério Diniz e Ana Sara Camarinha da Cunha e Souza Pinto. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** Ana Filipa Rodrigues Nunes Trem. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Catarina Valente Ferreira Pereira Ramalho. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL):** Miguel Francisco Pala Mendes da Rocha. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente, Carla Sofia Lopes de Almeida, Henrique Jorge Machado Ribeiro, Diogo da Cunha e Lorena da Silva e Ana Sofia Gonçalves Benthino. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Mariana Perry Vidal Fernandes de Almeida, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ricardo Rodrigues. -----

----- Rafael Pinto Borges. -----

----- (A convocatória da reunião com a respetiva ordem de trabalhos, a lista de presenças e as justificações de ausência são anexadas à presente ata e dela fazem parte integrante) -----

----- Às dezanove horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Fernando Marta** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, eu sou o Fernando Marta, sou membro da Associação de Moradores Somos Bairro Alto. Portanto, eu aproveito este momento, não para acrescentar nada de novo, mas apenas para relembrar a esta Assembleia o problema que continua a persistir no Bairro Alto e o problema refiro-me ao excesso de ruído contínuo, todas as noites, ou quase todas, o ruído continua a ser imenso, o que prejudica o descanso dos moradores. -----

----- O consumo de álcool na via pública, inclusive após a implementação desta nova regra da venda de bebidas alcoólicas para o exterior, pois é isso que não se verifica, continua a existir o consumo de álcool na via pública, que no nosso ponto de vista deveria esse regulamento, ou essa norma ser um bocadinho mais completa e existir a proibição do consumo do álcool na via pública. Eu não vejo que isto vá contrariar os direitos e garantias do cidadão, porque por outro lado, o direito ao descanso dos moradores também não está a ser consagrado neste caso. -----

----- O que temos verificado também ultimamente é o consumo de álcool por parte de menores de idade, o que é gravíssimo. Não sei que tipo de estabelecimento é que faz essa venda, porque é crime, portanto não é só um problema moral de os menores estarem embriagados e muitas e muitas vezes ambulâncias são vindas ao Bairro Alto para recorrer crianças em coma alcoólico e isso pode ser verificado através dos registos dos bombeiros. -----

----- Inerente a isto tudo, temos as manhãs que por muito que as equipas de higiene urbana queiram fazer, não conseguem. Não conseguem limpar ou lavar o lixo que é feito durante toda a noite. -----

----- Portanto, eu venho relembrar este problema que não é de agora, é um problema que já subsiste há bastante tempo e que nós não paramos de lutar por isso, não vamos parar, só que agradecemos que todos os presentes se debruçassem um pouco sobre o assunto e realmente nos ajudassem a resolver este problema. -----

----- Muito obrigado a todos.” -----

----- **Freguês Gilberto Abreu** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gilberto Abreu da Associação de Moradores do Bairro Alto, também para reforçar aquilo que o Fernando acabou de dizer e aquilo que vimos durante a Páscoa este ano, que foi uma coisa nunca vista, uma autêntica selvajaria e o desrespeito completo por todas as regras de convivência, de vivência em comunidade, por vezes por grupos de estrangeiros que vêm fazer para aqui aquilo que não podem fazer na terra deles e à frente das autoridades, que não fazem absolutamente nada, que assistem a um espetáculo miserável sem fazerem absolutamente nada.” -----

----- **Freguesa Marta Marques** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, o meu nome é Marta Marques, sou moradora da Freguesia e venho colocar o problema que já todos perceberam da Praça das Flores. Para além do ajuntamento de pessoas que se juntam lá a partir das 4 da tarde até às 2, 3 da manhã, é tudo à volta. -----

----- Portanto, não há respeito para as pessoas que vivem no bairro, depois há o problema das trotinetes. O que é que resulta? Toda a praça fica suja, os arredores, as ruas do bairro estão todas sujas, há o problema de estacionarem as trotinetes em



qualquer lado, as motas também e eu sugiro, se é que é possível, haver maior limpeza do bairro, principalmente da praça que está sempre cheia de sujidade, cerveja, bicharada.-----

----- Isto são as principais questões, até que ponto é que a Junta pode minimizar ou vigiar um pouco esta quantidade insana de pessoas e só estamos na primavera, imaginem no verão.-----

*----- **Freguês Daniel Martins** fez a seguinte intervenção:*-----

----- “Boa tarde. Venho reforçar aquilo que já foi dito, são problemas não só da Praça das Flores, onde eu vivo, mas são problemas que já são bem conhecidos, temos o Bairro Alto e o Cais do Sodré como maus exemplos e temos agora um terceiro polo daquilo que acho que como cidadãos e habitantes queremos evitar. Temos farmácias a fechar, temos talhos a fechar, que são substituídos por bares e por hostels, temos uma pressão gigantesca dos estabelecimentos comerciais que fazem lixo e tudo aquilo que os restantes já disseram.-----

----- Agrava-se um urinol na via pública, agravam-se problemas de iluminação pública que está apagada na nossa Junta de Freguesia há três meses, ou mais de três meses, arrisco a dizer há seis meses, uma situação que não é regularizada, luzes apagadas e as pessoas fazem o que lhes apetece.-----

----- Não há fiscalização, ao contrário de algumas zonas que até são policiadas e vê-se polícia de intervenção no Bairro Alto e no Cais do Sodré, apesar de ser ineficaz, temos ali uma zona que não é patrulhada e não pode ser normal.”-----

*----- **Freguesa Catarina Teixeira** fez a seguinte intervenção:*-----

----- “Boa tarde ou boa noite para todas, uma boa reunião, que seja uma boa reunião. -

----- Eu sou freguesa desta Freguesia, Catarina Silva Monteiro Teixeira, e vivo já aqui há 20 anos, sou voluntária sempre que posso para ajudar a Junta de Freguesia e os meus vizinhos e fregueses também. Tudo o que é necessário, chamar a atenção, dizer isto ou aquilo, crítica ou não crítica, eu faço tudo isto para bem dos fregueses e da Junta de Freguesia, estou aqui sempre para colaborar. Toda a gente sabe disso, mas ficam a saber.-----

----- Entretanto, eu não trago hoje grandes coisas para dizer, porque fui operada e não tive muito tempo de ver as coisas como devia ser, mas entretanto, quero dar os parabéns, porque isto eu não posso deixar de dar os parabéns por aquilo que se está a fazer na nossa Freguesia, que é o arranjo das ruas, que era aquilo que nós já esperávamos há muitos anos e a Junta anterior e outras anteriores, vínhamos sempre a queixar e até o Senhor Moedas, o Senhor Presidente, sabia muito bem disto, porque isto é uma zona de muitas pessoas de idade e que as ruas não eram compatíveis para eles poderem andar em condições.-----

----- Então eu fui uma das que também participei várias vezes no arranjo das ruas e qualquer coisa que eu vejo, eu não me calo, porque eu não sou daquelas de me calar, estou a fazer um bem para todos, porque nós devemos nos sentir bem onde nós estamos e quando vemos alguma anomalia não nos devemos calar, devemos sempre colaborar. Aceitem ou não aceitem, nós temos de transmitir aquilo que sentimos para bem da comunidade.-----

----- Entretanto, trago um recado também, que esta agora já é um bocadinho mais difícil. Há alguns fregueses que sabem que eu tenho assim um bocadinho de jeito para

falar na Junta de Freguesia e dizer aquilo que se passa, gostavam muito que as ruas fossem regadas porque o pó entra por todas as casas e aquelas que estão mais baixinhas, pessoas com alergias, eles pediam para ver se podiam regar as ruas para acalmar aquele pó. -----

----- É verdade, eu também vivo num primeiro andar e um rés-do-chão e o pó entra, com o vento que está entra por todas as frinchinhas. Eles então pediam, se possível ou não, isso já é uma decisão de quem está a colaborar com este trabalho, mas foi este recado que me pediram, deixar este recado e falar na Junta para ver se podemos ter um bocadinho mais de cuidado com as poeiras, porque há pessoas que já têm alergias. -----

----- Muito boa noite e bom trabalho. " -----

----- **Freguês Hilário Castro** fez a seguinte intervenção: -----

----- "Boa tarde a todos, sou Hilário Castro, lidero a Associação de Comerciantes do Bairro Alto desde 2013 e gostaria de fazer aqui um breve enquadramento do que é a Associação de Comerciantes do Bairro Alto. -----

----- A Associação de Comerciantes do Bairro Alto existe desde 1997 e desde 1997 trabalha em prol de um Bairro Alto melhor, com mais qualidade e temos estado envolvidos em diferentes desafios e muito particularmente aquele que vou mencionar a seguir, que tem lançado nos últimos tempos um grande borburinho e tem através de vários intervenientes feito e criado pressão junto de todos e nós estamos aqui nesta Assembleia exatamente para dar a cara, resolver e esclarecer. -----

----- Portanto, além da Associação de Comerciantes do Bairro Alto ter o seu escritório, ter as suas instalações e estar totalmente disponível para esclarecer o que precisarem, também nós, os elementos da direção, estamos disponíveis sempre que precisarem para esclarecer o que for possível. -----

----- Um dos grandes desafios que esta Associação teve foi em 2008, mais ou menos, o miradouro de São Pedro de Alcântara esteve encerrado, esteve fechado, esteve vedado ao público, vedado a todos, dois anos praticamente. Foi a presidência do Doutor António Costa que acabou por libertar o jardim, realizado as obras necessárias, intervencionado e aberto o jardim ao público. A partir de 2011 passam a existir eventos no miradouro de São Pedro de Alcântara. A Associação na altura não tinha condições, durante estes anos nunca teve condições para se atrever à organização. -----

----- A partir do momento, há dois anos, reunimos as condições e decidimos lançar o desafio. Lançar o desafio porque achávamos, também enquanto Associação sofriamos, digamos, a pressão dos comerciantes, um evento que acontecia frequentemente sem qualquer acesso ou direito aos comerciantes e isto aconteceu durante muitos anos. Sinceramente nunca vi grande parte destas pessoas que agora se sentem incomodadas preocupadas ou disponíveis para abraçar o desafio. -----

----- Certo é que há um ano e meio que esta Associação se lançou no desafio e lançou-se no desafio por uma razão muito simples, que é as associações não têm receitas, não têm formas de se financiarem, não têm apoios e o Bairro Alto atravessa e depara-se com desafios diários. Os problemas que aqui são relatados e outros mais e muitas das vezes com muitas dificuldades, com a disponibilidade de muitos comerciantes, conseguimos levar e ajudar a resolver alguns desses desafios. -----

----- Bem, há um ano e meio que esta associação se atravessou pelo projeto dos eventos no miradouro São Pedro de Alcântara e isto passou a incomodar muita gente. Aham



que a direção ficou rica, ou está aqui a lucrar com isso. Pois posso-lhes dizer que todas as receitas provenientes são empregues em prol do Bairro Alto. É um evento realizado no nosso bairro, é um evento em que a associação está disponível para vos prestar as contas que acharem necessárias e dentro daquilo que é possível as receitas provenientes são aplicadas para, digamos, o bem comum. Aliás, muitos dos comerciantes, hoje menos, mas muitos dos comerciantes também são moradores.-----

----- Esta Associação luta e por isso tem o nome de comerciantes, não está aqui a salvar uma atividade em especial. Nós abraçamos e temos como parceiros o alojamento, o comércio, o alojamento local, as unidades hoteleiras, a animação noturna, o fado. Portanto, todas estas atividades fazem parte da esfera da Associação de Comerciantes do Bairro Alto e quando nos deparamos com os problemas tentamos gerir sensibilidades, que é isso a base existencial de uma associação, é gerir tudo isto, que não é fácil porque dentro dos próprios comerciantes temos este problema de conflitos de interesses e a verdade é essa, é que a parte da animação noturna tem gerado e tem-se agravado ultimamente. -----

----- Durante muito tempo procuraram-se e houve a preocupação, Junta de Freguesia, comerciantes, a Câmara Municipal de Lisboa, de encontrar soluções que minimizassem o problema. Neste momento, parece agora começar a haver vontade da parte da Câmara em reativar essa vontade. -----

----- Até ao momento deparámos com imensos problemas, com portas fechadas, e isso resultou naquilo que pior pode acontecer, que é o impacto que acaba não só nos comerciantes, porque os comerciantes também acabam por sofrer por este impacto negativo, mas toda a vivência tanto habitacional como de lazer no Bairro Alto. -----

----- Também nos deparámos nos últimos anos com a perda e a diminuição de algumas atividades importantes e que faziam a diferença no Bairro Alto. O Bairro Alto tinha uma diversidade comercial muito interessante, com lojas alternativas, mas a falta de atenção de quem de direito acabou por gerar um grave prejuízo ao comércio do Bairro Alto, não proporcionando formas que visassem promover o comércio, todas essas lojas foram perdendo negócio e acabaram por sair do Bairro Alto. -----

----- O que é que deu? Deu que esses espaços todos viraram bares, viraram botecos, viraram vendas de álcool para a via pública e o resultado é este que temos, é investimentos que são feitos no Bairro Alto, investimentos grandes e com um problema que é agravado com cada vez mais o tipo de comerciante a instalar-se no Bairro Alto. Ele em nada favorece nem promove aquilo que nós queremos, que é um comércio de qualidade. -----

----- Também queria deixar aqui uma nota que é o regulamento do Bairro Alto e Bica. É importante e deixamos aqui uma sugestão à Junta de Freguesia, que está para breve haver uma revisão do PDM, que se analise com vontade para que se possa, algumas das medidas proibitivas que nós nos deparamos e principalmente do Bairro Alto, é um caso à parte da Cidade de Lisboa, tem limitações e proibições para tudo e alguma coisa. Felizmente, a tempo e horas perceberam que essas limitações apenas criavam outros problemas noutros locais e o regulamento tem que ser revisto, tem que ser analisado, tem que se permitir os licenciamentos e tem que se ajudar e apoiar os investimentos de qualidade, sejam eles no comércio, sejam na animação noturna, sejam

na restauração, sejam fado. Projetos de qualidade, é isso que nós pedimos à Junta de Freguesia, que nos ajude a promover o Bairro Alto. -----

Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se houvesse alguma informação que não se conseguisse esclarecer, podia ser feito na próxima reunião, conforme o Regimento. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era para si é um orgulho ver essa casa cheia. Era um dia particularmente especial, que ansiavam há muito tempo na Freguesia da Misericórdia, estiveram reunidos de manhã com a Senhora Vereadora Joana Baptista, que informou que finalmente iria arrancar o projeto piloto na Travessa da Queimada, a requalificação do Bairro Alto. -----

----- Já ansiavam isso desde 2021, finalmente alguém agarrou o projeto, ele saiu da gaveta e estavam na luta. Dia 4 de maio iriam receber informação os moradores e comerciantes nas caixas do correio, já estivera a articular com a Senhora Vereadora esses pormenores. Portanto, era uma boa notícia. -----

----- No Bairro Alto iriam ter um bocadinho mais de ruído, ruído das obras nessa fase, começavam em junho, mas achava que era um ruído por uma causa bastante nobre. -----

----- Interviera sempre junto do Vereador Diogo Moura, do Vereador Vasco Anjos, da Vereadora Joana Baptista, em todas as situações da Polícia Municipal e da PSP. Reportara todas as situações que lhe foram comunicadas e que tinha presenciado. Podia dar o exemplo do arrancar de uma porta, não estava na Freguesia, não sabia que horas eram da manhã, mas reportara diretamente para a PSP e para o Senhor Vereador Diogo Moura. Tinha recorrido muito a ele, tinham sido parceiros e isso não estava a fugir em nada daquilo que disse na sua apresentação, ou na tomada de posse. Se a Câmara Municipal fosse um parceiro, então trabalhariam e caminhariam em conjunto. -----

----- Até à data esses Vereadores tinham sido parceiros, tinham aberto portas e tido um comportamento exemplar. Não falava mal só por falar, não lhe pedissem isso porque não o fazia, dizia isso em todas as instâncias, estava ali para lutar pelo território no seu todo e pela população toda desse território. -----

----- Quanto à Praça das Flores, enviara no domingo um ofício para o Senhor Vereador Diogo Moura, Vasco Anjos e para o Senhor Presidente Engenheiro Carlos Moedas. Enviara também um WhatsApp para o Senhor Vereador Diogo Moura, que prontamente alinhou a estratégia consigo. Comprometeram-se a limpar a Praça das Flores às sete da manhã. -----

----- Houve ali um morador que disse que tinham três frentes e cada vez com mais lixo, os funcionários também não eram muitos, não conseguiram fazer a multiplicação, tinham um concurso ainda a decorrer, com os meios que havia tentavam gerir prioridades. -----

----- Assim foi, às sete da manhã a Praça das Flores estava limpa e tinha comunicado, mandara uma mensagem a dizer que a sua parte estava feita e iriam continuar a fazer. Houve logo um reforço imediato de policiamento e agradecera, porque achava que a quem fazia bem deviam agradecer e ser reconhecidos. -----

----- A Senhora Vereadora também já disse e o Senhor Vice-Presidente também já tinha dito, iriam ter um reforço de cerca de 300 efetivos da Polícia Municipal. Esperava que

conseguissem dar mais apoio ao território, em vez de estar só a tomar conta da Rua da Atalaia que se pudesse estender e ir a outras zonas da Misericórdia. -----

----- Já fizeram uma reunião de avaliação com a Associação de Moradores, com Associação de Comerciantes, com a Polícia Municipal, com a PM, com os Vereadores Vasco Anjo e Diogo Moura, a pedido da Junta, porque entregaram um ofício com uma avaliação sobre essa medida de implementação das novas medidas da venda para o exterior. Tinham solicitado que a medida fosse avaliada e que tivessem reuniões de avaliação com a presença de todos, porque a polícia podia estar, mas os moradores também estavam lá, viviam e sentiam na pele a realidade. Os comerciantes também sentiam na pele a realidade e nessa reunião tinha dito que a medida era boa, era positiva, mas não estava a surtir efeito. O que ela estava a causar era mais *botellon*, as colunas de som e a permanência de grupos na rua. -----

----- Tinha estado a desafiar para ver se essa medida ia mais além, se passavam para a proibição, porque ninguém podia fazer nada se estivesse a beber na rua, o que era proibido era a venda, não o consumo e isso também não era justo porque estava num estabelecimento, ia com o copo lá para fora e quem iria pagar a multa era o proprietário. Achava que isso não era coerente, achava que a medida tinha que ser acompanhada com mais rigor, tinha que ser uma medida mais justa. -----

----- Também foi dito que o regulamento de ruído que estava a ser feito pela Câmara e o regulamento de horários estaria para breve. Portanto, como até agora tinha havido uma parceria e uma lealdade, não tinha razões para desacreditar. Só podia dizer que estavam a trabalhar em parceria e que a Junta de Freguesia da Misericórdia estava ali disponível a 100%, a qualquer dia da semana, a qualquer hora para ajudar no que fosse preciso. Portanto, dispusessem. -----

----- Iriam tentar não deixar isso agravar mais, já devia ter sido atacado o cerne da questão há muitos anos, mas não valia a pena estarem para ali com lamentos. Achava que havia um problema, tinham que arranjar soluções, chover no molhado nunca resolveu nada. -----

----- Dirigindo-se à Dona Catarina, disse que ia perguntar ao empreiteiro da obra se podiam lavar a rua ou mandar com água, porque às vezes o facto de estarem a colocar água numa obra estava a prejudicar. Não sabia em que estado estava a obra, mas iria reportar. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que tinha alguns comentários à participação do público. Relativamente ao Bairro Alto, só fazer uma pequena correção à Senhora Presidente, o projeto não saiu agora finalmente, o projeto já estava a ser feito e já houve consultas públicas sobre o projeto no mandato anterior. Portanto, só essa pequena correção, o projeto já estava a ser feito, o processo já estava a ser tratado no mandato anterior e, claro, demorava o seu tempo, tinha uma consulta pública porque as pessoas tinham que se pronunciar sobre o projeto, houve várias reuniões públicas que as pessoas puderam ir participar e, portanto, não começou agora, não era um processo que começava agora e que saía agora finalmente, já começou no mandato anterior. -----

----- Relativamente aos agentes e às forças de segurança, a coligação que faziam parte apresentou uma proposta de mais policiamento nas ruas com uma super-esquadra no Bairro Alto, simplesmente porque acreditavam que, de facto, era essencial que houvesse mais policiamento nas ruas e não podiam estar a controlar só a Rua da Atalaia, tinham

de estar a controlar tudo o resto. A super-esquadra não foi uma ideia tirada do chat GPT, foi uma ideia pensada porque, de facto, a esquadra que havia no Bairro Alto tinha capacidade para albergar mais efetivos e capacidade para albergar uma equipa multifacetada, tanto da Polícia de Segurança Pública como da Polícia Municipal e tornar aquilo uma super-esquadra das duas entidades, tanto a nível municipal como a nível nacional.-----

----- Relativamente às limpezas da rua e à Praça das Flores, dizer que a Junta de Freguesia tinha muito o que fazer relativamente a isso, era um facto e não só pôr as culpas na Câmara Municipal de Lisboa. Sabia que não o tinha feito, antes que a Presidente dissesse que não fez, mas a Junta de Freguesia era quem fazia a fiscalização e cedia a esplanada ao quiosque que lá estava. O quiosque pagava para ter lá a esplanada e, portanto... não era a Junta de Freguesia que fiscalizava?-----

----- Independentemente de tudo, mesmo que fosse à Câmara Municipal, e tinha que ver isso porque a Junta de Freguesia tinha a responsabilidade de algumas esplanadas, podia não ter de todas, mas tinha de algumas esplanadas e tinha a ideia que também era dessa, mas ainda assim não descartava porque a Junta de Freguesia podia efetivamente pedir à Câmara que fosse reduzido o tempo. Portanto, efetivamente podia acontecer.-----

----- Relativamente a isso era basicamente o que queria dizer, mais higiene urbana, ressaltar que tinham que efetivamente dar uma melhor resposta à higiene urbana e à população relativamente à limpeza das ruas.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que já tinha enviado vários ofícios ao Senhor Vereador Diogo Moura a solicitar a redução do horário da esplanada, até como medida de prevenção para os outros estabelecimentos. Também tinha pedido para os outros, mas isso não era possível e o que ele disse foi que era uma medida avulsa, que tinham que ter uma medida mais musculada e o que dissera foi que o quiosque era gestão da Câmara e, portanto, se a Câmara comesse por aí davam o exemplo.-----

----- Estavam a tratar disso, ainda nesse dia, se quisessem consultar, esse assunto foi abordado em reunião de Câmara pela Vereadora Carla Madeira do PS e o Vereador Diogo Moura respondeu que tinha estado em estreita articulação com a Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia. Era o que tinham feito e brevemente iriam fazer uma saída e fazer ações de fiscalização.-----

----- O quiosque, já lhe pedira para harmonizar o horário de todos os quiosques. Portanto, isso era um compromisso, só que não conseguiam fazer tudo de uma vez, conforme disse do projeto. Quando dizia o projeto era o projeto, eram os desenhos, tudo isso nasceu em 21. Aquele projeto foi apresentado no tempo do Fernando Medina, quisessem ou não, aquele projeto foi apresentado a 23 de julho de 2021. Dizer que saiu da gaveta foi todo o resto do processo, para si era um projeto que estava pronto a seguir, ia para a consulta pública, tudo muito bem. Houve boa vontade, não estava ali a destratar. A si o que interessava era saber que o projeto ia começar, a si o que interessava era saber que dia 4 de maio tinham uma esperança, tinham uma luz e estavam a ver obra.-----

----- Já tinham ali muita obra na Freguesia, não lhe interessava quem fazia, mas já estava a ser feita. Tinham ali só seis meses, ainda não dava para tudo, havia muitas falhas, tinham muita coisa para corrigir, mas tinham muita vontade e estavam lá para trabalhar.-----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que antes de mais queria agradecer a presença dos fregueses estarem ali a partilhar as suas preocupações e o que gostariam de ver diferente na Junta. Pelo menos a título pessoal ajudava-o a saber quais eram as reivindicações e perceber que também era importante haver esse diálogo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e esse compromisso que a Senhora Presidente ali apresentou. Esperava que todos esses problemas que todos viviam na pele, uns mais do que outros, fossem resolvidos atempadamente. -----

----- Queria deixar essa nota de agradecimento a todos pelas intervenções. -----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que uma questão que queria colocar era sobre o Centro de Saúde do Cais de Sodré... -----

----- Sobre a intervenção do público, queria dizer que essas situações que foram ali colocadas eram situações reais e algumas delas pecavam por defeito, porque vivia no bairro há mais de 50 anos e constatava que, simultaneamente, sempre essas situações iam aparecendo e cada vez com mais situações e situações de violência, situações de degradação. -----

----- De qualquer forma, isso não era uma coisa que estivesse na mão da Junta para poder controlar a situação por si própria. Era uma situação que teria que ser pelas autoridades policiais e também pela Câmara Municipal, que com a sua Polícia Municipal poderia atuar de forma diferente daquela que atuava. Havia situações que se passavam nas barbas da polícia. Eles iam e viravam as costas para não atuarem sobre as mesmas situações. Isso era uma questão que degradava a vida e a saúde dos moradores. -----

----- **Membro Ana Sara Pinto (PCP)** começou por agradecer a presença numa Assembleia tão participada, que era importantíssima. Era muito bom ver tanta gente a participar e a expor os seus problemas. -----

----- Sabia que, de facto, essas questões não dependiam só da Junta de Freguesia, dependiam de altas instâncias, mas quantos mais fossem e quantas mais solicitações existissem, mais e-mails, mais referências, mais registos em ata das coisas que as pessoas de facto se queixavam, pensava que ganhariam ali força. -----

----- Também vivia na Freguesia já há muito tempo e antes de viver frequentava durante a sua adolescência e início da vida adulta o Bairro Alto e notava realmente uma diferença imensa no tipo de vivência e de comércio. -----

----- Tal como foi referido, havia comércio tradicional e comércio alternativo. A Rua do Norte era conhecida precisamente por ter uma série de lojas alternativas. Às vezes as pessoas deslocavam-se de dia ao Bairro Alto para fazerem as suas compras, depois acabavam por almoçar ou por lanchar no Bairro Alto. Havia imensos estabelecimentos de restauração que funcionavam de dia com almoços e à noite com jantares. -----

----- O que também tinham de pensar ali em conjunto era um pouco o que podiam fazer para atrair as pessoas não só para a noite, mas também para o dia, como acontecia. Era possível passar um dia e noite no Bairro Alto passeando, vendo e comprando ou sonhando comprar nas lojas alternativas e depois à noite ficar então para divertir. Tinham de pensar ali em soluções conjuntas para serem apresentadas. -----

----- Sobretudo agradecia muito a presença de todos para poderem ganhar força ali na Freguesia. O resto dos problemas já foram muito falados e mencionados e agradecia também terem sido expostos. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que celebrar o 25 de Abril não era apenas recordar uma data. Era renovar uma escolha, era lembrar que a liberdade não caiu do céu, não nasceu de um decreto, não foi oferecida por generosidade de quem demandava. -----

----- A liberdade foi conquistada por coragem, por lucidez, por povo, por militares que souberam estar do lado certo da história e por uma vontade coletiva que decidiu que Portugal não podia continuar calado, cinzento e ajoelhado. Abril foi o momento em que o país deixou de pedir licença para existir, foi o momento em que os portugueses passaram de súbditos a cidadãos. -----

----- Essa mudança, convinha dizer, não foi pequena. Mudou a escola, mudou a saúde, mudou o trabalho, mudou a cultura, mudou a relação entre homens e mulheres. Mudou o modo como cada pessoa passou a olhar para o Estado e sobretudo para si própria. -----

----- Mas Abril não foi apenas uma festa nacional. Abril foi também a fundação da democracia próxima, da democracia que não vivia apenas nos grandes palácios institucionais, mas também nas Freguesias, nas ruas, nas escadas, nos mercados, nas escolas, nas associações, nos clubes, nos centros de dia, nos jardins, nos passeios que precisavam de reparação e nos vizinhos que precisavam de resposta. -----

----- Era por isso que falar de Abril numa Assembleia de Freguesia era falar no lugar certo, porque a democracia começava muitas vezes ali, no poder local. Começava quando uma população podia eleger quem a representava. Começava quando os problemas concretos deixavam de ser invisíveis. Começava quando a política tinha rosto, nome, porta aberta e obrigação de prestar contas. -----

----- A Constituição era clara. A organização democrática do Estado compreendia a existência de autarquias locais e as Freguesias eram uma dessas autarquias. Não eram um adereço administrativo, não eram uma nota de rodapé, eram a democracia organizada em proximidade, eram a expressão institucional de uma ideia simples e poderosa. Ninguém melhor que uma comunidade do que quem nela vivia, trabalhava, passava, envelhecia, educava os filhos, abria comércio, participava em associações e cuidava dos seus espaços comuns. -----

----- Na Misericórdia essa ideia tinha uma força especial. Estavam numa Freguesia onde Lisboa se revelava em muitas camadas, o Bairro Alto, a Bica, Santa Catarina, São Paulo, Cais do Sodré, Chiado, as ruas antigas, a vida noturna, o comércio tradicional, a pressão turística, os moradores de sempre, os novos residentes, os visitantes, a cultura, a memória e a mudança. -----

----- Ali a democracia não era abstrata. Ali a democracia media-se na capacidade de equilibrar direitos, proteger moradores, valorizar o espaço público, apoiar os mais velhos, integrar os mais novos, defender a cultura e garantir que a cidade não se transformava num cenário bonito sem povo dentro. Era precisamente por isso que Abril continuava atual. -----

----- O Presidente da República lembrou na Assembleia que a liberdade exigia responsabilidade, instituições íntegras, transparência e justiça social. Disse em substância algo que deviam levar muito a sério, que a liberdade não era apenas poder falar, era também poder viver com dignidade. Quem vivia esmagado pela pobreza, pela solidão, pela habitação impossível, pela precariedade e pela falta de esperança, vivia formalmente em liberdade, mas não vivia plenamente livre. -----

----- Era essa a grande tarefa democrática do tempo atual, transformar liberdade política em progresso social. A democracia não podia limitar-se a abrir as urnas de quatro em quatro anos, tinha de abrir portas todos os dias. Portas da escola, da saúde, da habitação, da cultura, do emprego digno, da participação cívica e da confiança nas instituições. Era aí que encontravam uma diferença profunda entre quem acreditava na democracia e quem apenas a usava como palco. -----

----- Havia quem celebrasse Abril compreendendo o seu significado, havia quem discordasse, debate, criticava, propunha e ainda bem. A democracia precisava de confronto de ideias, mas havia também quem entrasse nas instituições democráticas como quem entrava num estúdio de televisão à procura da frase fácil, da provocação do dia, da fotografia viral e do escândalo seguinte. -----

----- Esse ano viram uma coisa curiosa, viram até uma curiosa inovação botânica na cerimónia do 25 de Abril, cravos verdes. Nada contra flores. A democracia devia ser suficientemente generosa para acolher até arranjos florais confusos, mas convinha reconhecer o momento pelo que ele foi, uma tentativa de disputar o símbolo de Abril sem compreender Abril e talvez sem compreender sequer o símbolo escolhido. -----

----- O cravo vermelho em Portugal não era uma decoração, era uma memória coletiva, era o símbolo de uma revolução que recusou a violência como destino e escolheu a liberdade como caminho. Trocar-lhe a cor não era criatividade política, era no mínimo uma distração cromática e quando essa escolha ainda tropeçava numa história cultural que associava o cravo verde a outros significados bem conhecidos desde Oscar Wilde, a coisa tornava-se quase pedagógica. -----

----- A direita populista quis fazer uma provocação histórica e acabou a oferecer uma aula involuntária de simbiótica. Pena era que não tivessem ficado para o teste. -----

----- Mas fossem justos, também havia mérito em conseguir errar a história. A simbologia e a mensagem no mesmo gesto não era para todos. Era preciso treino, era preciso insistência, era precisa aquela forma muito especial de confiança que só a ignorância e a estupidez conseguiam oferecer. -----

----- O problema, porém, não era a cor do cravo. O problema era o vazio da proposta, porque o populismo vivia de gestos, mas fugia das soluções. Vivia de indignação, mas recusava a complexidade. Vivia de apontar culpados, mas raramente apresentava caminhos viáveis. Prometia limpar o país, mas quando se perguntava como respondia com slogans. Prometia defender o povo, mas dividia o povo. Prometia autoridade, mas enfraquecia as instituições. Prometia verdade, mas alimentava a suspeita. Prometia coragem, mas muitas vezes confundia coragem com grosseria e firmeza com ressentimento. -----

----- Governar não era gritar mais alto. Governar era escolher prioridades, era fazer contas, ouvir, planear, executar, corrigir. Era responder perante os cidadãos, era ter propostas para habitação, para a mobilidade, para o envelhecimento, para a limpeza urbana, para a segurança, para a cultura, para o comércio local, para a infância, para a juventude, para quem vivia e trabalhava ali. -----

----- Numa Freguesia como a Misericórdia não bastava dizer o povo primeiro, era preciso saber que povo era esse. Era preciso conhecer os moradores que resistiam à pressão imobiliária, os comerciantes que mantinham viva a identidade local, os trabalhadores que limpavam a cidade antes de muitos acordarem, os idosos que

precisavam de proximidade e cuidado, as crianças que precisavam de espaço para brincar, os jovens que precisavam de futuro, as associações que mantinham viva a participação, a cultura que fazia dessa Freguesia uma das almas de Lisboa. -----

----- O poder autárquico era uma das maiores conquistas de Abril porque obrigava a política a descer à rua e quando a política descia à rua a propaganda ficava mais difícil. Na rua não bastava dizer que se amava o povo. O povo respondia “então resolve-me este problema”. Na rua não bastava dizer que se defendia Portugal. Portugal perguntava: “E a minha escola? E a minha rua? E a minha renda? E o meu centro de saúde? E o meu passeio? E o meu direito de viver aqui?” Por isso a democracia local era tão importante, porque era concreta, porque era verificável, porque não se escondia atrás das bandeiras, nem de flores, nem de frases inflamadas. A democracia local era feita de trabalho, presença e responsabilidade. -----

----- Naturalmente, a democracia era imperfeita. Abril não resolveu tudo, nenhuma revolução resolvia tudo. Continuavam a ter desigualdades, pobreza, solidão, problemas de habitação, precariedade, desconfiança das instituições e muitas promessas por cumprir, mas a grande diferença era essa. Em democracia os problemas podiam ser denunciados sem medo, debatidos sem censura e resolvidos por ação coletiva. Em democracia ninguém tinha de sussurrar, ninguém tinha de pedir autorização para pensar, ninguém tinha de fingir concordância. -----

----- Por isso tinham de ser exigentes. A melhor forma de honrar Abril não era transformá-lo numa fotografia antiga, nem numa cerimónia previsível, nem num ritual de nostalgia. A melhor forma de honrar Abril era cumprir Abril na transparência, cumprir Abril na habitação, cumprir Abril na escola pública, cumprir Abril na igualdade entre mulheres e homens, cumprir Abril na proteção dos mais frágeis, cumprir Abril na cultura, no poder local, todos os dias, também ali na Misericórdia. -----

----- Aos que tentavam menorizar Abril deviam responder com memória. Aos que tentavam falsificar Abril deviam responder com cultura. Aos que tentavam dividir o país deviam responder com comunidade. Aos que faziam da política uma fábrica de medo deviam responder com esperança e aos que confundiam um cravo com um truque de comunicação deviam responder com sorriso porque havia momentos em que a própria história tinha sentido de humor. -----

----- Mas o essencial era mais sério. A democracia venceria se o povo a quisesse viva e acreditava que queria, que apesar do ruído, da irritação e do cansaço, a maioria dos portugueses sabia distinguir entre protesto legítimo e manipulação, entre coragem e espetáculo, entre crítica democrática e destruição institucional, entre propostas sérias e frases para as redes sociais. Abril venceu uma vez porque houve vontade popular, Abril continuaria a vencer se essa vontade se renovasse nas urnas, sim, mas também nas Assembleias de Freguesia como essa, nas associações de moradores que ali estavam representados, nos debates públicos que faziam, nas escolas, nas ruas, nas escolhas de todos os dias. -----

----- A responsabilidade, enquanto eleitos locais, era simples de dizer e difícil de cumprir. Estava na hora e na altura dessa herança, estava na altura da liberdade que receberam, estava na altura da confiança que lhes foi dada, estava na altura dessa Freguesia plural, como viam, exigente, histórica e viva. Que nunca lhes faltasse memória para reconhecer de onde iam, que nunca lhes faltasse humor para desmontar a

ignorância, que nunca lhes faltasse coragem para enfrentar a demagogia, que nunca lhes faltasse a esperança para continuar a construir ali, na Misericórdia, uma democracia mais próxima, mais justa e mais digna. Porque Abril não era de quem mudava a cor do cravo, Abril era de quem não desistia da liberdade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha que dar os seus parabéns pela intervenção e pela eloquência na apresentação das ideias. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que fazia suas as palavras do Senhor Presidente, era uma grande intervenção. No seu caso fruto de Abril, era neto de Abril ou filho de Abril, como quisessem, mas vivia e queria estimar Abril como os seus avós, os seus pais lhe ensinaram a estimar. Portanto, o seu obrigado pelo discurso e dava-lhe uma palavra de apreço relativamente a isso. -----

----- Feita a nota, queria só deixar ao Executivo algumas questões. Desde a última Assembleia de Freguesia que o Executivo assumiu compromisso com a Assembleia que não cumpriu. Queria perguntar ao Executivo como pretendia responder à Assembleia, se tinham que fazer requerimento ou se podiam confiar no Executivo e que ia responder à Assembleia. Isso porque o CDS apresentou um requerimento sobre o pavimento da escola e foi dada a resposta e muito bem, depois o CDS pronunciar-se-ia sobre o assunto, mas o quadro pessoal que foi aprovado, o documento, faltava um valor, não foi enviado atualizado. -----

----- Foi referido na última ata, tinha estado a ler a ata e, de facto, estava lá referido que faltava um número, que era o maior número de todos. Foi aprovado na confiança que iria ser enviado aos Eleitos a nova informação, assumiu o compromisso de dar resposta àquilo que tinha feito questão relativamente aos atestados de residência. Assumiu, não valia a pena estar a citar, bastava ler a ata. Assumiu o compromisso de que a Junta de Freguesia iria enviar aos Eleitos a informação e não enviou. -----

----- A questão que fazia ao Executivo era simples, era como queriam que os Eleitos fizessem chegar ao Executivo os pedidos para que conseguissem ter resposta aos mesmos, porque se faziam ali questões que ficavam em ata era assumido o compromisso, não era enviado e passaram-se quatro meses desde a última Assembleia de Freguesia. Queria perguntar ao Executivo qual a forma que os eleitos tinham de propor ou de perguntar ao Executivo e que o Executivo desse resposta. -----

----- O requerimento funcionou e só perguntava se, cada vez que queria fazer uma pergunta, tinha que fazer um requerimento ou se estava no direito, como eleito local, de fazer uma pergunta. O Executivo estava no seu direito de não dar a resposta logo, mas tinha que a dar era por isso que ali estavam. Era um órgão deliberativo e de escrutínio. Portanto, tinham que ter a capacidade de escrutinar e, como Abril ensinou e a democracia ensinou, havia uns que eram eleitos para serem escrutinados e havia uns que eram eleitos para escrutinar. Se não tinham as informações todas, de facto, era impossível escrutinar tudo. -----

----- Era proposto nessa ordem de trabalhos que se debruçassem sobre o quadro pessoal, mas não foi enviado o quadro pessoal atualizado no último número, faltava um número, que eram 37 trabalhadores. Não foi enviado para os Membros da Assembleia de Freguesia essa correção. -----

----- Outra, não foi enviado o relatório de atividades para os Membros da Assembleia de Freguesia. Portanto, esse ponto não ia poder ser discutido porque não tinham essa

documentação. Não foi enviado para os Membros, segundo as partilhas que foram fazendo não receberam. -----

----- A questão que fazia era como a Junta queria ser escrutinada, porque tinham o direito de a escutinar. Como a Junta queria ser escrutinada, sabendo que tinham que ter essas informações. -----

----- Depois queria só saber o ponto de situação sobre a Travessa dos Pescadores. Sabia que os moradores já não tinham sofrido tanto com quebras de energia e, portanto, congratular a Junta pelas diligências que tomou e que na altura referiu essas diligências. -----

----- Relativamente à Travessa do Jasmim e envolventes, a situação continuava a ser muito precária. Ainda no outro dia passara lá e tinha visto dejetos humanos na rua, o que não fazia sentido nenhum. Sinceramente, achava que tinham de ter uma Assembleia só para falar sobre o Príncipe Real.-----

----- No fundo era isso, precisava mesmo que lhe respondesse, porque senão passava a fazer requerimentos à Junta e a Junta aí se respondia ao CDS responderia ao PSD. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** pediu desculpa por não ter enviado essas informações. Tinha pedido aos serviços, se não foi enviado pedia imensa desculpa. ----- Estava ali era para fazer pontes e para unir, não estava ali para responder a uns e não responder a outros.-----

----- Houve documentos que foram enviados por o e-transfer, não sabia se ficou alguma coisa presa, mas assumia a sua falha, a sua culpa. -----

----- Nesse Mapa Pessoal estavam lá os números todos, mas também podia enviar os números antigos. Era um lapso e estava a assumir o erro, não era preciso fazer requerimentos. Se quisessem fazer por escrito e sentissem mais seguros, perfeito, era como quisessem. Daria as informações. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que fazia aquilo que a Junta assegurasse que era tranquilo para poder dar resposta. Se dissessem e assumissem ali o compromisso e ficar em ata que assumiam o compromisso, que aquilo que pediam o compromisso era chegar, por si tudo bem. Só precisava que a Junta definisse essa metodologia, estava seguro com aquilo que definissem. Não se sentia mais seguro por uma via do que por outra, porque isso ficava tudo em ata. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que então, e para ficar registado em ata, pedia aos serviços que enviassem o Mapa de Pessoal durante o dia seguinte e verem o que se passou com o relatório de atividades.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que ficava com uma dúvida. O que o Membro Gonçalo Armindo estava a falar era que não recebeu o mapa corrigido ou se não recebeu a informação daquilo que faltava. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que na última Assembleia de Freguesia, na última linha não tinha o número, o cálculo, mas depois não chegou a informação. Até foi à aprovação e tinha feito o reparo, estava em ata.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que garantidamente era um erro seu, porque ficara confuso com o assunto. Pedia imensa desculpa, erro seu. Estava convencido que ficara resolvido e não justificava fazer isso, mas devia ter feito.-----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que depois da ode à liberdade por parte do Henrique podia errar dez anos. Falhar os números era um pormenor, foram brindados



por essa lição e achava fantástico poder beber desse conhecimento, com a certeza que o fazia de coração aberto para que todos pudessem evoluir-----

----- Se havia noite que gostava de ter vivido teria sido essa noite de 24 para 25 e o restante dia, gostava muito de ter vivido essa noite. Como infelizmente não tinha vivido, ia celebrando todos os anos com todo o gosto. -----

----- Que a liberdade se mantivesse, a liberdade de poderem opinar e de ter posições contrárias, a liberdade e o respeito de terem visões divergentes, que a liberdade e o respeito não fossem oprimidos nem maniatados por outrem e que a liberdade nunca levasse ninguém a ser demitido do seu local de trabalho. Era isso o importante, que as pessoas não perdessem o seu trabalho pela liberdade de escolherem o que queriam. -----

----- Quanto ao PAOD, gostava de parabenizar a equipa da brigada de obras, bem como a equipa do Senhor Feijão, que já era colaborador dessa Junta desde 2013, que fazia uma manutenção do espaço público fantástica. Andava muito a pé pela Freguesia e realmente era um trabalho de louvar aquilo que as equipas faziam e achava que isso tinha que ser salientado e tinha que se parabenizar.-----

----- No entanto, isso levava a outra questão, todos os passeios que eles reparavam, se já nenhum deles estava em período de reabilitação por parte dos empreiteiros, se já passou a vigência desse período. Falava por exemplo da Rua de São Paulo, que estava toda a levantar. Os blocos estavam todos levantados e eram as equipas que tinham lá andado a reparar. Gostava de saber se já não estava sob a tutela dos empreiteiros e se já passou a garantia da obra.-----

----- Depois, outro passo importante porque era importante o ar que respiravam, a plantação de árvores na Freguesia. Também achava que foi muito importante esse assinalar e que agora, com a requalificação do Bairro Alto, se conseguissem também levar para zonas pedonais, não as zonas que estavam abertas ao trânsito, mas as zonas pedonais, esse tipo de árvores, se conseguissem fazer essa pressão e essa força também o Bairro Alto ficaria a ganhar, como diversas áreas da Freguesia já estavam a ganhar. --

----- Gostaria de colocar uma questão à Senhora Presidente, saber como estava o ponto de situação das casas de banho públicas, se já estavam abertas ou não. Por desconhecimento seu não fazia ideia se já estavam abertas ou não e pedia desculpa se já estivessem abertas, porque não sabia mesmo, era por desconhecimento seu. -----

----- Depois, sobre a higiene urbana, achava que tinha sido feito ao longo dos anos um trabalho de melhoria, de acrescento de valor, de contratação de pessoal, mas a verdade era que não conseguiam controlar quem fazia as coisas com mais ou menos brio e deixava só uma nota. Eles tinham que saber que estavam identificados, eles estavam fardados e todas as pessoas sabiam quem eles eram. Chegava muita informação que o colaborador A, B ou C era desleixado quando estava a fazer a lavagem, fazia a lavagem só até um certo determinado ponto, não fazia as ruas todas e achava que era importante passar-lhes essa informação, que eles eram a cara da Freguesia. -----

----- Havia dois serviços que eram a cara da Freguesia, o serviço porta-a-porta e o serviço de higiene urbana. Todos os outros serviços podiam falhar um pouco. Esses serviços, quando falhavam, o Executivo levava “porrada” pelas falhas desses serviços. Não era andar com um pau atrás de ninguém, mas era fazê-los ver, fazê-los entender que era importante, que as pessoas observavam e depois queixavam-se. Havia elementos a fazer um trabalho de excelência, faziam com brio, com gosto, e depois

havia muitos que apenas estavam simplesmente a cumprir o horário de trabalho e isso não era bom. -----

----- Dito isso, pedia imensa desculpa, não tivera mesmo muito tempo para preparar outro tipo de questões para o PAOD. Foi o seu pequeno contributo, mas acima de tudo para parabenizar o trabalho feito até ali. -----

----- Deixava só uma questão que não ia entroncar depois com as propostas mais à frente. Chegou-lhe uma informação que, no início do ano, uma associação de comerciantes fez um pedido para fazer uma feira em comemoração do 25 de Abril e que foi dado um parecer favorável pelos serviços e que à posteriori foi chumbado pela Presidente. Era o Senhor Alberto, dono da empresa, que fez uma associação ADMRL, Associação de Desenvolvimento de Mercados da Rua de Lisboa, que fez uma proposta para o mercado, ter um mercado no miradouro no mês de abril. Foi-lhe dado um parecer favorável pelos serviços e depois foi chumbado pela Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Travessa dos Pescadores estava inserida no que tinha dito, estavam a articular esforços e iriam para o terreno, tanto com a higiene urbana como com a Polícia Municipal e fiscalização. Podia não resolver o problema de imediato, mas se baixassem os braços o problema continuava. Tinham que ser persistentes, resilientes, mesmo que sentissem estar desgastados, mas não podiam deixar que eles levassem a melhor. -----

----- Quanto à equipa das obras dos passeios, não tinha de momento a informação se a vigência já passou, se a obra estava em garantia ou não, mas comprometia a dar essa informação. Para que ficasse registada em ata, como pretendia que o fizesse. -----

----- Zonas pedonais com árvores, também estavam a tentar escolher alguns sítios, estavam a ver em colaboração com o espaço público e em colaboração com um grupo de voluntários dessa área que tinham e que queriam ajudar a tratar dos jardins e da Freguesia. -----

----- Sobre as casas de banho públicas, como sabiam, foi uma obra que fizeram através do PRR. O que acontecia a maior parte das vezes, quando se fazia o projeto com o mapa e o caderno de encargo estava num estado, quando se começava a partir aquilo encontrava-se de outra forma e estava mais obsoleto do que se previa. Entretanto, já abriram o das Taipas, o Camões estava pronto, só não havia porque tinham uma rotura de água no piso, no Largo de Camões. Já solicitaram à EPAL e à CML ajuda para isso. Faltava só afinar o da Trindade Coelho. Do Príncipe Real, tinham ali um caso mais complicado e que teriam de analisar, porque aquilo corria o risco de abater, tinha sérios problemas e teriam que fazer uma nova vistoria. -----

----- Quanto à associação ADML, não tinha dado parecer nenhum porque justamente estavam a preparar um protocolo, que levavam ali nesse dia, com a associação que costumava fazer habitualmente as comemorações do 25 de Abril, desde há dois anos. ---

----- Como sabiam, as iniciativas e as comemorações do 25 de Abril eram feitas com a prata da casa. As associações, as coletividades, as entidades eram sempre convidadas a participar e tinham a participação da associação de comerciantes, que iria fazer esse mercado no 25 de Abril. Sempre o assim foi. Portanto, esse senhor, não lhe tinha dado parecer nenhum. -----

----- **Vogal do Executivo Sofia Bentinho** disse que em relação ao grupo de voluntariado eram todos bem-vindos. Quem se quisesse juntar ao grupo de voluntariado para cuidar ali dos jardins, canteiros da Freguesia, eram todas e todos bem-vindos. -----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que as casas de banho estavam a ser abertas gradualmente, consoante se identificavam e resolviam os últimos problemas. Por exemplo, numa das que estava fechada ainda faltavam umas fitas antiderrapantes que estavam a ser postas pelo construtor, como era sua obrigação. -----

----- Não receberam a obra sem antes verificar que tudo que estava contratado foi feito, mas esperavam tê-las abertas em breve. -----

----- Em relação à higiene urbana, a intervenção foi muito relevante. Havia ali dois aspetos que eram muito diferentes e que tinham de trabalhar os dois, esse Executivo estava a trabalhar os dois. Um era a perceção, que era muito importante. Por exemplo, a questão de lavar a rua só até meio, isso por vezes acontecia por motivos técnicos. Não podiam lavar a rua toda de uma vez até ao fim porque aí ficava acumulado o lixo numa rua que não estava a ser lavada. Então, muitas vezes a metodologia era lavar até meio durante a manhã, a outra metade durante a tarde e a equipa no fim apanhava. -----

----- Havia uma população no meio que era apanhada, mas a população tinha de compreender isso. Era perfeitamente normal uma pessoa que via à porta dela se sentisse extremamente indignada e isso era um trabalho de comunicação que tinham de fazer junto das populações. Era muito importante para perceberem como estavam a trabalhar para elas. -----

-----A outra questão de terem trabalhadores com mais e menos brio, era verdade, acontecia em todos os sítios, ali refletia-se também na avaliação dos próprios trabalhadores e em casos limites, em que houvesse problemas por exemplo de indisciplina chegavam até a implementar processo disciplinar quando tal se verificava. Acompanhavam todos os casos que tomavam conhecimento, mas reconheciam a necessidade de valorizar quem trabalhava melhor e mostrar aos restantes que esse era o caminho que deviam seguir. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que da higiene urbana era mesmo isso, valorizar quem estava melhor e não queria dizer que os outros fossem maus, se calhar era mesmo um problema de perceção e da forma como comunicavam. -----

----- Tinha um documento de 19 de fevereiro de 2026, que finalizava assim: “Dado que até à data não foram formalizados outros pedidos para o local, nem foram publicados procedimentos públicos de seleção para o efeito e uma vez que o projeto em causa, embora ocupe 300 metros quadrados, não privatiza de forma massiva mais do que metade do espaço, patamar superior do miradouro, salvaguardando a pluralidade do espaço, que o equipamento proposto é adequado, submete-se à decisão de consideração superior.” -----

----- O parecer da Presidente era negado a dia 11 de março. Tinha dito o nome errado há bocado, Mário José da Silva Gonçalves. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que o que tinha dito era uma associação. -

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que eles se identificaram quando mandaram a mensagem como associação. Voltava a ler o nome da associação, que era para ficar gravado. Associação de Desenvolvimento dos Mercados da Rua de Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que de associação não tinham recebido nenhum pedido. Receberam um pedido, mas como ainda estavam a definir o calendário para as comemorações de Abril nem sequer responderam. Portanto, a data que foi dado o parecer, 11 de Março, foi a linha de raciocínio. -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** disse que em defesa do CDS, para o CDS não ser ali privilegiado, em novembro, numa Assembleia extraordinária, não tinha escrito nenhuma recomendação, falou oralmente sobre o pavimento da Escola Abel Varzim e, posteriormente, na Assembleia de Freguesia ordinária em dezembro fizera a recomendação escrita. No dia 19 de março, Dia do Pai, foi uma data que teve um parecer ali da Junta de Freguesia a informar que as obras iam-se realizar nas férias da Páscoa, de seis a dez. -----

----- Agora queria perguntar se estava tudo em conformidade, se as obras foram finalizadas, e queria agradecer a intervenção desse Executivo, visto que esse problema já ia do anterior Executivo e houve várias conversas e nada foi feito da melhor forma possível, ou melhor intervenção, ou melhor conversa entre ambas as partes. Portanto, agradecer ali ao Executivo que ouviu e leu a sua recomendação e atuaram ali. -----

----- Não era para si como eleita do CDS, não era para o Executivo, mas sim dar melhores condições às crianças que frequentavam as escolas da Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que enviaram a informação para o agrupamento de escolas para ser também divulgada aos encarregados de educação, mas a sua ideia era enviar também para os Membros da Assembleia. Portanto, iria pegar nesse e-mail e reenviar. Pedia imensa desculpa. -----

----- O pavimento correu bem, não fizeram só o pavimento, optaram por pôr uma porta que fazia de antecâmara, porque nos dias que chovia os pais não tinham que estar à chuva lá fora. Estavam a tentar ver se também conseguiam no pátio, havia lá duas janelas muito degradadas e estavam a tentar substituir essas duas janelas. -----

----- Dizer que também fizeram obras no ginásio. -----

----- Quanto à parte do outro Executivo, nunca lhes chegou relatos, pelo menos que soubesse, que tivesse conhecimento, de que a tinta estava a sujar. Só chegaram relatos em setembro e foi o que sempre disse. Portanto, tiveram uma oportunidade e fizeram. --

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** disse que a Senhora Presidente tomou funções em outubro e, portanto, tinha que dar só a resposta a partir de outubro. O anterior não estava a exercer funções. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era Vogal da educação. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** começou por dar os parabéns pela intervenção inicial, porque de facto era um filho de Abril. O seu pai tinha dezassete anos, nasceu em 1956, por uma questão de meses não foi para a tropa e talvez não estivesse ali se ele tivesse nascido mais cedo. Isso fazia-o pensar como seria 52 anos atrás se tivesse a idade do seu pai e a conclusão que chegava era que seria quase indiferente as cores partidárias atualmente, se era esquerda ou direita, o que interessava era os democratas ou antidemocratas. Celebrar Abril também era isso, era celebrar as diferenças, respeitar o próximo e perceber que o que os unia era muito mais do que aquilo que os separava, sobretudo dentro dos valores democráticos. -----

----- Para quem fugia desses valores democráticos, ou para quem gostaria de ver três salazares, ou para quem queria usar cravos com cores diferentes, esses seriam sempre

uma minoria. Concordava com a intervenção nesse sentido também. Essa minoria era uma minoria saudosista, era uma minoria ressentida e as suas opções representavam certos complexos que os transtornavam ainda nos dias atuais. -----

----- Portanto, queria no fundo agradecer a alguns presentes que estiveram presentes no dia 25 de Abril, sobretudo nessa Junta de Freguesia que foi tão fotografada nessa data e que foi tão presente nessa comemoração e agradecer a sua liberdade a quem participou. Queria acreditar que era um dos que estaria de lutar por ela também nessa altura e, portanto, agradecer a qualquer um que, independentemente de cores partidárias, teve um impacto positivo e que fez com que o dia 25 de Abril acontecesse. -----

----- Viva Abril! E mais uma vez agradecia a todos.-----

----- Gonçalo Armindo disse que tinha recebido por parte de alguns fregueses reclamações, não foi especificamente relativamente à organização da Junta de Freguesia, mas achava que a Junta de Freguesia podia ter um papel importante relativamente a isso, que era o funcionamento dos atos eleitorais. Isso porque já não era a primeira vez que acontecia e, como saberiam, sabia bem o movimento que havia na escola, mas recebera relatos de que a escrutinação das pessoas era mal feita e muitas vezes houve moradores que foram votar e que já tinham sido escrutinados. Ou seja, já tinha sido dado baixa do seu nome nos cadernos eleitorais. -----

----- Isso reforçava o papel da Junta de Freguesia de pelo menos haver, não sabia se existe e se existisse tinha de ser melhor, se não existisse tinha que passar a existir uma real formação das pessoas que iam para as mesas, porque já não era a primeira vez que isso acontecia. Isso aconteceu nas eleições autárquicas, aconteceu nas presidenciais, que tivesse tido conhecimento e nas presidenciais não foi uma, não foram duas, foram cinco ou seis que tivera conhecimento de pessoas que ficaram impedidas de votar porque o seu nome já tinha sido descarregado. -----

----- Portanto, achava que tinha de haver um pouco mais de cuidado. Sabia que ainda por cima as pessoas estavam a receber, tinha de haver um pouco mais esse cuidado. Dizia isso porque nas eleições autárquicas havia muita gente nova, que era a primeira vez que estava a fazer e que não tinha noção daquilo que estava a fazer. Isso porque já fazia mesas desde os 18 anos, sabia o que custava fazer mesas, sabia que era difícil, sabia que era um dia chato, mas as pessoas tinham de fazer cumprir e a Junta tinha de ser a salvaguarda disso. Não sabia se fazia alguma coisa ou não, mas se não fazia tinha de fazer, porque não podiam ter pessoas a não poder exercer Abril na Freguesia da Misericórdia. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que essa questão tinha muito a ver não era com a Junta, era com os partidos que indicavam as pessoas para as mesas de voto. Havia uma bolsa, mas se calhar podiam era arranjar uma forma de fazerem a formação. A NAU tinha formações, a Câmara dava formações, mas essa questão partia também de cada um, tentar indicar e ter consciência. Por exemplo, quando participava às reuniões para a escolha dos membros até chegavam a dizer que a função do Presidente era muito importante, convinha perceber se a pessoa estava apta ou não, porque senão como teriam experiência? Tinham de dar uma oportunidade a todos. -----

----- Portanto, ficava o compromisso de todos tentarem divulgar e fazer uma força para resolver a questão -----



----- Gonçalo Armindo disse que era certo que os partidos tinham de o fazer, mas os partidos faziam, pelo menos do que conhecia quase todos os partidos faziam. A sua questão era as pessoas que iam para a bolsa, na bolsa da Junta. -----

----- Como sugestão, a Câmara Municipal de Lisboa tinha essa possibilidade no seu currículo formativo. Portanto, era com naturalidade que essa bolsa fosse contatada pela Junta de Freguesia e que fosse articulado com a Câmara Municipal essas sessões de formação. -----

----- Era isso que estava a dizer, não estava a dizer que os partidos não davam. Os partidos davam, só que nem todas as pessoas que iam para as mesas eram militantes dos partidos. Portanto, essa formação que os partidos davam não chegava a toda a gente. Gostava que chegasse mais, mas não chegava, porque depois não se metiam só militantes dos partidos, metiam pessoas que queriam e demonstraram interesse em ir para as mesas e cada vez era mais difícil. Entendia que enquanto Junta de Freguesia tinham esse papel ativo de garantir. -----

----- A sua única questão não era passar culpas para a Junta ou passar culpas para a Câmara, a questão não era essa. A sua questão era garantir que as pessoas votavam. Era a sua única questão e se era a Câmara a dar a formação achava que tinham que ter um papel ativo relativamente a isso e que a Junta podia tomar diligências nesse sentido. Era a única questão. Os partidos tomavam essas diligências. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que tinham aí um bom desafio para lançar à Câmara, porque quando a Câmara convocava podia na convocatória dizer que ia existir uma formação para aquele âmbito e fazer uma campanha de sensibilização. Achava que isso era excelente. Normalmente, quando o partido indicava, mesmo que não fosse do partido, quando havia as formações englobava essas pessoas. Até seria mais fácil para a Junta de Freguesia, porque os funcionários não tinham que sair dali à meia-noite. Tornava-se mais leve o processo. Estavam completamente de acordo. Abril não morreria. -----

----- Disse que a colega do Executivo Doutora Luísa Rodrigues não estava porque fez uma pequena cirurgia à vista e não podia estar. Desejou uma boa Assembleia para todos e incumbiu de reportar a ausência dela. -----

----- **Membro Catarina Ramalho (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *Pelos 20 anos do assassinato de Gisberta Salce Júnior* -----

----- *No dia 22 de fevereiro de 2006, no Porto, foi brutalmente assassinada Gisberta Salce Júnior, mulher trans, imigrante brasileira em situação de sem-abrigo, vítima de dias sucessivos de agressões por um grupo de adolescentes, vindo o seu corpo a ser lançado a um poço de água num edifício abandonado.* -----

----- *O assassinato de Gisberta revelou, de forma particularmente cruel, a interseção de várias opressões, transfobia, misogenia, racismo estrutural, xenofobia e pobreza, tornando visível a vulnerabilidade extrema em que vivem muitas pessoas trans, migrantes e em contexto de sem-abrigo em Portugal.* -----

----- *A comissão pública que seguiu ao crime mobilizou movimentos LGBTQIA+, feministas, organizações de direitos humanos e setores da sociedade civil, que fizeram de Gisberta um símbolo de luta por dignidade, reconhecimento e proteção legal para as pessoas trans e para todas aquelas que são alvo de violência e de ódio.* -----

----- Ao longo de duas décadas a memória de Gisberta foi preservada em vigílias, ações públicas, iniciativas culturais, canções, peças de teatro e debates que ajudaram a transformar o modo como o país discute identidade de género, violência de ódio e responsabilidade do Estado na proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. ---

----- Vinte anos depois persistem em Portugal discursos e práticas transfóbicas, ataques a pessoas LGBTQIA+, barreiras no acesso à habitação, ao trabalho e à saúde para pessoas trans e situações de violência institucional que revelam que o lugar de Gisberta permanece uma exigência de justiça e transformação efetiva das políticas públicas. ----

----- Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia delibere: -----

----- Expressar o seu profundo pesar pelos 20 anos do assassinato de Gisberta Salce Júnior, guardando um minuto de silêncio; -----

----- Reconhecer Gisberta como um símbolo da luta contra a transfobia, o ódio e a exclusão social, afirmando o compromisso desta Assembleia com a defesa intransigente dos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, origem nacional, situação económica ou condição social; ---

----- Recomendar ao Executivo e à Assembleia de Freguesia que continuem a desenvolver e reforçar políticas locais de combate à discriminação, de proteção de pessoas LGBTQIA+, e apoio a pessoas em situação de sem-abrigo e de acolhimento de pessoas migrantes e refugiadas, articulando-as com associações e coletivos que trabalham diretamente com estas comunidade; -----

----- Enviar o presente voto de pesar à família de Gisberta, às organizações trans, LGBTQIA+, com intervenção em Portugal, e às entidades da rede de apoio a pessoas em situação de sem abrigo, dando conhecimento da presente de liberação. -----

----- Lisboa, 22 de fevereiro de 2026-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que queria fazer um pequeno comentário. Era humanista e então defenderia sempre a dignidade humana, independentemente do seu género, da sua educação, da sua orientação sexual, ou de outras classificações que poderiam atribuir, ou que por vezes eram atribuídas. Portanto, para si a pessoa estava sempre acima de tudo. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que queria agradecer ao BE por ter apresentado esse voto de pesar que a Iniciativa Liberal iria acompanhar e, de facto, fazer ali uma ligação também com o que se passava na política nacional. Era muito triste ver aquilo que se passou no Parlamento há cerca de um mês, onde foram aprovadas propostas do PSD, do CDS, também por parte do Chega, a impossibilidade de jovens entre os 16 e os 18 anos com a autorização dos pais fazerem a alteração do nome do registo em consequência do género, o que estava mais que comprovado que tinha ligações, tinha consequências diretas em taxas de suicídio, depressões e problemas psicológicos. -----

----- Em outros temas não iriam concordar, mas gostava de deixar essa nota e agradecer ao Bloco de Esquerda por ter levado esse tema. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelos 20 anos do assassinato de Gisberta Salce Júnior”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- *Pelo 52º Aniversário do 25 de Abril de 1974* -----

----- *O CDS, na qualidade de partido fundador da democracia portuguesa, saúda o 52º aniversário do 25 Abril de 1974.* -----

O Abril longínquo de 1974 que consagrou a plena liberdade para todos, não foi efémero e revestiu-se de um conjunto de factos que moldaram o nosso futuro. -----

----- *Foi Abril que restaurou os direitos civis e políticos, que estabeleceu uma verdadeira separação de poderes, a liberdade de imprensa e de opinião, e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte de 1975, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais autoritarismos, reafirmando a democracia, a liberdade e a tolerância em todos os atos eleitorais até à atualidade.* ----

----- *Foi Abril que permitiu um amplo reconhecimento internacional de Portugal e a adesão à Comunidade Económica Europeia.* -----

----- *Foi Abril que, incontestavelmente, trouxe o desenvolvimento e o pluralismo político, económico e social que transformou o nosso país.* -----

----- *Foi Abril que implementou o poder local e que desenvolveu Portugal, suprimindo as carências que o poder central persistia em ignorar.* -----

----- *É o Abril intemporal, o Abril sem donos, sem censura, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado, nem nunca estará! Mas é a ele que devemos a possibilidade de sermos responsáveis pelo nosso destino.* -----

----- *Celebrar Abril é, pois, a busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos restituiu. É identificar e combater, quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. E porque brevemente também se celebra o 1º de Maio é, o momento para recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores.* -----

----- *Celebrar Abril é lutar, na esfera pública, como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.* -----

----- *Celebrar Abril é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.* -----

----- *Celebremos, pois, Abril e Maio, sem luta de classes!*-----

----- *Assim, a eleita do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida a 29 de Abril de 2026, que:*-----

----- *Aprove um voto de saudação dedicado a todos os que, em 25 de Abril de 1974, lutaram por um Portugal independente, democrático, tolerante, pacífico, próspero e livre.* -----

----- *Lisboa, 29 de Abril de 2026* -----

----- *A eleita do CDS-PP na AF de Misericórdia Ana Filipa Trem*-----”

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que a IL subscrevia o voto de saudação do CDS ao 25 de Abril. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que o PSD também subscrevia esse voto de saudação. -----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que a moção do CDS tal como estava não podia votar. Se retirassem onde dizia “Abril e Maio sem luta de classes”, isso tinha que sair, porque a luta de classes existiu e existiria sempre. No resto estavam de acordo. -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** disse que o CDS-PP não iria retirar essa última frase. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Pelo 52º Aniversário do 25 de Abril de 1974”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção. -----

----- **Voto de Saudação** -----

“-----*Revolução do 25 de Abril*-----

----- *A celebração da Revolução do 25 de Abril constitui um dos momentos mais marcantes da história contemporânea de Portugal, representando a conquista da liberdade, da democracia e da dignidade para o povo português.* -----

----- *Evocar o 25 de Abril é recordar o fim de um regime assente na repressão, na ausência de direitos e na limitação das liberdades fundamentais, bem como assinalar o início de um novo ciclo histórico, baseado na participação cívica, na justiça social e na construção de uma sociedade mais igualitária. A revolução, protagonizada pelo Movimento das Forças Armadas e amplamente apoiada pela população, permitiu afirmar direitos essenciais, abrir caminho à democracia e afirmar um projeto coletivo assente na liberdade e na solidariedade.* -----

----- *Os valores de Abril, liberdade, igualdade, solidariedade e participação, continuam a constituir pilares fundamentais da vida democrática. Foi com base nesses princípios que se consolidaram direitos sociais, se construiu um sistema público de saúde, se concretizou a emancipação da Mulher e se promoveram melhores condições de vida para a população.* -----

----- *Contudo, importa reconhecer que a democracia exige um compromisso contínuo. As conquistas alcançadas ao longo das últimas décadas implicam uma vigilância permanente, num contexto em que persistem desigualdades sociais e onde emergem, por vezes, discursos que colocam em causa valores fundamentais do Estado de direito democrático.* -----

----- *No plano local, a freguesia da Misericórdia afirma-se como um território onde os valores de Abril se refletem no quotidiano. A sua diversidade social, cultural e geracional traduz a vivência plural da democracia, onde a inclusão, o respeito pela diferença e a participação cívica assumem particular relevância. A ação da Junta de Freguesia da Misericórdia tem procurado desenvolver-se em consonância com estes princípios, promovendo uma intervenção de proximidade, orientada para a coesão social, o apoio às populações mais vulneráveis e a valorização do espaço público enquanto lugar de encontro, de expressão e de cidadania.* -----

----- *Simultaneamente, considera-se relevante destacar a relação de proximidade e colaboração entre a Junta de Freguesia da Misericórdia e a Associação 25 de Abril, assente na valorização da memória histórica e na promoção dos valores democráticos. Esta ligação traduz-se na participação e apoio a iniciativas evocativas do 25 de Abril,*

contribuindo para manter viva a herança de Abril junto da comunidade, em particular das gerações mais jovens. A ação conjunta destas entidades constitui um exemplo relevante de compromisso com a preservação da memória coletiva e com a afirmação contínua dos princípios de liberdade, democracia e cidadania. -----

----- Importa igualmente reconhecer o papel de todos aqueles que, ao nível local, contribuem diariamente para a vitalidade democrática da freguesia, cidadãos, associações, instituições e eleitos, cujo empenho é determinante para a construção de uma comunidade mais justa, solidária e inclusiva. -----

----- Assinalar o 25 de Abril é, assim, não apenas recordar um momento fundador da nossa história coletiva, mas também renovar um compromisso com o futuro de continuar a defender a liberdade, a combater as desigualdades e a promover uma sociedade mais participativa e coesa. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: --

----- 1. Saudar a Revolução do 25 de Abril de 1974, reconhecendo o seu papel determinante na conquista da liberdade e da democracia em Portugal; -----

----- 2. Reafirmar o compromisso com a defesa da democracia, dos direitos fundamentais e da justiça social; -----

----- 3. Reconhecer o contributo de todos os que, ao nível local, promovem uma sociedade mais participativa, plural e inclusiva; -----

----- 4. Saudar a Associação 25 de Abril pelo papel central na organização das celebrações populares do 25 de Abril e na valorização contínua do seu legado histórico; -----

----- 5. Saudar todas as formas de celebração pacífica do 25 de Abril, enquanto expressão viva dos valores conquistados com a Revolução; -----

----- 6. Remeter o presente Voto de Saudação à Associação 25 de Abril. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026. -----

----- O Grupo do Partido Socialista Assembleia de Freguesia da Misericórdia ----- ”

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 do Voto de Saudação “Revolução do 25 de Abril”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 2 do Voto de Saudação “Revolução do 25 de Abril”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 3 do Voto de Saudação “Revolução do 25 de Abril”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 4 do Voto de Saudação “Revolução do 25 de Abril”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções. -----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 5 do Voto de Saudação “Revolução do 25 de Abril”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 6 do Voto de Saudação “Revolução do 25 de Abril”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Ninguém tira o mérito de uma associação como a Associação 25 de Abril de organizar e bem sei que é difícil organizar eventos. Organizar o desfile da Avenida, bem sei que pode ser complicado, mas não posso permitir, e por isso votei contra, não posso permitir que a Associação 25 de Abril não cumpra Abril, porque a descida da Avenida da Liberdade é de todos aqueles que a queiram descer e não é para negligenciar ninguém. -----

----- Digo aqui para que conste em ata que há 3 anos que o PPD-PSD e a JSD se inscrevem para fazer o desfile e são sempre postos de parte. -----

----- Nós descemos o desfile, descemos efetivamente, porque aquilo é tanto nosso como de outros partidos. Descemos o desfile, mas somos sempre empurrados para trás. Dizem-nos que vamos na parte da juventude e somos empurrados para outras associações. Dizem-nos que vamos na parte dos partidos políticos, somos empurrados para o fim. -----

----- A forma como eles gerem o 25 de Abril não cumpre Abril e, portanto, o PSD votou contra a saudação à Associação 25 de Abril pelo papel central, porque não faz sentido. Eu, pelo menos, votei contra porque não faz sentido saudar uma associação que não cumpre Abril e que tem Abril no nome.” -----

----- **Voto de Saudação** -----

----- “----- Viva o 25 de Abril -----

----- Comemoramos o quinquagésimo segundo aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente e que lança sempre novas sementes para o nosso futuro. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. -----

----- Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário. -----

----- As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. -----

----- A perda de poder de compra e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu. -----

----- Dois mil e vinte seis marca também a aprovação dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa. Este marco histórico simboliza a consolidação da democracia em Portugal, garantindo direitos fundamentais e liberdades civis. -----

----- A Constituição não é um roteiro de partido. É uma ideia de convivência. Escrita na língua de Camões e Amílcar Cabral. Um texto que nos une, imune ao sectarismo de trincheira. -----

----- Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere: -----

----- 1. Saudar e evidenciar o 52º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e com o tributo a todas as pessoas que se organizaram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laborai e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação. -----

----- Lisboa, 20 de Abril de 2026 ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Viva o 25 de Abril”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- 19 Anos da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e 8 de março, Dia Internacional da Luta das Mulheres de Todo o Mundo -----

----- No dia 11 de fevereiro de 2007, a sociedade portuguesa afirmou, em referendo, o seu compromisso com a liberdade, a dignidade e a saúde de todas as mulheres, ao aprovar a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 10 semanas, a pedido da pessoa grávida. Esta conquista histórica não se construiu de forma súbita: foi o desfecho de décadas de luta feminista, de julgamentos públicos que expuseram a violência da criminalização, de redes de solidariedade que recusaram a clandestinidade e de sucessivas iniciativas políticas que, mesmo quando derrotadas, foram alargando a maioria social favorável ao direito a decidir. A despenalização permitiu retirar milhares de mulheres da clandestinidade, reduzir drasticamente os riscos para a sua saúde e afirmar a autodeterminação reprodutiva como um pilar dos direitos humanos em democracia. -----

----- Dezanove anos depois, importa reconhecer que esta vitória foi construída por um movimento feminista plural, persistente e intergeracional, que transformou o silêncio em palavra pública e o estigma em ação coletiva. Foi essa mobilização que tornou possível converter a experiência de perseguição e julgamento num avanço civilizacional, inscrevendo o direito ao aborto no quadro das políticas públicas de saúde e tornando Portugal um país mais justo e mais democrático. -----

----- Contudo, a realidade da despenalização da IVG demonstra-nos que os direitos conquistados exigem aplicação efetiva e atualização permanente. Persistem desigualdades territoriais no acesso à IVG, a objeção de consciência continua, em muitos contextos, a funcionar como um bloqueio estrutural e existem constrangimentos administrativos e institucionais que recaem com maior peso sobre as mulheres em situações de vulnerabilidade. Celebrar esta conquista implica, por isso, garantir o acesso pleno, atempado e em proximidade ao aborto seguro em todo o território

nacional, removendo barreiras que perpetuam desigualdades e assegurando que o direito legal se traduz num direito real. -----

----- Assinalamos igualmente o dia 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres de todo o mundo, parede mestra da luta feminista internacional e expressão de uma tradição de mobilização que articula trabalho, direitos e democracia. O 8 de Março, consagrado pela ONU em 1975 como Dia Internacional das Mulheres e assinalado nesse mesmo ano, pela primeira vez em liberdade, pelas mulheres portuguesas, recorda-nos que o trabalho que sustenta a vida - o trabalho remunerado e o não remunerado, visível e invisível - continua profundamente marcado por desigualdades de género, num contexto capitalista e patriarcal. Convoca-nos, por isso, para a reflexão e para a ação sobre as desigualdades salariais, a precariedade laboral, a crise da habitação, a sobrecarga dos cuidados, as violências de género, o racismo, a xenofobia e as múltiplas formas de discriminação, que atingem de forma mais intensa as mulheres mais pobres, migrantes e racializadas. -----

----- O movimento feminista tem afirmado que não há igualdade sem justiça no trabalho e sem redistribuição do tempo, da riqueza e dos cuidados, num momento em que Portugal, em 2026, não está imune às tendências regressivas globais que afectam particularmente mulheres e raparigas e todas as existências que questionam o sistema produtivo. O 8 de Março trouxe para o centro do debate político a pergunta sobre o que é o trabalho e quem o sustenta, tornando visível que sem o trabalho de cuidados - historicamente desvalorizado e feminizado - a economia e a sociedade não funcionam. É, neste sentido, que os movimentos feministas têm sido determinantes na defesa dos serviços públicos e na construção de uma política de cuidados que reconheça, valorize e redistribua esse trabalho, na afirmação do direito ao corpo, ao tempo e à participação plena na vida social, económica e política de todas as pessoas, e na luta por uma sociedade sustentada nos valores da liberdade, da igualdade, da justiça, da solidariedade e da paz, no tempo presente crescentemente contaminado por uma visão belicista e armamentista que determina os orçamentos em função da guerra em detrimento do bem comum - os movimentos feministas recordam-nos que não existe libertação sem a autodeterminação de todos os povos, sem serviços públicos, sem direitos que não deixam ninguém para trás. -----

----- Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere: -----

----- 1. Saudar os dezanove anos da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal, reconhecendo o papel determinante dos movimentos feministas, das mulheres, das organizações da sociedade civil e dos profissionais de saúde que contribuíram para esta conquista histórica e democrática e para a promoção da saúde e da dignidade das mulheres e pessoas com útero; -----

----- 2. Saudar o 8 de Março, Dia Internacional da Luta das Mulheres de todo o mundo, enquanto expressão de luta coletiva e pela igualdade de género, destacando os movimentos feministas que marcaram presença na Marcha Pela Libertação de Todas as Mulheres, em Lisboa; -----

----- 3. Reafirmar a importância de políticas públicas que garantam a igualdade material entre géneros, o acesso universal aos direitos sexuais e reprodutivos, a

valorização e redistribuição dos cuidados e o combate a todas as formas de discriminação e violência de género; -----

----- 4. Manifestar solidariedade com os movimentos feministas e todas as movimentações de mulheres que, no território da freguesia, da cidade e do país, continuam a construir caminhos de participação e justiça social, pela Igualdade, pela Democracia e pela Paz; -----

----- 5. Enviar o presente voto de saudação para o Ministério da Saúde e o Conselho de Administração da ULS de São José. -----

----- Lisboa, 8 de Março de 2026 ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “19 Anos da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e 8 de março, Dia Internacional da Luta das Mulheres de Todo o Mundo”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Aos Blocos de Carnaval da Cidade de Lisboa -----

----- O Carnaval de Lisboa tem vindo a transformar-se, nos últimos anos, numa celebração cada vez mais vibrante, plural e marcada pela diversidade cultural da cidade. Em 2026, Lisboa assistiu ao maior Carnaval da sua história, impulsionado pela forte participação da comunidade brasileira e pelo crescimento expressivo dos blocos de rua, que levaram música, cor e alegria a vários bairros da cidade. -----

----- De acordo com informações divulgadas pela Câmara Municipal de Lisboa, realizaram-se 17 blocos de Carnaval que desfilaram pelas ruas da cidade, entre 13 e 17 de fevereiro, resultado de um plano organizado em articulação com a União dos Blocos de Carnaval de Rua de Lisboa (UBCL). Estes desfiles abrangem oito freguesias, refletindo uma expansão territorial significativa e a consolidação do Carnaval de rua como manifestação cultural relevante para a cidade. -----

----- Este crescimento está também enquadrado pelo protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Embaixada do Brasil em Portugal, assinado em 2025 e válido até 2027, que reconhece o Carnaval de rua como expressão cultural de interesse para a cidade e reforça o apoio institucional às iniciativas da comunidade brasileira. Este apoio inclui o reforço da limpeza urbana, a disponibilização de contentores, a articulação com juntas de freguesia e a emissão de licenças necessárias à ocupação do espaço público. -----

----- Além dos desfiles oficiais, o Carnaval de 2026 contou com uma programação intensa, espontânea e popular em diversos bairros, eventos que mobilizaram milhares de pessoas e demonstraram a força e vitalidade das tradições carnavalescas de matriz brasileira em Lisboa. -----

----- Este dinamismo cultural tem contribuído para aproximar comunidades, dinamizar o espaço público, fortalecer redes artísticas locais e reforçar o carácter aberto e multicultural de Lisboa. Os blocos de Carnaval, organizados de forma comunitária e participativa, promovem a criatividade, a ocupação festiva da cidade e o acesso gratuito à cultura, assumindo-se como uma expressão viva da democracia urbana. -----

----- Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere: -----



----- 1. Saudar todos os blocos de Carnaval de Lisboa, reconhecendo o seu contributo para a afirmação de um Carnaval plural, inclusivo e culturalmente vibrante, nomeadamente a União dos Blocos de Carnaval de Rua de Lisboa (UBCL), dando conhecimento da presente deliberação; -----

----- 2. Enaltecer o papel da comunidade brasileira na dinamização do Carnaval de rua em Lisboa e na criação de pontes que enriquecem a vida coletiva e associativa da cidade, reconhecendo o contributo da Casa do Brasil de Lisboa neste trabalho, a quem deve ser dado conhecimento da presente deliberação como ator determinante na presente freguesia; -----

----- 3. Reconhecer o empenho das organizações comunitárias, culturais e artísticas envolvidas na realização dos blocos; -----

----- 4. Reafirmar o compromisso da Freguesia com o apoio institucional às manifestações culturais de base comunitária, valorizando o Carnaval de rua como património cultural vivo da cidade; -----

----- 5. Apoiar e divulgar iniciativas carnavalescas futuras, em articulação com associações, coletivos culturais, freguesias e instituições que promovem a ocupação festiva e a democratização do espaço público. -----

----- Lisboa, 28 de Fevereiro de 2026----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Aos Blocos de Carnaval da Cidade de Lisboa”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----1º de Maio -----

----- No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo mote que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. -----

----- Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

----- Portugal e o Mundo atravessam hoje períodos difíceis. A crise permanente, o Pacote Laboral e a situação internacional com a Guerra do Irão e da Ucrânia, têm tido consequências brutais na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos

provocada pelo aumento do custo de vida, em particular nos preços dos combustíveis, energia e no cabaz essencial. -----

----- Por isso, assinalar o 1º de Maio é exigir a melhoria das condições de trabalho, que se mostram determinantes para a recuperação económica e social de quem trabalha. -----

----- Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere: -----

----- 1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todas pessoas que exigem dignidade, defesa da democracia, dos serviços públicos, do emprego, do salário e das pensões -----

----- 2. Saudar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e das populações da cidade que asseguram serviços como a higiene urbana, a venda de bens essenciais, os transportes, os correios, a limpeza e manutenção das infraestruturas, hospitais e da escola pública, serviços determinantes para a manutenção da vida comum. -----

-----Lisboa, 20 de Abril de 2026 ----- ”

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “1º de Maio”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----*

*----- **Voto de Saudação** -----*

“----- Pelo aniversário da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia -----

----- A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, formalizada em 1 de janeiro de 1986, constitui um dos momentos mais determinantes da história recente do país, marcando uma viragem estrutural no processo de consolidação democrática, desenvolvimento económico e afirmação internacional de Portugal. -----

----- Este passo histórico representou uma escolha política clara de integrar um projeto assente nos valores da liberdade, da democracia, da solidariedade e da cooperação entre povos. Após décadas de isolamento e atraso estrutural, Portugal afirmou-se como uma democracia europeia, aberta ao mundo e comprometida com um caminho de progresso, justiça social e convergência com os seus parceiros europeus. -----

----- A integração europeia não foi apenas um desígnio estratégico, foi uma opção transformadora que permitiu modernizar o país, reforçar os serviços públicos, qualificar o território e promover uma melhoria significativa das condições de vida das populações. Este percurso contou com o contributo decisivo de lideranças políticas que compreenderam a importância do projeto europeu como motor de desenvolvimento e como garantia de estabilidade democrática. -----

----- Lisboa e as suas freguesias são hoje expressão concreta deste percurso de transformação, refletindo uma cidade mais qualificada, dinâmica e aberta, onde a valorização do espaço público, a diversidade social e cultural e o reforço da coesão territorial evidenciam o impacto de um caminho sustentado de desenvolvimento e integração. -----

----- Importa, por isso, reconhecer que este caminho não foi inevitável, mas sim resultado de escolhas políticas firmes, ancoradas numa visão de futuro e numa aposta clara na construção europeia. Num contexto atual marcado por desafios geopolíticos, desigualdades persistentes e discursos que procuram fragilizar o projeto europeu,

torna-se ainda mais relevante reafirmar o valor desta integração e os princípios que a sustentam. -----

----- Neste sentido, este Voto constitui não apenas uma saudação a um momento histórico, mas também uma afirmação política clara em defesa de uma Europa de progresso, de solidariedade e de futuro. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: --

----- 1. Saudar o aniversário da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, reconhecendo o seu papel determinante na consolidação da democracia e no desenvolvimento económico e social do país; -----

----- 2. Destacar o impacto positivo da integração europeia no desenvolvimento da cidade de Lisboa e das suas freguesias; -----

----- 3. Reafirmar o compromisso com os valores europeus da liberdade, da democracia, da solidariedade e da cooperação entre povos; -----

----- 4. Determinar o envio do presente Voto às entidades competentes e às organizações relevantes no âmbito da cooperação europeia.-----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026-----

----- O Grupo do Partido Socialista----- ”

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Pelo Aniversário da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 10 votos a favor, e 2 abstenções. -----*

*----- **Voto de Saudação**-----*

“-----Dia Internacional da Visibilidade Trans -----

----- O Dia Internacional da Visibilidade Trans constitui um momento de reflexão, reconhecimento e reafirmação do compromisso com os direitos humanos, a dignidade e a igualdade de todas as pessoas, independentemente da sua identidade de género. -----

----- Esta data reveste-se de particular importância ao dar visibilidade às vivências, desafios e contributos das pessoas trans e intersexo, historicamente sujeitas a múltiplas formas de discriminação e exclusão social. Mais do que um momento simbólico, trata-se de uma oportunidade para reforçar o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitadora da diversidade. -----

----- Apesar dos avanços registados no plano legal e no reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTI+, subsistem ainda obstáculos significativos, designadamente no acesso a cuidados de saúde adequados, especializados e livres de discriminação. Acresce que os processos de acompanhamento clínico e de afirmação de género são, frequentemente, longos e complexos, implicando múltiplos serviços e profissionais, nem sempre devidamente preparados para responder às necessidades específicas destas pessoas. A ausência de respostas integradas e acessíveis no Serviço Nacional de Saúde tem, em muitos casos, conduzido à necessidade de recurso ao setor privado, com custos elevados e impactos negativos na qualidade de vida e no bem-estar. -----

----- No contexto da freguesia da Misericórdia, território marcado pela sua diversidade, abertura e dinamismo social e cultural, importa sublinhar o compromisso das instituições locais com a promoção de uma comunidade inclusiva, onde todas as pessoas possam viver com dignidade, segurança e respeito. -----

----- Neste âmbito, importa destacar que, no dia em que se assinalou esta data, a Junta de Freguesia da Misericórdia procedeu ao hastear da bandeira da Visibilidade Trans, enquanto gesto simbólico de solidariedade para com as pessoas trans e intersexo. Este ato constituiu uma afirmação clara do empenho da autarquia na promoção da igualdade de direitos, bem como um sinal inequívoco de que a freguesia se pretende afirmar como um espaço seguro, inclusivo e acolhedor para todas e todos. A cerimónia contou com a presença de diversas entidades e representantes institucionais e associativos, designadamente André Moz Caldas, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Carla Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, bem como Sofia Bentinho e Luísa Rodrigues, vogais do Executivo. Estiveram igualmente presentes representantes de várias organizações da sociedade civil, nomeadamente ILGA Portugal, Transparadaise, Amplos, Rede Ex Aequo, Opus Diversidades, Mercado no Bairro e o Centro de Apoio Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cuja intervenção tem sido fundamental na promoção dos direitos das pessoas LGBTI+ e no apoio às comunidades. -----

----- Importa igualmente saudar o trabalho desenvolvido por estas associações, coletivos e estruturas da sociedade civil que, também neste território, desempenham um papel essencial no apoio às pessoas trans e intersexo, na sensibilização da comunidade e na promoção de políticas inclusivas. -----

----- Neste enquadramento, a visibilidade deve ser entendida não apenas como reconhecimento simbólico, mas como instrumento de transformação social, que exige a eliminação de barreiras, o combate ao preconceito e a garantia de acesso efetivo a direitos fundamentais, designadamente na área da saúde, da educação, do emprego e da participação cívica. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: --

----- 1. Assinalar o Dia Internacional da Visibilidade Trans, saudando as pessoas trans e intersexo e reconhecendo o seu contributo para a diversidade e riqueza social da freguesia; -----

----- 2. Reafirmar o compromisso com a promoção da igualdade, da não discriminação e do respeito pela identidade de género; -----

----- 3. Reconhecer a necessidade de reforçar o acesso a cuidados de saúde adequados, especializados e livres de discriminação; -----

----- 4. Saudar o trabalho das associações e organizações que promovem os direitos das pessoas trans e intersexo; -----

----- 5. Determinar o envio do presente Voto às entidades e organizações relevantes na área dos direitos LGBTI+. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026. -----

----- O Grupo do Partido Socialista Assembleia de Freguesia da Misericórdia ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Dia Internacional da Visibilidade Trans”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----Dia Internacional da Proteção Civil -----

----- O Dia Internacional da Proteção Civil constitui um momento de reconhecimento público do papel fundamental desempenhado por todos os agentes, profissionais e

voluntários que, diariamente, contribuem para a segurança, proteção e bem-estar das populações. -----

----- Esta data assinala a importância de uma estrutura organizada e eficaz de prevenção, resposta e recuperação face a situações de risco, catástrofes e emergências, destacando o papel essencial da proteção civil enquanto pilar de uma sociedade resiliente e preparada. -----

Ao longo dos anos, tem-se vindo a reforçar a consciência coletiva para a importância da prevenção e da capacidade de resposta a cenários de crise, num contexto em que fenómenos naturais extremos, alterações climáticas e riscos urbanos colocam novos desafios às comunidades e às instituições. A proteção civil assume, assim, uma dimensão cada vez mais estratégica, exigindo coordenação, planeamento e investimento contínuo. -----

----- Importa reconhecer o trabalho desenvolvido por todos os agentes de proteção civil, cuja dedicação, muitas vezes em contextos adversos e exigentes, é determinante para a salvaguarda de vidas humanas e bens. -----

----- No plano local, a freguesia da Misericórdia, enquanto território urbano dinâmico e densamente frequentado, enfrenta desafios específicos em matéria de segurança e gestão de risco. O território exige uma atenção permanente à prevenção e à capacidade de resposta a emergências. -----

Neste contexto, importa igualmente destacar que este dia foi assinalado pela Junta de Freguesia da Misericórdia, na Praça Luís de Camões, através da realização de uma exposição de meios de socorro e apoio operacional. Esta iniciativa permitiu aproximar a comunidade dos agentes de proteção civil, proporcionando um contacto direto com equipamentos de emergência e promovendo o conhecimento das suas valências e formas de atuação. A iniciativa contou com a presença da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Almeida, e do vogal responsável pela Unidade Local de Proteção Civil, Diogo Morena, bem como com a participação da Unidade Local de Proteção Civil da Junta de Freguesia da Misericórdia, do Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa, da Polícia de Segurança Pública e dos Bombeiros Voluntários de Lisboa. A articulação entre estas entidades constitui um exemplo relevante de cooperação institucional ao serviço da comunidade. Este tipo de iniciativas assume particular importância na sensibilização da população para comportamentos preventivos e para o papel que cada cidadão pode desempenhar na construção de uma comunidade mais segura. -----

----- Assinalar este dia é, assim, reconhecer o mérito de todos aqueles que dedicam o seu trabalho à proteção da comunidade, mas também reafirmar a importância de continuar a investir na prevenção, na formação e na cooperação institucional. -----

----- Neste sentido, este voto constitui uma expressão de reconhecimento e valorização do papel da proteção civil, bem como um compromisso com a promoção de uma comunidade mais segura, informada e resiliente. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: -

----- 1. Saudar o Dia Internacional da Proteção Civil, reconhecendo o papel essencial dos agentes de proteção civil na salvaguarda de pessoas e bens;

----- 2. Enaltecer o trabalho dos profissionais e voluntários que atuam nesta área, destacando a sua dedicação e sentido de missão; -----

----- 3. Valorizar a iniciativa realizada na Praça Luís de Camões como exemplo de proximidade entre as instituições e a comunidade; -----

----- 4. Reafirmar a importância da prevenção, da sensibilização e da preparação das populações para situações de risco; -----

----- 5. Determinar o envio do presente Voto às entidades competentes e às organizações relevantes no âmbito da proteção civil. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026. -----

----- O Grupo do Partido Socialista Assembleia de Freguesia da Misericórdia -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que prezava muito a proteção civil. Trabalhava na área da segurança e sabia que eram áreas que só se costumavam lembrar quando as coisas corriam mal para acudir. Portanto, os seus parabéns ao PS por esse voto de saudação. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Dia Internacional da Proteção Civil”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- *Dia Internacional da Mulher — 8 de março* -----

----- *O Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, constitui um momento de particular relevância cívica, não apenas pela evocação das lutas históricas que estiveram na sua origem, mas também pela oportunidade de reafirmar, no presente, o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.* -----

----- *Esta data, profundamente enraizada nos movimentos sociais que reivindicaram direitos laborais, dignidade e participação política, permanece hoje como um símbolo de resistência e de afirmação dos direitos das mulheres em todo o mundo. Ao longo das últimas décadas, registaram-se avanços significativos no plano legislativo, social e cultural. Contudo, tais progressos não eliminaram as desigualdades persistentes, que continuam a manifestar-se em múltiplas dimensões da vida quotidiana.* -----

----- *As mulheres continuam, em muitos contextos, a enfrentar obstáculos acrescidos no acesso a oportunidades profissionais, a auferir rendimentos inferiores em comparação com os homens e a assumir, de forma desproporcionada, responsabilidades no âmbito do trabalho não remunerado e do cuidado familiar. Acresce que a violência baseada no género permanece uma realidade inaceitável, que exige uma resposta firme, consistente e transversal por parte das instituições e da sociedade.* -----

----- *No plano local, a freguesia da Misericórdia distingue-se pela sua diversidade social, cultural e geracional, sendo um território dinâmico onde coexistem diferentes experiências de vida e percursos pessoais. Neste contexto, importa reconhecer e valorizar o contributo das mulheres que aqui vivem, trabalham ou desenvolvem a sua atividade, e que, diariamente, participam ativamente na construção de uma comunidade mais coesa, solidária e participativa.* -----

----- *Sejam trabalhadoras, estudantes, cuidadoras, empreendedoras, dirigentes associativas ou agentes culturais, as mulheres da freguesia da Misericórdia desempenham um papel fundamental na vitalidade do território. A sua intervenção, muitas vezes marcada pela dedicação, pela resiliência e pelo sentido de responsabilidade social, contribui decisivamente para o desenvolvimento local e para o fortalecimento dos laços comunitários.* -----

----- Importa igualmente destacar o papel das associações, coletivos e organizações da sociedade civil que, no território da freguesia, promovem a igualdade de género, apoiam vítimas de violência e desenvolvem iniciativas de sensibilização e capacitação. O seu trabalho constitui um pilar essencial na promoção de uma cidadania plena e no combate a todas as formas de discriminação. -----

----- Neste enquadramento, torna-se imperativo não apenas reconhecer os progressos alcançados, mas também reafirmar a necessidade de continuar a promover políticas públicas e práticas locais que garantam a efetiva igualdade de direitos e oportunidades, bem como a plena participação das mulheres em todos os domínios da vida social, económica, cultural e política. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: --

----- 1. Assinalar o Dia Internacional da Mulher, saudando todas as mulheres da freguesia da Misericórdia e reconhecendo o seu contributo essencial para a vida comunitária e para o desenvolvimento do território; -----

----- 2. Reafirmar o compromisso com a promoção da igualdade de género, enquanto princípio estruturante de uma sociedade democrática; -----

----- 3. Condenar todas as formas de violência e discriminação baseadas no género, reiterando a necessidade de uma resposta articulada e eficaz; -----

----- 4. Reconhecer o trabalho desenvolvido por associações, coletivos e instituições que, no território da freguesia, promovem os direitos das mulheres e a igualdade; -----

----- 5. Determinar o envio do presente Voto às organizações não governamentais, na área da igualdade e dos direitos das mulheres da sociedade civil relevantes no território da Freguesia. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026. -----

----- O Grupo do Partido Socialista Assembleia de Freguesia da Misericórdia -----”

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que a IL gostaria também de subscrever esse voto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher – 8 de Março”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- À Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos — Convento dos Cardaes -----

----- A Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos — Convento dos Cardaes foi recentemente distinguida com a atribuição da Medalha de Membro Honorário da Ordem do Mérito, uma das mais elevadas distinções do Estado Português, reconhecendo o seu percurso, dedicação e relevante contributo no plano social, cultural e humano. -----

----- O Convento dos Cardaes, fundado no século XVII, constitui um dos mais significativos testemunhos do património histórico, religioso e artístico da cidade de Lisboa. Ao longo de mais de três séculos, este espaço tem preservado a sua identidade, resistindo às transformações urbanas e afirmando-se como um lugar de memória, de contemplação e de serviço à comunidade. -----

----- A instalação, no século XIX, da Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos no Convento dos Cardaes marcou o início de uma nova etapa na sua história, profundamente ligada à intervenção social. Desde então, a Associação tem desenvolvido um trabalho contínuo de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo a dignidade humana, a inclusão e a solidariedade, num compromisso que atravessa gerações. -----

----- Ao longo do tempo, a instituição soube conciliar a preservação de um património arquitetónico e cultural de elevado valor com uma ação social de reconhecida relevância, destacando-se pela sua capacidade de adaptação às necessidades contemporâneas, sem nunca perder de vista a sua missão fundadora. Atualmente, o Convento dos Cardaes mantém-se como um espaço vivo, aberto à comunidade, acolhendo iniciativas culturais e educativas, enquanto assegura respostas sociais ajustadas às exigências do presente. -----

----- No contexto da freguesia da Misericórdia, importa sublinhar a relação de proximidade e cooperação existente entre a Junta de Freguesia e a Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos — Convento dos Cardaes, assente num compromisso comum com a promoção da dignidade humana, da coesão social e da valorização do território. Esta relação institucional tem permitido reforçar respostas de proximidade, potenciar iniciativas conjuntas e consolidar uma rede de apoio que beneficia a comunidade local. -----

----- A ação desenvolvida pela Associação encontra eco nos princípios que orientam a atuação da Junta de Freguesia da Misericórdia, nomeadamente na defesa de uma intervenção pública próxima, solidária e inclusiva. Os valores da solidariedade, do cuidado com o outro, da proteção dos mais vulneráveis e da valorização da pessoa humana constituem pilares comuns que se refletem tanto na missão da instituição como na ação autárquica. -----

----- Importa ainda salientar o papel determinante dos seus dirigentes, trabalhadores, voluntários e benfeitores, cuja dedicação tem sido essencial para a continuidade e consolidação da missão da Associação. O seu trabalho, muitas vezes desenvolvido de forma discreta, representa um exemplo notável de compromisso cívico, de entrega ao bem comum e de serviço à comunidade. -----

----- A distinção agora atribuída representa, assim, não apenas um reconhecimento público do mérito da Associação, mas também a valorização de um percurso assente em princípios fundamentais que importa preservar e promover. Num tempo marcado por desafios sociais complexos, instituições como esta recordam-nos a importância da solidariedade, da empatia e da responsabilidade coletiva na construção de comunidades mais justas e humanas. -----

----- Neste sentido, mais do que assinalar uma distinção, este Voto constitui também uma homenagem aos valores que lhe estão subjacentes, entre eles a dignidade da pessoa humana, a entajuda, o compromisso com os mais vulneráveis e a construção de uma sociedade mais coesa, onde ninguém é deixado para trás. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: --

----- 1. Saudar a Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos — Convento dos Cardaes pela atribuição da Medalha de Membro Honorário da Ordem do Mérito, reconhecendo o seu contributo histórico, social e humano; -----

----- 2. Enaltecer o trabalho desenvolvido pelos seus dirigentes, trabalhadores, voluntários e benfeitores, cuja dedicação tem sido fundamental para a prossecução da sua missão; -----

----- 3. Reconhecer e valorizar a relação de cooperação entre a Associação e a Junta de Freguesia da Misericórdia, enquanto exemplo de proximidade institucional ao serviço da comunidade; -----

----- 4. Destacar os valores de solidariedade, dignidade humana e compromisso social que orientam a ação da Associação e que se refletem na identidade da freguesia;

----- 5. Determinar o envio do presente Voto à Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos — Convento dos Cardaes. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026. -----

----- O Grupo do Partido Socialista Assembleia de Freguesia da Misericórdia -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “À Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos – Convento dos Cardaes”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Moção** -----

“----- **Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto** -----

----- A evocação da data do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto remete-nos para uma das mais trágicas páginas da história da humanidade, marcada pela perseguição sistemática, pelo ódio e pela violência exercida sobre milhões de pessoas, vítimas de um regime que negou os princípios mais elementares da humanidade, promovendo a exclusão, a discriminação e o extermínio. -----

----- Mais do que um exercício de memória, esta assinalação impõe-se como um dever coletivo de preservar a verdade histórica, honrar as vítimas e garantir que as gerações presentes e futuras compreendem a gravidade destes acontecimentos e a responsabilidade de impedir que tais atrocidades se repitam. -----

----- A memória do Holocausto constitui, assim, um alerta permanente para os riscos associados à intolerância, ao discurso de ódio, à desvalorização dos direitos humanos e à fragilização das instituições democráticas. Recorda-nos que a indiferença e o silêncio podem ser cúmplices da injustiça e da violência. -----

----- Num contexto contemporâneo em que persistem fenómenos de discriminação, racismo, antissemitismo e negação histórica, torna-se essencial reforçar o compromisso com a educação, com a promoção dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade assente no respeito pela diversidade e pela dignidade da pessoa humana. -----

----- A freguesia da Misericórdia, marcada pela sua diversidade social e cultural, deve afirmar-se como um território de inclusão, de respeito e de convivência democrática. --

----- Neste sentido, recordar o Holocausto é também assumir um compromisso com o presente e com o futuro em combater todas as formas de discriminação, rejeitar o ódio e promover uma sociedade baseada na liberdade, na igualdade e na justiça. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera: --

----- 1. Assinalar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, homenageando todas as vítimas desta tragédia histórica; -----



----- 2. Reafirmar o compromisso com a defesa dos direitos humanos, da democracia e da dignidade da pessoa humana; -----

----- 3. Condenar todas as formas de discriminação, intolerância, racismo, antissemitismo e discurso de ódio; 4. Determinar o envio da presente Moção às entidades e organizações relevantes na promoção dos direitos humanos. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026. -----

----- O Grupo do Partido Socialista Assembleia de Freguesia da Misericórdia -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção “Dia Internacional Em Memória das Vítimas do Holocausto”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Disse que havia uma recomendação do CDS-PP. -----

-----**Recomendação**-----

“----- *Alteração de Protocolo de Promoção e Desenvolvimento de Atividades Culturais e Recreativas no Miradouro de S. Pedro de Alcântara* -----

----- *No âmbito da análise do Protocolo de Promoção e Desenvolvimento de Atividades Culturais e Recreativas no Miradouro de S. Pedro de Alcântara, verifica-se algumas inconformidades.* -----

----- 1. *Assegure a coerência temporal do Protocolo, promovendo:* -----

----- *A retificação da Cláusula Quarta (Vigência), de forma a abranger o período efetivo das atividades, incluindo a extensão até ao dia 3 de janeiro de 2027.* -----

----- *A reformulação da calendarização constante da Cláusula Primeira, garantindo que todas as atividades terminam até 31 de dezembro de 2026.* -----

----- 2. *Defina critérios claros, transparentes e públicos para a participação de associações locais, nomeadamente no que respeita à cedência dos lugares previstos, assegurando igualdade de oportunidades, preferencialmente através de procedimentos de candidatura pública.* -----

----- 3. *Clarifique o regime de taxas aplicável, incluindo:* -----

----- *A eventual sujeição da entidade promotora ao pagamento de taxas de ocupação do espaço público; O A identificação de isenções, reduções ou contrapartidas associadas ao Protocolo.* -----

----- 4. *Especifique o período efetivo de ocupação do espaço público, incluindo obrigatoriamente os tempos de montagem e desmontagem, assegurando a sua contabilização para todos os efeitos legais e regulamentares.* -----

----- 4.1. *Especificar se as datas incluem as montagens e desmontagens, se não devem incluir.* -----

----- 5. *Prestar esclarecimentos sobre a ocupação do miradouro ocorrida desde janeiro de 2026, designadamente quanto ao enquadramento legal adotado, pagamento de taxas e contrapartidas para a freguesia.* -----

----- 6. *Garantir o princípio da não ocupação prolongada e contínua do espaço público, promovendo a redução do número de dias de ocupação ou a criação de intervalos que salvaguardem o usufruto pleno do miradouro pela população.* -----

----- 7. *Assegure a igualdade de acesso ao espaço público, clarificando: o Os procedimentos aplicáveis a pedidos de outras associações da freguesia da Misericórdia, conforme anexo 1;* -----



----- A inexistência de regimes de exclusividade; o A aplicação de critérios uniformes e transparentes na análise dos pedidos. -----

----- 8. Disponibilize informação sobre a prática administrativa da Junta, incluindo exemplos de pedidos de utilização de espaços públicos por outras entidades e respetivos critérios de decisão, promovendo a transparência e a confiança institucional. -----

----- 9. A celebração do presente protocolo com esta entidade não deverá assumir outros eventos da mesma em outras locais da freguesia. -----

----- Assim, a eleita do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida a 29 de abril de 2026, que: -----

----- Exista uma reformulação do Protocolo apresentado: -----

----- 1. Assegurar a igualdade de Acesso a outras entidades ao espaço público; -----

----- 2. Clarificar o regime das Taxas aplicáveis; -----

----- 3. Disponibilizar informação sobre a prática administrativa da Junta de Freguesia da Misericórdia, promovendo assim, os respetivos critérios de decisão, e de transparência e a confiança institucional. -----

----- 4. Em caso de aprovação desta recomendação o CDS-PP aprovará o protocolo apenas após a sua alteração. -----

----- Lisboa, 29 de abril de 2026 -----

----- A eleita do CDS-PP na AF de Misericórdia Ana Filipa Trem -----

----- FREGUESIA DA MISERICÓRDIA Lista de Associações (formais e informais), Coletividades e Grupos Culturais e Desportivos -----

----- Agrupamento de Escuteiros 48 — Santa Catarina • Agrupamento de Escuteiros 49 — Mercês • Almada Negreiros e Sara Afonso - Associação Cultural • Associação 25 de Abril • Associação Centro Intercultura Cidade • Associação de Comerciantes do Bairro Alto • Associação de Moradores - A Voz do Bairro • Associação de Moradores da Misericórdia - AMBA • Associação de Pensionistas Reformados e Idosos da Freguesia das Mercês — APRIM • Associação Desenvolvimento Comunitário das Mercês — ADECO • Associação José Afonso • Aqui Mora Gente • B.Leza Associação • Casa do Brasil de Lisboa • Centro Social de São Boaventura • Centro Social e Paroquial de Santa Catarina • Clube BAUTB (BA United) • Clube de Futebol Santa Catarina • Clube Naval de Lisboa • Filhos de Lumière • Grupo de Teatro Cão Solteiro • Grupo Desportivo Zip Zip • Grupo Excursionista Vai Tu • Lisboa Clube Rio de Janeiro • Marítimo Lisboa Clube • Náutico Clube Boa Esperança • Núcleo Fraternidade Nuno Alvares de Santa Catarina • Teatro Griot • Teatro Praga. -----”

----- Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP) disse que como falaram antes do início da Assembleia, iria falar no ponto de outros assuntos. Iria aguardar e pedir algumas clarificações acerca dessa recomendação. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que, então, retirava de momento a recomendação. -----

----- Informou que tinha dado entrada uma moção do PSD sobre transparência, mas foi fora do período e não ia abrir o Regimento a isso porque depois era aplicável a todos os partidos. Ficaria para uma próxima oportunidade e não era preciso reenviar. -----

----- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata da sessão ordinária realizada em 30 de dezembro de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que o segundo ponto não podia ser aprovado nessa reunião porque não receberam a informação atempada e não conseguiam deliberar e escrutinar. -----

----- Relativamente ao protocolo da ANAFRE também não tinham isso no ponto de ordem e, portanto, não podia ser aprovado. Como era um protocolo não podia ir em “outros assuntos”, tinha que ir mesmo descrito. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que a ANAFRE disse que tinham que dar conhecimento desse protocolo assinado. Ligaram para a ANAFRE para saber e tinham apenas que informar a Assembleia que assinaram esse protocolo. -----

----- Era para uma medida urgente, para apoiar as famílias. Houve um aumento do valor, passou de 15 para 25 euros. -----

----- Isso foi o que a ANAFRE lhes disse. Se não quisessem aceitar também compreendia, mas eram as famílias que ficavam a perder. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que se era um ponto meramente informativo nem sequer haveria votação. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que em relação ao ponto 2 foi enviado por e-transfer o relatório de prestação de contas. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que tinha recebido esse e-mail no dia 25 e tentara abrir no dia 26, mas já não conseguira abrir porque o link teria um período de transferência. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que então não foram os serviços que não enviaram. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que na verdade não sabia se não foi enviado. Quando clicava no link não conseguia receber. -----

----- **Membro Catarina Ramalho (BE)** disse que não desfazendo da importância de garantir a disponibilização dos documentos, podia confirmar que a pasta zipada tinha os documentos lá dentro e só conseguia abrir no telemóvel. De facto, foi enviado, a extração dos documentos da pasta não era a ideal, mas tinha conseguido extrair no telemóvel. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que era bastante confusa a forma como era enviado aos Eleitos os pontos e documentos anexos aos pontos. Enviaram via e-transfer, enviaram via zipada e depois enviaram vários documentos e-mail e não estava tudo na mesma conversa, não era dado seguimento à coisa, era sempre criado um novo e-mail. Julgava que da mesma maneira que enviaram todos os outros documentos, quando fez a análise não conseguia abrir o e-transfer e baseara-se nos documentos que foram enviados e nos documentos que foram enviados individualmente não constava o relatório. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária** disse que tinha 70 anos e uma larga experiência de vários tipos de documentos e achava muito estranho que gente que nasceu depois do 25 de Abril tivesse problemas desse tipo, de abrir os documentos. Tinha conseguido

abrir os documentos zipados, por Wetransfer, mas pedira, porque para si era muito mais fácil, precisamente devido à idade, ter os documentos em papel e na véspera tinha ido buscar os documentos em papel. -----

----- Pensava que quando os Membros dessa ilustre Assembleia não recebiam os documentos ou tinham dificuldades em abri-los, o procedimento normal seria enviar um WhatsApp ou enviar um e-mail a pedir para enviarem de outra forma. -----

----- No seu computador tinha criado uma pasta para a Assembleia de Freguesia e era uma coisa relativamente fácil. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que parecia estarem a ultrapassar aquilo que era a conversa que estavam a ter de uma forma cordial. Todos sabiam da dificuldade que era fazer chegar a documentação, mas achava que ali ninguém era burro o suficiente, nem sequer pôr a palavra das pessoas em causa quando se dizia que achava muito estranho. -----

----- Tinham ali a colega do Bloco que afirmou que só conseguiu abrir pelo telemóvel. Ninguém tinha obrigação de abrir pelo telemóvel, nem ninguém tinha obrigação de ter um telemóvel topo de gama.-----

----- Também sabiam que a data-limite de entregar o relatório de contas era 30 de Abril. Também ninguém queria prejudicar ninguém, mas não mandassem areia para os olhos, nem os fizessem de parvos, nem metessem a palavra de ninguém em causa. -----

----- Estava a fazer a defesa da honra de quem não precisava ter a defesa da honra, que eles eram grandinhos e sabiam defender-se, chegava a um limite que tentavam levar as coisas também de uma forma cordial, transparente, da mesma forma que o Executivo levava, só que também não os fizessem de burros, nem por parvos. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que de facto tinha nascido depois do 25 de Abril. Dissera numa intervenção anterior que era filho e neto de Abril e, de facto, não era reformado e não tinha muito tempo. Portanto, atendendo a não ter muito tempo e a pedido de facilitar, pedia ajuda à Mesa para que não fosse tão confuso o envio de documentação. -----

----- Claro que até não tinha uma pasta criada no seu ambiente de trabalho. Era atualizado e tinha uma pasta criada na cloud e assim descarregava tudo para a cloud e preferia não usar papéis, usar o telemóvel, só que não permitira a passagem para a cloud e não queria desperdiçar árvores. -----

----- Por favor, não fizessem de si parvo, porque para parvoíce já bastavam alguns comentários. Estavam a tentar manter um ambiente democrático e achava que o comentário ficou um pouco mal.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária** disse que não era de todo a sua intenção ferir a sensibilidade de nenhum dos presentes, antes pelo contrário. A ideia era dizer que tinha conseguido abrir e que os documentos foram enviados. Provavelmente podia haver uma melhoria na forma de enviar as coisas e era isso que queriam.-----

----- **Gonçalo Armindo (PSD)** disse que um pedido de desculpas ficava bem. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que percebia que não foi um erro de nenhum dos lados, ou seja, a documentação foi enviada. No seu caso, já estivera a confirmar, o e-mail foi parar ao spam e, portanto, não tinha visto, porque não era o mesmo e-mail que a funcionaria, por exemplo, utilizava para comunicar com os



Membros da Assembleia naturalmente e, portanto, tinha assumido que não tivesse sido enviado. -----

----- Daí, fazia sentido adiar o ponto 2, não querendo entrar em mais apontar os dedos. Era só essa a justificação, não estava a pôr em causa os serviços da Junta de Freguesia. Foi a situação que ocorreu e no seu caso, em particular, não se sentia capacitado para discutir o ponto 2. Se votassem todos contra essa intenção teria que se abster sobre essa votação porque não tivera acesso ao documento. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que queriam de facto tentar ajudar ao máximo. Sabiam que isso tinha que ser entregue até o final do mês e, portanto, alguma antecipação seria útil para que essas situações não acontecessem. Esse era o primeiro ponto. -----

----- O segundo ponto era que a única forma que teriam seria de adiar. Também não tinha conseguido fazer a avaliação necessária a esse documento, apesar de segundo a Lei ou o Regimento podiam marcar uma sessão extraordinária para o dia seguinte e ser aprovado. Caso fosse esse o entendimento deixava como ponto único, para os Membros da Assembleia terem tempo para analisar. Deixava à consideração da Mesa e dos Eleitos poderem reunir no dia seguinte em Assembleia extraordinária para a aprovação desse ponto, atendendo a esse dado. -----

----- Sabia que era fim de semana grande, também ia para fora, estava a sugerir ainda assim que fizessem isso pelo bem da Freguesia e para que a Freguesia não incumprisse a legalidade. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não queriam criar dúvidas. A sessão tinha sido dinâmica, esclarecedora, pacífica, julgava que não havia razões para mal-entendidos. Como disse o Membro da IL, ali não atribuíam culpas. Aconteceu, não tiveram acesso, muito bem. -----

----- Também dizer que para enviar para o Tribunal de Contas bastava a aprovação do Executivo. Teriam que aprovar as contas em Assembleia, mas não estavam a incumprir em prazos. -----

----- Portanto, era com esse espírito de entreajuda, porque não era para a ajudarem a si, nem para ajudar a Assembleia, era para ajudar a Misericórdia. -----

----- Por si faziam nova sessão, mas não podia no dia seguinte, isso não conseguia. -----
----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que seguiriam os pontos e depois marcava-se a Assembleia extraordinária, acertava-se o calendário. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não se ia alongar muito. Importava dizer que a informação escrita era relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de março de 2026. Agora arriscava-se a dizer que receberam atempadamente e, portanto, eram conhecedores do seu conteúdo. O que faria era um breve resumo por áreas. -----

----- Ao longo desses meses estiveram no terreno, em contato com a população, com os moradores, com as associações, com as entidades locais, sempre disponíveis para ouvir, acompanhar e responder aos problemas do dia-a-dia. Mantiveram uma articulação permanente com a Câmara Municipal, acompanhando muito perto as questões do

espaço público, das escolas, da intervenção social e da reorganização dos serviços, através de várias reuniões de trabalho. -----

----- Queria ainda destacar o trabalho dos serviços da Junta, que garantiam resposta aos pedidos e às ocorrências e que muitas vezes, de forma imediata, asseguravam a presença constante na Freguesia da Misericórdia. Muito obrigada a todas e a todos os trabalhadores. -----

----- Colocava-se à disposição se subsistisse alguma dúvida, mas gostaria de passar a palavra ali aos seus colegas para darem uma nota sobre um ponto ou outro. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que tinha piada porque uma das coisas que ia dizer tinha muito a ver com a discussão que tiveram agora. -----

----- Queria comunicar a todos os Membros da Assembleia que no dia 15 de maio iriam implementar, pela primeira vez, um sistema de controle efetivo dos acessos, da qualidade e do rigor dos acessos às contas de e-mail. Iam implementar um sistema de duplo controle no acesso, o que ia exigir a todos os utilizadores de endereços jf-misericordia.pt, uma dupla certificação no acesso à sua conta de e-mail. Era um sistema talvez vulgarmente conhecido por MFA. Estiveram a fazer um trabalho de levantamento de tudo isso, já começaram e iriam continuar um trabalho de sensibilização porque, como sabiam, alguns não tinham literacia suficiente para perceber porque essas coisas eram importantes. -----

----- Sobretudo, o que queria aqui alertar era o seguinte: Eram todos, desde Membros da Assembleia, do Executivo, trabalhadores da Junta de Freguesia, detentores de um poder que exigia uma enormíssima responsabilidade. Tinham, de uma forma maior ou menor, acesso a um conjunto de dados que teriam que proteger, porque eram dados dos fregueses. Portanto, esse acesso dava uma enormíssima responsabilidade e essa responsabilidade tinha que ser traduzida numa maior segurança na forma como a exerciam. Daí que pedia a compreensão. -----

----- Quem já passou por esse processo em outras entidades sabia que havia sempre um momento ou outro em que a coisa era mais complicada, o telemóvel não funcionava, não tinham o *authenticator*, criavam mais uma conta e depois não sabiam onde ela estava, sabiam que isso nem sempre era fácil. Os serviços da Junta estavam lá para ajudar no caso disso ser necessário, mas queria que percebessem que até dia 15 de maio iriam ter um sistema de duplo acesso às contas em vigor para proteger os dados que eram confiados pelos fregueses e que tinham a obrigação de proteger. -----

----- A segunda informação que tinha para dar era o trabalho que fizeram sobre o levantamento patrimonial da Junta de Freguesia. Como já perceberam, tinha uma particular preocupação com essas questões de gestão e juntamente com os serviços resolveram iniciar um processo para fazer um levantamento muito rigoroso daquilo que era efetivamente o património da Freguesia da Misericórdia. -----

----- O património muitas vezes era entendido como secretárias e cadeiras que estavam a utilizar, os microfones que estavam a utilizar, esqueciam que o património da Junta de Freguesia da Misericórdia era tudo isso, mas também tudo aquilo que estava fora das instalações, da sede, de São Marçal. Muita coisa daquilo que estava na rua era património da Junta de Freguesia e tinha que ser devidamente identificado e devidamente contabilizado. -----

----- Esse trabalho era difícil, tinha que agradecer muito às pessoas que estiveram envolvidas nesse processo. Desenharam um programa, esse programa ia ser feito e, portanto, era muito natural que um dia se cruzassem com alguém do serviço da Junta que iria estar com uma máquina própria de identificação a criar um QRCode que ia ser posto em tudo o que era património da Junta de Freguesia. Ao qual depois se iria juntar aquilo que estava levantado, o património informático, que sabiam exatamente onde estava. -----

----- Esperava que até ao final desse ano tivessem o levantamento patrimonial feito, registado, com mecanismos de traçabilidade e com normas que já estavam a ser publicadas de quando um elemento entrava no património e quando saía e porque saía, porque entrava, quanto tempo ficava e porque saía e ao fim de quanto tempo saía. Portanto, haver esse traço do património. -----

----- Isso evitava desvios patrimoniais, más classificações que muitas vezes aconteciam, não porque as pessoas tivessem uma intenção de o fazer, mas porque não tinham conhecimento suficiente para isso. -----

----- Por fim uma outra informação que tinha a ver com o assunto que ia da outra Assembleia e que tinham estado a fazer um trabalho. Percebia que os Senhores Eleitos tivessem a intenção de ter qualquer informação consubstanciada num documento próprio que pudessem ter. Tinha achado por bem pedir um parecer que ainda estava a ser burilado sobre como podia dar a informação acerca dos atestados e a relação atestados-residências sem violar, não era sequer violar o RGPD, porque obviamente esse aí não passava pela cabeça, mas sem violar algum rigor no tratamento. -----

----- Nesse momento tinha uma informação que iria enviar com um apanhado agregado até ao final da próxima semana, que seria distribuído aos Membros da Assembleia. No ano de 2025 registaram 765 pedidos de atestados de residência para residências com um único atestado, havia 82 com dois atestados na mesma residência, 26 onde havia três atestados na mesma residência, 6 onde havia quatro e uma residência onde havia cinco atestados. Faria isso num formato em que fosse visível, com os dados agregados. -----

----- **Vogal do Executivo Sofia Benthinho** disse que queria só dar nota que iniciaram a versão desse ano do orçamento participativo. Tiveram um primeiro período de apresentação de propostas que foi de 6 a 17 de abril, depois foi o período de análise até dia 27 e já publicaram a lista provisória das propostas. De saudar que tiveram 22 propostas, todas elas bastante interessantes, algumas que não cumpriam o regulamento, mas era de louvar que tivessem ainda várias propostas nesse âmbito. -----

----- Também reforçar aquilo que já dissera, estavam a criar um grupo de voluntariado não só para os jardins, mas também noutras temáticas que podiam levar também. Se tivessem ideias para voluntariado e que pudessem criar ali grupos, eram todas bem-vindas e podiam juntar-se a fazê-lo. -----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que queria só destacar alguns pontos importantes. O primeiro era o fantástico trabalho que a Proteção Civil da Junta tinha feito, não só ao longo de todas as ocorrências, mas especialmente no período tempestivo que enfrentaram, em que foi incansável a acompanhar e prevenir todas as situações que ocorreram nesse momento. -----

----- No mesmo tópico daquele período de tempestades que viveram, também o trabalho fantástico da higiene urbana, que fez um enorme esforço para garantir que de manhã

acordavam com ruas transitáveis, porque quem conseguiu acompanhar como as ruas ficavam depois dessas tempestades e conseguiu a seguir vê-las após o trabalho da equipa de higiene urbana só podia reconhecer o esforço imenso que aquela equipa, sob vento, sob chuva, fez para conseguirem ter a normalidade no dia-a-dia. -----

----- Em relação ao desporto, continuavam a reunir com as várias associações desportivas, com os responsáveis pelas atividades desportivas e tiveram ainda nesse mês uma primeira sessão de “walking football”, que era uma atividade para a qual tinha uma especial estima e queria ver se conseguiam implementar ali de uma maneira mais regular, porque era uma atividade dirigida a pessoas com mais de 55 anos, adaptada para as capacidades das pessoas com idade bastante mais avançada até que essa. Era importante conseguir nas atividades desportivas, como já fizeram por exemplo na hidroginástica, atingir um vasto leque etário e ter ofertas para todos os gostos e necessidades. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que gostaria só de saudar a posição e a postura do Executivo de procurar ter dados e com esses dados tomar as melhores decisões para a Junta de Freguesia. Gostaria muito que essa fosse uma realidade no resto do país, tanto a nível local como a nível nacional. Portanto, queria só deixar essa nota e saudar o Executivo. -----

----- **Gonçalo Armindo (PSD)** perguntou, relativamente à lista de patrimónios depois no final do ano, na Assembleia da aprovação do Orçamento, se podia ser remetida essa lista tão aguardada, que saudava desde já a iniciativa, porque de facto era importante ter essa noção e a própria Junta de Freguesia ter essa noção. -----

----- Relativamente aos atestados, ficavam então a aguardar. Isso era útil sim, mas achava que podia haver ali uma correlação entre a tipologia da habitação e o número de atestados passados. -----

----- Tentar ajudar no parecer de haver alguma forma, ou como a Junta de Freguesia garantia que não passava 40 atestados para uma casa que tinha duas assoalhadas. Não estava a dizer que o fazia, só estava a dizer que já foi prática como noutras Freguesias isso acontecer e era a sua preocupação que não acontecesse nessa. Daí estar a sugerir que isso fosse feito. -----

----- Relativamente ao endereço de e-mail, estavam a falar ali fora e se calhar seria útil criar para a Mesa uma cloud com todos os e-mails dos Membros da Assembleia de Freguesia, uma pasta no ambiente de trabalho da nuvem para poderem então ter acesso mais fácil aos documentos. Ou então, caso esse não fosse o entendimento e caso a Junta de Freguesia tivesse essas licenças, atendendo a que estavam a usar o e-mail pessoal para receber e caía imensa coisa, a criação de um e-mail individual de cada um para centralizar o envio de informação, caso a Junta de Freguesia dispusesse dessas licenças. -----

----- Estava só a arranjar mecanismos de forma a conseguirem que a informação circulasse e que futuramente não houvesse mais esses problemas de criação de pastas. --

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que a Junta de Freguesia da Misericórdia tinha, não de agora, já há algum tempo, normas em relação aos pedidos de atestados de residência. havia um limite que estava em vigor. Aliás, devia dizer que esse limite não tinha sido sequer, como diziam os serviços de atendimento, o limite não era atingido, não havia registo de alguém ter feito isso. -----

----- Se calhar até porque aprenderam infelizmente com outros casos que aconteceram, a Junta de Freguesia da Misericórdia nas suas normas de atendimento tinha um limite para o número de pedidos por residência. -----

----- No documento que estava a ser preparado e que ia ser enviado estaria a informação sobre o limite.-----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que era só reforçar as palavras que já que o Miguel e o Gonçalo tiveram, de parabenizar a Senhora Presidente por dar voz aos restantes Membros do Executivo para que pudessem explicar um pouco daquela que ia sendo a atividade desenvolvida na Junta de Freguesia. Não era por mal, mas nesses seis meses não havia muito sumo nesse relatório de informação escrita e assim também se tornava mais fácil ouvir de viva voz e era de saudar essa posição. -----

----- **Ponto 3 - Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2026;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que apresentavam à apreciação da Assembleia a primeira revisão orçamental e a primeira alteração modificativa ao PPI para 2026, que resultava da integração do saldo e de ajustes normais decorrentes da execução do Orçamento, em cumprimento das regras legais e do acompanhamento financeiro regulado. -----

----- Para uma apresentação mais técnica, passaria a palavra ao Tesoureiro. -----

----- **Membro não identificado** disse que tinha algumas questões, um pouco na senda do que foi falado na última Assembleia de Freguesia, que congratulava na altura e esperava continuar a congratular, de haver um esforço da Junta de Freguesia de especificar um bocadinho mais os pontos de “outros”, porque o que estava ali a ver eram vários aumentos exponenciais, duplicar aumentos em 65 mil euros em estudos, pareceres, projetos e consultoria, outros trabalhos especializados com mais do que 20 mil. -----

----- Depois tinha questões nos espaços verdes e três questões na higiene urbana. -----

----- Nos espaços verdes era referido que havia aumento de 90 mil euros em outros bens, era referido que havia aumento de aquisição de serviços considerável e havia um aumento na questão do investimento, de 230 mil euros. A questão que colocava era um pouco na senda daquilo que o Miguel também já colocou na última Assembleia de Freguesia, onde iriam ser investidos esses valores nos espaços verdes. -----

----- Tinham um espaço verde, sabia que a Junta de Freguesia não conseguiria fazer esse espaço verde sozinha, tinha que contar com a Câmara Municipal para poder fazer, que era o Jardim do Príncipe Real, mas onde esse investimento ia parar era a questão que colocava. -----

----- Relativamente à questão da higiene urbana, havia um milhão de acréscimo de aquisição de serviços, “outros serviços” 423 mil euros a mais. Investimentos na higiene urbana eram só 60 mil, a que iam acrescer nessa revisão orçamental. Ou seja, parecia-lhe a si que havia muito “outro” e muita aquisição de serviços e transparecia pouco investimento. -----

----- Havia investimento indireto, mas pouco investimento tanto nos espaços verdes como na higiene urbana, que era uma área que precisava tanto e foi notório pela audição do público que, se calhar, se o investimento fosse um pouco maior e a aquisição de serviços não fosse tão grande podiam contrabalançar, mas isso era uma decisão política do Executivo. -----

----- Era isso que tinha para colocar como questões. Ou seja, tentar descrever um bocadinho mais outros bens, aquisição de serviços, outros trabalhos especializados, aí aumentou tudo. O que está especificado aumentava 5 mil euros, 15 mil euros, 20 mil euros, portanto, seria útil que fossem anexos a esses orçamentos o motivo, ou tentassem justificar esse aumento porque não dava para fazer uma avaliação clara num orçamento de aquisição de bens na higiene urbana de um milhão de euros de acréscimo. Não estavam a falar de um milhão de euros de investimento, estavam a falar de um milhão de euros que era acrescido àquilo que já tinha sido aprovado nessa Assembleia de Freguesia. -----

----- Portanto, era essa questão que colocava, para onde ia o dinheiro. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ia tentar responder, esperava que de uma forma que os pudesse satisfazer. -----

----- Tiveram uma reabilitação há pouco tempo do Jardim Roque Gameiro, em que tinha que dizer que receberam da Câmara para a manutenção dos espaços verdes, não os queria enganar, cerca de 9 mil euros e tinham vários jardins que tinham que tratar e cuidar. Uma vontade era reabilitar os jardins todos. -----

----- Reabilitaram o Jardim Dom Luís no final do ano passado, esse ano já tinha um piso novo, iam reabilitar agora, julgava que para a semana já começava o patamar do miradouro de São Pedro de Alcântara, o patamar inferior. Também tinham o Jardim Tabucchi, que precisava ali de uma replantação e, como sabiam, os preços subiram imenso. Estavam a viver uma guerra, portanto, o que custava se calhar 5 mil euros agora já custava 20 mil. -----

----- A preocupação também era partilhada, queriam limpeza e espaços verdes. Não havia pessoal especializado, assim tinham que ir ao mercado e esses eram os preços que o mercado dava. Tinham que fazer contratação externa, porque havia alguns trabalhadores que sabiam um bocadinho de espaços verdes, mas não iam estar a investir, a plantar, a semear, e depois não ter uma pessoa especializada para tratar e quando era especializada pagava-se. -----

----- Portanto, nesse sentido, o compromisso foi reabilitar todos os espaços verdes, porque, tal e qual como a Câmara lhes dizia, a Freguesia da Misericórdia, principalmente o Cais do Sodré, era a porta de entrada para a capital. Portanto, queriam que a Misericórdia fosse florida, fosse bonita, aprazível para quem lá ia visitar, com regras e que respeitasse esse território. -----

----- Sabia que o Tesoureiro estava a fazer um grande esforço, estavam a fazer esse esforço gradual. Era uma pessoa que estava a tempo inteiro, estavam a reorganizar os serviços. Eram humanos, só não errava quem não fazia, estavam a dar o que podiam. Portanto, não eram infalíveis. -----

----- Ainda faltavam ali os CDCs, que se calhar teriam que fazer outra Assembleia, porque ainda não foram negociados. Já os tinha pedido várias vezes, já pedira reunião umas três ou quatro vezes, porque executaram os CDCs todos do mandato passado. Estava à espera, que a chamassem e ia insistindo todas as terças-feiras a perguntar quando era a sua reunião. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que relativamente à aquisição de serviços de higiene urbana, não lhe foi respondido o acréscimo, e portanto, isso seria útil. -----

----- Também seria útil, pegando nisso que estava a dizer dos CDCs, que pudesse partilhar com a Assembleia de Freguesia qual era a intenção desse Executivo perante os contratos de CDC e se podiam partilhar essa vontade, para também terem uma ideia do que, em termos políticos e para a Freguesia, a Junta e o Executivo pretendiam fazer. ---

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação à higiene urbana passava-se a mesma situação. Tinham poucos recursos, tinham que limpar à noite, tinham que limpar de dia, tinham poucos recursos e cada vez havia pessoas que estavam a reformar, a aposentar. Iam abrir esse concurso, conforme o seu colega já disse, tiveram 68 candidaturas, o que nesse tipo de profissão, ao chegar ao fim do concurso ficavam contentes que conseguissem colocar as 10 pessoas. -----

----- Portanto, tinham que ir à contratação externa e voltava a dizer, o que era 5 mil euros o ano passado agora eram 20 mil. Os preços dispararam, a gasolina, o gasóleo, logo por aí encarecia tudo. -----

----- Quanto aos CDCs, obviamente que teriam todo o gosto de partilhar qual a pretensão, mas antes de partilhar qual era a pretensão necessitavam que a Câmara partilhasse quais eram as regras do jogo, para poderem ir a jogo. -----

----- Estavam interessados em fazer tudo, já pediram CDCs, se a Câmara não conseguia fazer a Junta fazia, queriam era fazer obra. -----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que em relação à higiene urbana, além do aumento de preços e dos serviços que tinha que recorrer, porque de facto a equipa estava muito abaixo do que seria desejável, havia um conjunto de equipamentos, alguns até já foram abatidos, que tinham atingido o seu limite de vida. Muitos deles já ultrapassaram o seu limite de vida e por isso já estavam a ser retirados do serviço e tinham que ser substituídos, adquiridos ou alugados, mas tinham que fazê-lo. Ainda esse ano uma das varredouras foi para abate. -----

----- Por isso, esse reforço de pessoal também tinha que ser acompanhado do reforço de equipamento, o que se refletia também nas contas. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que deviam estar a falar de coisas diferentes. Em termos de investimento na higiene urbana para colmatar situações como a que acabou de se dizer, se foi uma varredoura para abate era preciso investir e concordava com isso. A questão era, em termos de investimento, no Orçamento estava descrito 87 mil euros de investimento. Portanto, em investimento na higiene urbana, a Junta de Freguesia nas previsões iniciais deu 27 mil euros e acrescentou agora ao Orçamento 60 mil euros em investimento, tinham 87 mil euros de investimento, mas para aclimatar os alugueres e compra e não compra, a questão era se iam estar a alugar e a fazer renting de tudo. -----

----- Quase que se juntava ao PCP nessa luta, porque de facto mais valia comprar e ser da Junta do que estarem a gastar dinheiro a alugar. Era a mesma coisa nos recursos humanos. -----

----- Em termos de investimento, foi uma varredoura para abate, a Junta de Freguesia perdeu uma varredoura e preferia gastar dinheiro em aquisição de serviços do que investir numa nova varredoura. Lendo o Orçamento, a leitura orçamental que se tirava era essa, porque em termos de investimentos no ponto da higiene urbana tinham apenas 87 mil euros. Rubricas como aquisição de bens serviços eram 573 mil euros mais. A sua questão era se iam comprar, se iam alugar. -----

----- A dificuldade era perceber se não seria preferível ser a Junta comprar, se os preços estavam tão elevados. Podia demorar um bocadinho mais tempo, podia-se sentir nas ruas, mas se foi mandada uma varredoura para abate, estavam a meter 87 mil euros para investimento na higiene urbana e preferiam contratar fora, alguma coisa se passava. ----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que estava rendido a essa fuga pela esquerda que o PSD estava a fazer. A IL que tivesse cuidado com os seus parceiros, porque parecia que agora descobriam as virtudes da não terceirização. -----

----- Havia terceirização e havia terceirização e em boa verdade, quando estavam a falar de terceirização de bens que tinham uma exigência técnica, nomeadamente no que respeitava àquilo que eram os princípios de manutenção, diziam as boas práticas de gestão que havia mecanismos que os protegiam em relação a isso. -----

----- Não se conheciam há muito tempo, mas devia dizer que foi quem introduziu o leasing e o aluguer de longa duração em Portugal e, portanto, conhecia particularmente bem esse produto, conhecia particularmente bem aquilo de que estavam a falar. Bens com componentes técnicas e tecnológicas que exigiam da parte dos seus detentores uma preocupação com a sua manutenção em geral, claramente era preciso ter cuidado na maneira como iam adquirir para o património ou adquirir para a atividade. -----

----- Quando estavam a falar da terceirização da prestação de um serviço, aí estavam todos de acordo. Pessoalmente era o maior opositor dessa deriva de terceirizar os serviços que eram os serviços sociais. Infelizmente, a reforma administrativa da cidade foi iniciada em 2000 e qualquer coisa foi interrompida, lamentavelmente interrompida. Já tinha dito isso na última Assembleia de Freguesia. Não foi interrompida por Carlos Moedas, que não houvesse dúvidas sobre essa matéria. Foi interrompida muito antes disso, foi interrompida pelas derivas neoliberais que, efetivamente, se apoderaram de alguma forma. -----

----- Essa interrupção da reforma administrativa da cidade levou a essa situação de terem Juntas de Freguesia que estavam dependentes de uma coisa chamada CDCs e que não deviam de estar dependentes, não deviam pura e simplesmente. Era uma aberração político-administrativa essa coisa de fazer CDCs para a distribuição de competências que deviam estar devidamente reguladas, politicamente reguladas, o que era competência da Junta e o que era competência da Câmara. -----

----- Quando se passou para as Juntas de Freguesia competências ao nível da higiene urbana o salário de um cantoneiro era de 580 euros, atualmente era, infelizmente, só 911 euros, valor que recebiam da Câmara Municipal era exatamente o mesmo. Portanto, o problema era esse, quando falavam em terceirização tinham esse problema. Levaram com essas competências, não levaram com os bens para essa competência. Era a mesma coisa que lá em casa dizer aos filhos “a partir de agora és responsável por isto”, mas não lhe davam as competências para ele ser responsável. -----

----- Portanto, terceirização de meios de apoio ao trabalho, não estava a ver outra forma e dizia a sua experiência nessa matéria que não ganhavam nada. Uma máquina, fosse ela um automóvel, fosse ela uma varredoura, no momento em que saía de um stand desvalorizou 20%. Quando estavam a adquirir qualquer meio mecânico para a Junta de Freguesia, a partir do momento em que que chegava ali já só valia menos 25% daquilo que estava imobilizado e ainda não varreu nada. -----



----- Isso de facto era aquilo que tinham. Do ponto de vista da boa gestão da coisa pública tinham que tentar contrariar o melhor que podiam. -----

----- Achava que devia haver ali uma coisa, era um papel que francamente desejava, ambicionava, que pudessem fazer todos no conjunto. sabia que as divergências políticas, ainda bem que eram muitas, mas havia uma coisa que, de facto, ficou e que o deixava muito magoado pessoalmente, que era iniciarem um processo de reforma administrativa da cidade que não estavam a conseguir levar até ao fim. -----

----- Havia uma brincadeira que faziam quando eram miúdos, que era atravessar o ribeiro com uma tábua e tinham um tipo de um lado o rio, outro do outro lado o rio, a abanar a tábua e havia um que tinha que atravessar a tábua a correr, se parasse a meio da tábua com o abanar caía ao rio. Divertiam-se imenso com isso, mas era o problema que tinham nesse momento na cidade. Tinha gente de um lado e do outro da tábua a abanar e tinham uma cidade que estava a correr a tábua e que não podia parar, mas pelos vistos havia quem não quisesse que ela ficasse ali. Enquanto estivessem ali a abanar isso tudo iam mantendo, mas não podia ser, tinham que chegar ao outro lado. -----

----- Tinha que acabar a reforma administrativa, tinha que passar para as Juntas de Freguesia as competências que tinham e dar-lhes os meios para isso e não fazer aquilo que aconteceu esse ano na Assembleia da República, vergonhosamente, que foi votar contra o reforço das verbas para as Juntas de Freguesia. Foi vergonhoso, não havia nenhuma razão objetiva, política, administrativa, económica, que justificasse uma votação dessa natureza, absolutamente nenhuma. Só muita miopia podia levar a uma coisa dessas. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que com essa explicação ficava mais esclarecido. A sua questão ali era o custo-benefício, seria eventualmente em termos de custo-benefício e que a Junta conseguisse avaliar isso. Não estava a dizer que não conseguia, só estava a dizer que se havia uma varredoura que ia para abate tinha que ser avaliado em termos de gestão, custo-benefício. Se era preciso para já, claro que tinha que ser feita uma terceirização do serviço, mas a questão era essa. -----

----- Segundo ponto, concordando em parte com a questão da descentralização e da reforma administrativa, plasmada na 56/2012, que era a Lei exclusiva para a Cidade de Lisboa, depois havia a 75/2013 que era geral, mas na 56/2012 concordava em parte, porque achava que tinha que ser ainda mais. -----

----- Era a favor da descentralização e que o Estado devia passar muito mais coisas com pés e cabeça para as câmaras municipais, com os meios necessários físicos, humanos, financeiros, para que isso acontecesse. Aí achava que estavam de acordo. -----

----- A sua questão era, também pegando no exemplo que deu da tábua, também não era justificado a cidade andar a correr de um lado para o outro no meio da tábua. As pessoas lá fora não queriam saber se o problema era da A, B, C, se o problema era da Junta ou se o problema era da Câmara. As pessoas tinham que sentir que o problema era resolvido e se a Junta não chegava a Câmara tinha que chegar e se a Câmara não chegava a Junta tinha que chegar. -----

----- Havia Freguesias em Lisboa que assumidamente faziam trabalho que não era seu. Eventualmente a Junta fazia, mas a Junta tinha que lá chegar. Essa justificação da tábua, e era aí que discordava, que era a cidade andar a correr no meio, achava que a cidade

não tinha que correr no meio. Achava que as pessoas na ponta tinham que salvaguardar que a tábua estava mais estável, que não mexia tanto. -----

----- A sua questão era mais essa, porque de facto a tábua existia e essa discrepância de competências existia. Essa era uma questão mais jurídica, não tinha tanto a ver com aquilo que estavam a debater, mas não podiam estar ali a passar culpas porque lá fora não queriam que passassem culpas uns aos outros. Basicamente era isso, queriam era os problemas resolvidos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que só queria dar um pequeno apontamento. A varredoura, para substituir era muito difícil se não fosse a renting ou a leasing. Nos contratos garantiam sempre uma varredoura ou uma lavadora de substituição e podia dizer que cada arranjo de uma varredoura ou lavadora custava quase uma viatura em segunda mão. Portanto, tinha toda a vantagem. -----

----- Mediam sempre os prós e os contras. Preferiam apresentar o serviço à população porque necessitavam, queriam um território higienizado e preferiam fazer a leasing por isso mesmo, porque havia um compromisso com a população. Não deixavam que a população ficasse sem os serviços e, portanto, iam equilibrando entre o deve e o haver. Era como na contratação pública, pelo preço mais baixo, mas nem sempre o preço mais baixo tinha a melhor qualidade e depois o barato saía caro. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que gostava de perceber que forças liberais tomaram conta da Câmara Municipal de Lisboa quando as eleições onde elegeram vereadores foram agora em outubro passado pela primeira vez. -----

----- Focando no Orçamento, gostaria só de fazer algumas perguntas um bocadinho mais focadas, começando por perceber exatamente o que se passava com a rubrica da Segurança Social nos órgãos da autarquia que no Orçamento inicial estava planeado 500 euros e teve agora um aprovisionamento extra de 10.000 euros. Perceber do que se tratava esse aumento substancial. -----

----- Depois admitia que podia ter sido a fazer erros de contas, mas gostaria também que lhe explicassem, olhando para os gastos com pessoal de todas as rubricas apresentadas no Orçamento houve um aumento de cerca de 263.500 euros, mas depois no Mapa de Pessoal estavam abertas 58 posições. Não percebia se esse novo aprovisionamento era para dividir por essas 58 posições que foram abertas segundo o Mapa de Pessoal, porque se fosse parecia estranho, porque dava um valor anual médio de 4.500 euros, cerca disso. Se não fosse isso, gostava que lhe explicassem um bocadinho onde estaria a errar no seu raciocínio. -----

----- Depois também um tema em particular, que era o aumento de 41% no Orçamento para estudos também dos órgãos de autarquia, estudos e pareceres, projetos e consultoria. Queria perceber se esse aumento já estava previsto para algum estudo em particular e qual era o plano da Junta de Freguesia para a alocação desse montante. -----

----- Também falar na parte da intervenção social e da saúde, que viram o seu orçamento aumentado em 66%, que era bastante significativo e aí não estava a pôr em causa essa alocação de recursos, sendo que 40.000 euros desse montante que foi alocado nesse aprovisionamento eram para dois novos programas que tinham zero euros orçamentados no Orçamento inicial, que era o bem-estar animal e o orçamento participativo jovem. Gostaria de dar essa oportunidade para também explicar um bocadinho melhor quais eram esses programas e o que se tratava. -----

----- Depois, ainda dentro dessa rubrica, via o aumento considerável no Cabaz de Natal, que passou de 500 euros originalmente para 30.500 euros, ou seja, uma diferença bastante substantiva que lhe fazia pensar inicialmente onde os 500€ estavam pensados para o Cabaz de Natal para a Junta toda, mas ficava feliz de ver que houve um aumento significativo. -----

----- Depois uma pergunta se calhar um bocadinho mais englobadora. Para além das rubricas mencionadas, aumento de 52% no orçamento da educação, a economia local e empreendedorismo tinha aumento de 60%, a cultura de 35% e a higiene urbana, já falaram ali bastante, aumentava o orçamento 33%. Queria perceber se esses aumentos representavam as principais preocupações do Executivo ou se simplesmente acreditavam que essa alocação iria permitir cumprir tudo aquilo a que se propunham nesse ano sem quaisquer problemas. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação à saúde pensava que estariam a referir a um projeto que pretendiam, aliás estavam à espera há dois meses de uma resposta da EMEL para utilizar esse espaço na Calçada do Combro, queriam fazer ali um espaço do bem-estar e saúde utilizando o SNS24, ter ali um gabinete do SNS24, ter a acupuntura, ter uma fisioterapeuta, ter enfermeiro, tentar ter médico. Portanto, como alguém falou há bocado, o centro de saúde ainda estava muito longe. Tinham uma população envelhecida, estavam a apostar na saúde, saúde mental também, uma psicóloga, era ter os dias todos ocupados e que a população beneficiasse. -----

----- Não queria dizer que não ajudassem já as pessoas a fazer isso no espaço cidadão, mas esse aumento devia ser isso. Tinham ali o silo da Calçada do Combro, mas estavam à espera da autorização da EMEL há dois meses, porque queriam ter aberto aquilo em abril, era o mês que se comemorava o mês da saúde e não o conseguiram, mas não iam desistir e iriam implementar. -----

----- Quanto ao resto, sim, fizeram ali alterações para cumprir com o programa até ao fim. Faltava ali ainda a verba dos CDCs, faltava dos CDCs da taxa turística, faltava dos CDCs da recolha em volta dos ecopontos, porque ficaram no limbo se iam ser retirados ou não. Também já não eram aumentados desde 2018, tentaram negociar. -----

----- Por falar em coisas que também faziam e que não eram da Junta, faziam muitas vezes. Tinham buracos na estrada e tapavam. Era um penso rápido, mas pelo menos estavam a ajudar, sinalizavam e enviavam. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que o quadro pessoal da Junta de Freguesia era de 176 trabalhadores, atualmente tinham 111 trabalhadores. Havia um conjunto de posições que se esperava que pudessem vir a ser preenchidas, nomeadamente havia um concurso que estava em vigor, embora tivessem essas dificuldades sempre. -----

----- Era preciso também não esquecer uma coisa importante. No Orçamento tinham de contabilizar 15 meses, porque tinham de contabilizar em dezembro os valores que iam ser pagos em janeiro. Portanto, não eram 14, tinham de ser 15. Quando estavam a fazer as contas tinham de pensar também isso. Depois era preciso não esquecer também que havia horas extra que tinham de ser contabilizadas e as horas extra tinham sempre dois contributos, havia duas variáveis que contribuíam para as horas extra. Portanto, depois também para as despesas com o pessoal. -----

----- A primeira era com um quadro pessoal que não conseguia ser preenchido e o trabalho tinha que ser feito, era preciso pagar horas extra. Diriam que precisava era de pessoal, pois era, mas não havia e como era difícil encontrar tinham que ir pagando horas extra. As horas extra depois tinham reflexo em termos de segurança social, por aí fora. Esse era o primeiro efeito. -----

----- O outro contributo das horas extra era aquele que provinha do facto de atividades, por exemplo com eleições, determinado tipo de eventos produzirem esse tipo de horas extra e era preciso tê-las devidamente acauteladas em termos orçamentais. -----

----- O que ali estava era em função daquilo que foi o executado em anos anteriores. Era preciso não esquecer que no Orçamento que discutiram na última Assembleia não tinham o executado, era preciso agora estarem a reportar esse executado. -----

----- Não se tinha esquecido do seu compromisso, do trabalho a ser feito nas rubricas de “outros”. Compreenderiam com certeza, esperava que tivessem essa benevolência de entender que isso pressupunha duas coisas, primeiro era fazer, segundo era contrariar hábitos que não eram de agora. Ou seja, sabiam tão bem ou melhor até que de repente chegava ali um tipo e dizia “isto não pode ser assim” e era difícil mudar hábitos dessa natureza que estavam arraigados, que estavam facilitados. Portanto, o que pedia era a tolerância necessária, a confiança para perceberem que tinha isso como preocupação. Já disse e mantinha, como gestor que era de sempre era uma preocupação que tinha e iria fazer, mas não podia fazer de um dia para o outro, teria de ir fazendo aos poucos, mas a fase da sensibilização já estava a começar.-----

----- A propósito do cabaz de Natal, era preciso ver que a despesa foi realizada no final do ano e, erradamente, não havia uma ideia. O que estava agora era o valor real e não tinha sido dotado o valor suficiente.-----

----- **Membro Miguel Rocha (IL)** agradeceu a explicação e disse que, de facto, reconhecia essa confiança, também só se conseguia ver no final do ano, mas do seu lado ficava feliz por saber que era uma preocupação e tinha tal confiança que gostaria de implementar. -----

----- Só queria focar novamente na questão que não foi respondida sobre os gastos todos de aumento de pessoal com o Orçamento rectificativo, que totalizavam pelas suas contas 263.500 euros. Se, de facto, correspondiam ou estavam previstos para as 58 posições que estavam por preencher ou se era um ajustamento a outros quadros, porque as contas para si não batiam certo. Se dividissem esses 263.500 euros pelas 58 posições que estavam abertas dava cerca de 4.500 euros, o que lhe parecia expressamente pouco. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que ficava muito contente com o otimismo, mas não iam ocupar... gostava muito não só que a Junta tivesse as receitas necessárias para suportar esse cobrimento do quadro, lamentavelmente não tinha, gostava muito porque significava ter recursos, prestar uma melhor qualidade de serviço à população, ter uma maior presença. Todos com certeza gostariam muito que isso acontecesse, mas não ia acontecer, não era previsível que isso acontecesse. -----

----- Era preciso não esquecer também que havia ali um balanço, que não era todo, mas por outro lado tinham retificações salariais.-----

----- **Membro Miguel Rocha (IL)** disse que só queria perceber qual era o raciocínio e estava explicado, agradecia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Revisão Orçamental de 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor e 5 abstenções. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação e votação da 1ª Alteração à Estrutura Orgânica;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que o objetivo dessa alteração era melhorar o funcionamento interno dos serviços, uma vez que também criaram um pelouro novo, que era o bem-estar animal e alteraram o nome de um pelouro que se chamava Cidadania e passou-se a chamar Participação e Cidadania. Portanto, essa alteração não acarretava, não criava cargos, não criava novas funções, não implicava aumento de custos. Tratava-se exclusivamente de um instrumento de gestão interna que permitia organizar melhor as áreas. -----

----- Estavam indo área a área a organizar para serem mais eficientes e mais eficazes. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Alteração à Estrutura Orgânica**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 - Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ia na ótica do ponto anterior. Era para ajustar os serviços tal como se comprometeram. Nesse momento estavam a fazer a alteração ao Mapa do Pessoal e em breve levariam novamente à Assembleia com tudo corrigido. Tinham que fazer a alteração orgânica para depois passar para o Mapa de Pessoal e aí esperavam já ter os dez novos cantoneiros e atualizar o Mapa de Pessoal com mais trabalhadores. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que em relação ao Mapa do Pessoal não eram questões propriamente técnicas dos lugares que estavam ocupados, eram questões mais específicas. Gostava de saber quanto à requalificação das carreiras dos trabalhadores da Junta, se estava prevista requalificação profissional dos mesmos. Também na progressão de carreira, se era comunicável internamente cada vez que havia uma progressão ou uma possibilidade de progressão de carreira. -----

----- Depois gostava, por fim, de saber se era possível saber a informação, se a Junta de Freguesia tinha colaboradores em teletrabalho e qual era a justificativa para tal. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação às progressões de carreira e ao Mapa do Pessoal, tinham vagas no mapa e era justamente isso que estava a dizer, que estavam a organizar até para colocar cada um no seu sítio certo. As progressões de carreira faziam-se através de mobilidades, faziam-se através do SIADAP quando as pessoas atingiam os pontos. Portanto, estavam a trabalhar nisso, estavam atentos aos trabalhadores e daí dizer que em junho iriam apresentar um mapa organizado e completo com cada posição no sítio certo. -----

----- Se os trabalhadores estudaram, se fizeram um esforço, desde que houvesse vaga nada impedia de reconhecerem e recompensarem os trabalhadores, porque achava que os trabalhadores tinham direito. -----

----- Quanto ao teletrabalho, era uma trabalhadora que foi mãe há pouco tempo, estava em teletrabalho porque não tinha onde deixar a bebé e existia essa possibilidade na Lei. Portanto, acharam que deveriam de conceder esse direito, porque não bastava só pregar que eram a favor dos direitos dos trabalhadores e depois não conceder. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que entendia essa resposta. Gostava também que no futuro, quando se prescindisse dos serviços de alguém, que se pudesse dizer que a pessoa era incompetente e prescindir-se dos serviços dessas pessoas e não prescindir por confiança política. Se calhar essa pessoa que estava em teletrabalho merecia mais confiança política. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que queria só deixar a nota que já tinha dado no PAOD, mas para que ficasse no seu ponto devido, estavam a ter a primeira revisão de algo que não tiveram a correta atualização da primeira versão. Portanto, deixar isso esclarecido e que ficasse em ata no ponto também. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que era também deixar só a nota que de facto, olhando para a Mapa de Pessoal percebia a dificuldade que devia ser para a Junta, porque havia uma necessidade de mais de 50% do número de quadros existentes. Portanto, queria acreditar que na realidade não era uma má gestão, era sim dificuldade para contratar essas pessoas. -----

----- Deixava também nota e louvar o trabalho daqueles que deviam ter uma sobrecarga de trabalho enorme e que devia ser reconhecida também. -----

----- Já perceberam que o tema era a dificuldade de contratação, necessidades específicas em certos setores, sobretudo na questão da higiene urbana. Também já foi falado na primeira reunião da Assembleia de Freguesia que havia de facto uma dificuldade acrescida em contratar essas pessoas e isso devia ser reconhecido. O que podia desejar era sorte e esperando que essas 58 pessoas necessárias fossem contratadas. Podia ser otimista, mas era o que desejava para o Executivo e para a Junta de modo geral. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Alteração ao Mapa de Pessoal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor e 5 abstenções. -----

----- **Ponto 6 - Apreciação e votação do protocolo a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto – ACEBA;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a proposta referia à celebração de um protocolo de parceria entre a Junta de Freguesia da Misericórdia e a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto, a SEBA, com vista à promoção e ao desenvolvimento de atividades culturais, lúdicas e artísticas, bem como à dinamização do espaço público no Miradouro de São Pedro de Alcântara ao longo do ano de 2026. --

----- Esse protocolo constituía um instrumento de enquadramento e regulação que permitia organizar, acompanhar e controlar a utilização do espaço público, definindo regras claras quanto à ocupação do território, aos períodos de funcionamento, às responsabilidades em matéria de limpeza, segurança, comunicação e reposição do espaço após cada iniciativa. O objetivo era assegurar que essas atividades decorriam de forma responsável, equilibrada e respeitadora do território, dos moradores e da convivência no espaço público. -----

----- Importava ainda sublinhar que esse protocolo não criava exclusividades, não afastava outras entidades e não substituíam as regras gerais em vigor, sendo antes um mecanismo destinado a ordenar, regular e acompanhar atividades num espaço sensível e emblemático da cidade. -----

----- Também convinha dizer que o incumprimento das regras estabelecidas implicava a cessação automática do protocolo. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que, antes de mais, a questão do protocolo era um tema que foi bastante debatido em sede de campanha eleitoral. Não a questão do protocolo, mas a utilização do miradouro. -----

----- Relativamente ao protocolo, que era o objeto de discussão, dizer que havia algumas incongruências no protocolo e passava a citar: -----

----- “Cláusula primeira. No sentido de realização de quatro eventos mensais a realizar durante o ano civil.” -----

----- Eram quatro eventos no mês? Sabia que não, porque depois dava para perceber que não, mas não estava bem escrito, o português não estava bem posto. -----

----- “Segundo ponto. Cláusula segunda. Obrigações da Junta de Freguesia. Autorizar a ocupação do miradouro de São Pedro de Alcântara com vista à realização de quatro eventos, de acordo com a calendarização definida na cláusula anterior, mediante pagamento de taxas devidas.” -----

----- Se as taxas já foram aprovadas na última Assembleia, já podia estar definido no contrato quanto iriam custar essas taxas, ou a taxa variava consoante a associação? Era sempre a mesma e, portanto, podia já estar explanada no contrato, que era para terem uma ideia do valor que ia ser cobrado à associação. -----

----- “Cláusula terceira. É obrigação da associação assegurar a gestão e funcionamento seleccionando criteriosamente os feirantes.” -----

----- Essa competência era da associação? Ou devia ser da Junta de Freguesia? -----

----- Não tinha nada contra a associação, não tinha contra a Junta também, mas a questão ali era simples. Parecia-lhe que havia três associações relativamente ao Bairro Alto e em primeiro lugar perguntava ao Executivo se perguntaram às outras duas se queriam realizar esses eventos. Porque é que foi aquela que foi contactada? Primeira pergunta. Sabia de fonte segura que não questionaram. Em termos de concurso público, poria isso assim, era com aquela que tinham, era com aquela que iam. -----

----- Relativamente aos feirantes, era a associação que escolhia criteriosamente os feirantes. Quais eram os critérios utilizados pela associação? Quais eram os critérios para a escolha dos feirantes? Porque se era para ajudar a associação, claro que tinha associados e ia escolher à partida os associados. Era o que deduzia do que ali estava. Os restantes que não eram associados iam ficar penalizados. Era esse protocolo que a Junta estava a apresentar. -----

----- A coligação que se candidatou do PS, Bloco de Esquerda e Livre, disse num debate que tiveram no final da campanha eleitoral, disse que garantia uma maior abrangência das feiras para toda a gente. Na terceira Assembleia de Freguesia ia um protocolo com uma associação outra vez. -----

----- Fazia mesmo confusão não haver anexo nenhum a esse protocolo. Ou seja, não era obrigatório a associação entregar relatórios trimestrais, não apresentava plano de atividades, relatório e contas, não dívida à segurança social, não dívida à AT, não havia concurso público, era a associação que escolhia quem queria pôr nas feiras, dava três bancas às associações. Que associações eram essas? Que critério? -----

----- Fazer política era ter critério. Quais eram os critérios? A Junta assinava por baixo os critérios que a associação estava a dizer? Era o que ali estava escrito, que a Junta

subscrevia por baixo que fosse a associação. Nada contra a associação, mas havia tanta gente, havia tanto comerciante. Porque tinha que ser sempre com a mesma associação? -

----- Ponto dois. Porque era a associação a assegurar a escolha criteriosa dos feirantes e não eram apresentados os critérios? -----

----- Não era apresentado nada. Isso era um protocolo que valia o que valia. Não eram apresentados valores. A única coisa que era dita eram os valores que iam ser praticados pela associação, que se fosse uma empresa era uma coisa e uma associação não era uma empresa. Se fosse uma empresa percebia, mas era uma associação que tinha que prestar contas à Junta, porque a Junta estava a fazer um protocolo com ela. -----

----- Tinha de se saber quanto ia cobrar por cada banca, quais eram os custos de manutenção, quanto eram os lucros que tinha. Os lucros, já se percebeu que em parte iam para os 600 cabazes de Natal, que achava muito bem. Portanto, o aumento que houve no orçamento dos cabazes de Natal ia reforçar esses 600. Assegurava a limpeza do Bairro Alto, mas isso não era especificado, não estava especificado em lado nenhum. Isso ainda por cima era prática passada, não era prática nova. Portanto, dava para justificar o protocolo que estava ali apresentado. -----

----- A sua única questão era essa, era apresentado um protocolo do género “vamos promover atividades no miradouro de São Pedro de Alcântara”. Não foi feita nenhuma averiguação com todas as associações da Freguesia para perceber quem queria, era só com essa. Porquê só com essa? Porque não foi feita a pergunta a todas as outras? Porque senão estavam a fazer políticas para uns, não estavam a fazer políticas para todos. -----

----- As suas questões eram todas à volta disso. Não havia substância suficiente, a seu ver, para a aprovação desse protocolo porque não havia informação nenhuma. Não sabiam qual era o plano de atividades da associação, se tinha relatório e contas aprovado, se não tinha dívidas à Segurança Social, se não tinha dívidas à AT. O concurso público, entre aspas porque isso era uma associação, não foi feito, ou seja, não foi dada oportunidade a outras associações e sabia de fonte segura que não, foi confirmado várias vezes por várias associações que não foi dada essa oportunidade às associações, foi deduzido, “esta é a única que consegue”. -----

----- Essa dedução tinha muito que dizer, porque se calhar havia associações na Freguesia que também queriam organizar eventos no miradouro de São Pedro de Alcântara. Foi reiterado que isso não era limitativo. Certo, mas era sempre o mesmo a fazer isso. Durante quanto tempo? Quanto cobrava? O que fazia? Não havia relatórios? Não havia nada que consubstanciasse esse protocolo? Não havia nada que fomentasse? Ou seja, estavam a pedir para aprovar um protocolo que não tinha informação de nada. A única coisa que estava ali era quase uma passagem da gestão do miradouro à associação, que gerisse durante esses períodos. Isso sem informação nenhuma. -----

----- Achava que era pouco e que merecia muito mais. havia informação que podia estar ali presente no protocolo, ainda por cima era um protocolo assinado pela Presidente e pelo Presidente e Tesoureiro da associação. Podia ter muito mais informação que não tinha. Das duas uma, ou eram transparentes e claros e tinham essa ambição de ser transparentes e claros, ou então o que ali estava não era transparente e claro. -----

----- Mediante o pagamento das taxas, quais eram as taxas? Qual era o valor? Porque se era para o ano civil estava dito, já estava regulado. Se fosse para dois anos, um plurianual, percebia, mas era para um ano. Redefinissem, escrevessem, assumissem. ---



----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que pegava nessa última parte do assumir. Não estavam ali as taxas todas específicas porque tinham eventos que eram parceiros. Não sabiam o metro quadrado que iam ocupar. Havia áreas que ocupavam, era uma atividade em parceria. Esse protocolo era taxado, todos pagavam as taxas segundo a tabela da Câmara Municipal de Lisboa. Ia pagar por dia e por metro quadrado. -----

----- Portanto, o que estavam a fazer, sendo uma associação ou sendo um outro senhor que falaram, estavam a fazer um POEP para cada iniciativa. Portanto, no 29 de maio a 28 de julho tinha que ir lá entregar um POEP. Nessa altura eram pedidos os documentos todos também. Tinha dito que algum incumprimento e o evento era cancelado. -----

----- Outra questão, não tinham autonomia financeira, pois eram essas feirinhas e mercados que davam para fazer a Praia Campo Sénior, a Praia Campo Infantil, levar os meninos à praia, ter uma semana de férias no Intervir. Essas feirinhas ajudavam a arranjar calçadas também. Portanto, não justificava nem estavam a vender à população. -----

----- Essas feiras eram controladas pela Junta, funcionavam de domingo a quinta até às onze da noite. Sextas e sábados, vésperas de feriado, até à meia-noite. O som controlado, com fiscalização. Dizer que não havia regulação, mas havia. -----

----- Trataram no mês de março dos mercados de levante. Houve um concurso, houve regras, reuniram com as associações, falaram com as associações e ali também falaram. Porque era a associação de comerciantes? Porque nesse momento, das associações da Freguesia, se calhar era quem tinha mais competência, capacidade e estabilidade e tinha sido parceira no 25 de Abril. -----

----- Isso era para o ano 2026 e, para querer dar oportunidade aos outros, nesse momento estavam a preparar um procedimento para a frente rio, para todas as associações da Freguesia poderem candidatar. Aliás, como já lá esteve o Marítimo, como estava lá agora o BA United, como ia para lá o Rio de Janeiro, como podia ir a associação de bares, como podia ir quem quisesse. Tinham que intercalar. -----

----- Primeiramente era para dar prioridade às associações, mas também não podiam deixar o comércio em volta, também tinham que dar prioridade àqueles operadores económicos, também dar uma hipótese. Portanto, isso seria levado ali, teriam toda a informação disponível e necessária. -----

----- Esse protocolo também os apoiava. Tinham limpeza, iria ter também iluminação de Natal. Também ajudava nos cabazes. -----

----- Cada evento teria um POEP, teria um relatório. Se não cumprisse no primeiro evento já não fazia o segundo. -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** disse que subscrevia o que o seu colega proferiu. O CDS tinha feito uma recomendação, porque não era contra esse protocolo, só que tinha algumas cláusulas que deveriam ter ali essa alteração a nível de retificação do protocolo para poderem votar favoravelmente. Visto que não houve essa abertura ali na Assembleia, estavam em iminência de votar contra esse protocolo. -----

----- Quando falavam da data do ano civil 2026, a feira de dezembro ia de 18 de dezembro a dia 3 de janeiro. Portanto, dia 3 de janeiro não era 2026 e sim 2027. Tinham que fazer essa alteração escrita no protocolo. -----

----- O Gonçalo Armindo também já falou ali sobre as taxas, não ia voltar a referir. Ia referir ali as Freguesias. Tinha feito uma pesquisa de associações, coletividade de grupos culturais e desportivos na Freguesia da Misericórdia, tinham mais de 31

associações. Não estava contra esta associação, mas sim a clareza, a transparência de dar oportunidade a todas as entidades e associações que quisessem participar nesses eventos. -----

----- Relativamente a essa associação e se esse protocolo fosse para a frente, tinha uma sugestão do CDS-PP, de que essa associação ficava referente a esses eventos nessas datas, mas que alguma coisa no protocolo dissesse que não podiam participar em outros eventos na Freguesia, para dar abertura às outras associações e coletividades que quisessem participar noutros eventos.-----

----- Assegurar também a igualdade de acesso a todas as entidades, clarificar, como o Gonçalo já disse ali, o regime de taxas, disponibilizar sempre informação sobre a prática administrativa, promovendo os respetos e os critérios de transparência e confiança institucional e em caso de haver essas alterações o CDS votaria a favor desse protocolo. Caso não existisse, lamentavelmente votaria contra. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que havia pouco a acrescentar após as intervenções do Gonçalo e da Filipa, mas havia ali uma série de incongruências. A Senhora Presidente falou que não existia exclusividade, mas já viram que em 19 de fevereiro houve uma entidade, uma associação ou alguém a nível particular que tentou fazer uma feira e que foi rejeitada em 11 de março porque já estava comprometido com a associação. -----

----- Depois, a Senhora Presidente acabava de passar um atestado de incompetência à gestão financeira da Junta de Freguesia, porque a Praia Campo custava cerca de meio milhão de euros e dizer que necessitava dessas feiras para fazer a Praia Campo, desculpasse, mas era um atestado de incompetência que passava rasurado à gestão financeira da Freguesia. -----

----- Por outro lado, tinham tanta falta de trabalhadores, mas se havia trabalhadores para trabalharem na higiene urbana nesses eventos, a Junta de Freguesia podia abrir para que eles fossem colaboradores da Junta de Freguesia.-----

----- Posto isso, também estava em causa, não sendo minimamente jurista nem tendo apetência para tanto, mas no seu entender estava ali em causa a Lei 19/2012, que tinha como bases o abuso da posição dominante, o acordo de práticas concertadas, o controle de concertação e a atividade económica. Estava a Junta de Freguesia a par e ao corrente dessa situação? -----

----- Depois, em quatro feiras estavam a falar de 103 dias de ocupação do espaço, fora as que já estavam para trás. Não estavam ali contabilizados os períodos de montagem e desmontagem, ou estavam?-----

----- Fazendo agora um reparo ao seu colega Gonçalo Armindo, o Gonçalo errou quando disse que não tinham capacidade de aprovar a proposta. E não tinham, porque ali não mandavam nada, porque ao contrário desse grupo, que era um grupo independente e cada um pensava por si e viu-se nas votações das moções, cada um votava como entendia, ali o que estava em causa era que faziam “chover no molhado”. Ali não conseguiam chumbar nada nem conseguiam aprovar nada. -----

----- Foi interessante ver o PCP a defender que queria que retirasse uma alínea da moção do CDS. Gostava de questionar por exemplo a posição do PCP quando era conhecido e bastava pesquisar online, que passava a citar: -----

----- “O PCP critica no caso do miradouro de São Pedro Alcântara os grandes eventos, a não defesa do comércio tradicional e a ocupação do espaço público.-----

----- O Bloco de Esquerda critica o combate à privatização, a sustentabilidade do ambiente e o espaço da programação.-----

----- Em relação específica ao jardim de São Pedro Alcântara tem mantido uma postura de oposição forte, com uma crítica ativa da forma como são geridas e implementadas sistematicamente feiras.”-----

----- Não havia muito a assinalar. Não podiam ali fazer nada, eram chamados a intervir só para parecer, estavam mais ou menos a par da situação e pouco mais podiam fazer. --

----- **Membro Ricardo Rodrigues (PSD)** disse que a sua questão era em relação às três bancas para as associações locais, que lhe parecia se calhar pouco, dado que havia mais, havia clubes e havia outras associações de moradores que podiam querer lá no espaço. Havendo só três ou pelo menos três, era o que estava a dizer, podia ser que houvesse mais, como seria feita a distribuição? Se essa semana, por exemplo, era o Rio de Janeiro, outra semana era o Marítimo etc.-----

----- Parecia-lhe também que deveriam estar presentes não só no mês de junho, mas em todas as feiras anuais porque se isso era para o Bairro Alto também seria para os clubes e para as associações do Bairro Alto. Para si fazia sentido não só no mês de junho, mas em todas as feiras haver para as associações de moradores e para os clubes de futebol e para outras associações que houvesse. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que ali o que estava em causa era o princípio de igualdade de acesso a oportunidades e percebia que essa associação em causa já tivesse um certo histórico e muito bem, mas como o Senhor Tesoureiro também disse, havia certos hábitos que era importante mudar para criar essa abertura e do ponto de vista da Iniciativa Liberal era exatamente isso que levava, era tentar perceber. Percebendo mais uma vez que era uma associação que já trabalhava com a Junta há algum tempo, o que a Junta de Freguesia estava a fazer para em paralelo com esse protocolo abrir às outras associações a igualdade de acesso, a um dia poderem ser essas associações a assinarem um protocolo deste género para vários eventos desse ano. Era mais essa perspetiva de longo prazo e não só referente a essa situação. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que a resposta da Presidente às suas questões não ajudou, sinceramente, ao discernimento relativamente à proposta e ao protocolo. A Senhora Presidente disse que tinham de intercalar e o ponto era exatamente esse, tinham de intercalar. -----

----- Percebia que fosse fácil para a Junta de Freguesia querer dinamizar a Freguesia e passar para as associações essa dinamização. Segundo o pressuposto que entendia também, essa associação era a que demonstrava ter capacidade para fazer. Entendia também, mas se as outras não fossem questionadas se tinham capacidade nunca iriam saber se estavam capacitadas, não foi questionado às associações. Foi assumido que era aquela. -----

----- Percebia, era a única que já deu garantias no passado e talvez que conseguia dar garantias agora, mas não foi perguntado às outras e as outras também tinham direito. Daí estar a dizer que não era contra essa associação. Esperava que a associação entendesse que isso não eram intervenções em ataque à associação, porque não era e para que ficasse em ata para o futuro, não era contra a associação. Era contra a gestão

que a Junta estava a fazer relativamente a um espaço que era da Freguesia e à prática comum, o *modus operandi* com que o fazia.-----

----- Já tinha assistido a outras Assembleias de Freguesia em outras Freguesias da cidade e muitas vezes esses protocolos iam acompanhados com documentação anexa. Não custava nada ir um plano de atividades, qualquer coisa palpável. Em termos académicos. Isso parecia “muita parra e pouca uva”. Esperavam e não tinha sumo quase nenhum. Isso era muito genérico e depois não havia nada a consubstanciar. Era o que a si iria fazer votar contra esse protocolo que não adiantava de nada.-----

----- Aquilo que o Pedro disse tinha toda a razão. De facto, errara porque isso não adiantava de nada. Não eram a maioria nessa Assembleia de Freguesia, mas de facto não havia garantias nenhuma. Boa sorte com essa garantia de terem de intercalar.-----

----- Sinceramente, estava a tentar perceber, a tentar ter uma perspetiva desse protocolo que não fosse compadrio, mas não conseguia.-----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** perguntou se a Associação de Moradores “Somos Bairro Alto” foi ouvida nesse processo e qual era o parecer da associação sobre o mesmo.-----

----- Dizia isso porque bastava as pessoas pesquisarem na internet os diretores da Associação com os seguintes comentários: “Que estranho, não são permitidos arraiais populares nos jardins e em espaços públicos e em espaços ajardinados. Só posso rir. Fazem os editais e não os cumprem. Câmara Municipal de Lisboa, são uma vergonha, vejam o que é que vão fazer”.-----

----- Outro membro da Associação de Moradores republicava um post da Associação de Comerciantes a dizer: “Então, não querem pôr carrocéis também?” O post significava que a Associação de Comerciantes tinha recebido os candidatos do PS, Alexandra Leitão e Carla Almeida, no intuito das eleições.-----

----- Comentários de outro membro dessa Associação, que infelizmente já não estava ali presente, gostava de lhe ter questionado sobre isso: “Pena que continuem a não ouvir os moradores, a opinião dos munícipes e dos fregueses nunca é válida, embora sejam estes que votam. Alguém foi convidado? Alguém do nosso grupo? Lastimo, mas não fomos. Talvez façam uma arruada a solicitar os nossos votos.”-----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que aí iria discordar um bocadinho do Gonçalo. De facto, esse trabalho teve o seu mérito, mesmo que depois os votos em si não tivessem propriamente, não empurrassem a balança mais para um lado do outro, mas achava que era válido e, sobretudo, bom para o debate estarem ali todos a explanar as opiniões. Portanto, só queria deixar essa nota.-----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que mais uma vez, em relação a essa questão, de facto as pessoas se frequentassem o arraial agora pelo 25 de Abril, se frequentassem todas as outras comemorações que tinha havido, veriam que também era entregue à Associação de Comerciantes do Bairro Alto.-----

----- Em relação aos outros, por exemplo pelo CDS foi dada ali uma lista de uma série de entidades que nem sequer estavam legalizadas, havia algumas comissões de moradores que não existiam. Havia toda uma série de intenções só de mal dizer e evidentemente, como foi ali dito por eles, que não tinham a maioria, queriam pelo cansaço vergar as pessoas. Mas não iam vergar porque as questões que estavam bem relacionadas iam ficar.-----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** referiu que no início da sua recomendação dizia que o CDS não estava contra a associação. Portanto, esse Senhor ali atrás, do PCP, não ouviu o que tinha dito, que apoiava e se alterassem os pontos votava a favor. Ficou e queria que voltasse a ficar escrito na ata.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não tinha mais nada a dizer, achava que já tinha explicado tudo.-----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que não estava ali para tentar vergar ninguém e tinha pena que fosse esse o entendimento do Eleito do PCP.-----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que fazia suas as palavras do Miguel e acrescentava o seguinte: Era muito giro defender Abril, mas Abril também servia para escrutinar e o que estavam a fazer ali era escrutinar. Portanto, vergar não era nada do que estavam ali a fazer. O que estavam a tentar fazer era escrutinar, não era vergar. Se vergavam com tão pouco, era com eles, mas iriam continuar a lutar.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Protocolo a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto – ACEBA protocolo a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto – ACEBA**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 7 votos a favor e 5 votos contra.-----

----- **Ponto 7 - Apreciação e votação da isenção do pagamento de taxas por força das consequências do mau tempo provocado pelas tempestades “Kristin”, “Leonardo” e “Marta”;**-----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que essa proposta surgia na sequência das condições meteorológicas excecionais que originaram riscos efetivos para a segurança na Freguesia. Por indicação do Serviço Municipal de Proteção Civil e da Câmara Municipal de Lisboa, o Executivo procedeu aa encerramento temporário de jardins e espaços verdes como medida preventiva de proteção da população. Essas circunstâncias excecionais condicionaram o normal funcionamento de diversas atividades.-----

----- Perante essa situação, o Executivo entendia que a resposta pública devia ser adequada e enquadrada, adotando uma medida excecional de isenção temporária de taxas dirigida a quem foi diretamente afetado por constrangimentos que não controlou.-----

----- Mais do que uma questão de receita, tratava-se de uma decisão que refletia o acompanhamento institucional e o cumprimento de dever da Junta enquanto entidade de proximidade, garantindo simultaneamente o respeito pela legalidade e pela boa gestão dos recursos públicos.-----

----- Gostaria ainda de deixar um agradecimento muito claro a todos os trabalhadores da Junta, mais uma vez, pelo empenho, esforço e dedicação que já eram habituais, mas que foram particularmente excecionais durante esses dias intensos e de risco, assegurando a resposta no terreno, a proteção das populações e o funcionamento dos serviços em condições difíceis.-----

----- Era nesse enquadramento que submetia a proposta à apreciação da Assembleia.-----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que era extensivo a Marítimo Lisboa Clube e perguntava se as tempestades atingiram a feira do Marítimo de Lisboa Clube. Não tinha nas suas memórias e por isso questionava. Ou se esse procedimento seria do mau tempo em geral.-----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** esclareceu que o procedimento era para o período de 5 de janeiro a 11 de janeiro. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que parecia uma boa iniciativa da parte da Junta. Achava que a isenção não era problema. Ali sentiam, em comparação com outros pontos de Portugal não sentiam, mas também sentiam e achava que era uma boa atitude da Junta de Freguesia e congratulava a Junta por essa atitude. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que fazia suas as palavras do Gonçalo também. Parabéns à Junta por essa iniciativa e deixar também uma palavra mais uma vez aos trabalhadores da Junta que nesses dias deviam ter tido um trabalho sobre-humano e extra. Portanto, também deixar essa nota e a Iniciativa Liberal iria votar a favor dessa proposta. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que aproveitava para agradecer a todos os que estiveram no terreno, tanto da Junta como da Câmara, como da Polícia, como da Proteção Civil. Foram dias intensos e exaustivos. Portanto, um grande bem-haja. -----

----- Nunca davam muito valor, mas tinham cada vez mais que estar preparados para isso, porque não era fácil ter que alargar equipas e aí estavam a apostar muito no voluntariado, porque isso foi um comboio de tempestades que não havia quem resistisse a ficar tantos dias acordados. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Isenção do pagamento de taxas por força das consequências do mau tempo provocado pelas tempestades “Kristin”, “Leonardo” e “Marta”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que a IL gostaria de subscrever essa iniciativa. -----

----- **Ponto 8 - Outros assuntos;** -----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que ia agora colocar a questão sobre o posto médico no Cais do Sodré. O que lhes foi dito era que seria interrompido até ao final do ano passado. Já iam com quatro meses volvidos e continuavam as obras, mas havia uma questão que o preocupava ainda mais. Tivera recentemente uma consulta no posto médico e foi-lhe dito que iria estar entregue a obra em agosto, mas não sabiam quando iriam voltar para lá porque não havia verbas para mobiliários e equipamentos. -----

----- Isso era preocupante e gostava de saber o que a Junta sabia sobre isso. Se não tinha conhecimento sobre isso devia questionar a Câmara ou o Ministério da Saúde. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que achava que isso era do conhecimento público, devia haver algum esquecimento, a data do término da obra era final de 2026. -

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que estavam a agendar uma reunião com eles, mas a data que tinham conhecimento era 2026. Quanto ao resto não sabia, mas era uma questão de ouvir todos, iam falar com a diretora e depois perceber. -----

----- Também queria dar uma palavra de apreço às marchas, porque não esperavam menos do que no ano anterior. A Junta já apoiou as duas marchas e agora estavam a ceder camisolas. Normalmente davam camisolas. -----

----- Iam perguntar quantos bilhetes pretendia, por telefone porque dessa vez já estava prevenida. Normalmente davam dois, mas faziam questão de saber o dia que queriam ir e se quisessem ir de autocarro havia dois autocarros que disponibilizavam à população.

Eram todos bairristas e tinham o direito de ir ver as suas marchas ao pavilhão, à Avenida, ao Camões onde também faziam um encontro. Contava com todos lá. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que todos os centros de saúde que já foram inaugurados no mandato anterior estavam sempre equipados, tanto pela Câmara como também pelo Ministério da Saúde. -----

----- Disse que de facto tinham que vergar um bocadinho menos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, esgotada a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

PRESIDENTE



1ª. SECRETÁRIA



2ª. SECRETÁRIA



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

LISTA DE PRESENCAS

29 de abril de 2026

Nome	Presente	Ausente	Substituído por	Assinatura
Carlos Victor	X			Carlos Victor
Ana Marques	X			Ana Marques
Maria Alfreda Fonseca	X			Maria Alfreda Fonseca
Catarina Ramalho	X			Catarina Ramalho
José Pato	X			José Pato
Ana Sara Pinto	X			Ana Sara Pinto
José Dinis	X			José Dinis
Pedro Duarte	X			Pedro Duarte
Mariana Perry Vidal		X	Pedro Duarte	Pedro Duarte
Filipa Trem	X			Filipa Trem
Gonçalo Armindo	X			Gonçalo Armindo
Miguel Mendes da Rocha	X			Miguel Mendes da Rocha
Rafael Borges		X		Rafael Borges

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

LISTA DE PRESENÇAS DO EXECUTIVO

Data da Reunião da AFM: 29 de abril de 2026

Nome	Presente	Ausente		Assinatura
Carla Almeida	✓		Substituída por:	Caldwell
Henrique Ribeiro	✓			K. V. R.
Diogo Lorena	✓			h. m.
Sofia Bentinho	✓			A. S. P. R.
Luísa Rodrigues				



4

2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia

Edital 01/AFM/2026

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto nos artigos 11.º e 14.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 21.º e 24.º do Regimento da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, convoco para o dia **29 de abril de 2026**, pelas **19h00**, a 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, a ter lugar na Sede da Freguesia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1** Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta, e da situação financeira da Freguesia;
- 2** Apreciação e Votação do Relatório de Atividades e Documentos de Prestação de Contas de 2025;
- 3** Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental de 2026;
- 4** Apreciação e Votação da 1ª alteração à Estrutura Orgânica;
- 5** Apreciação e Votação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal;
- 6** Apreciação e Votação do protocolo a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto – ACEBA;
- 7** Apreciação e Votação da isenção do pagamento de taxas por força das consequências do mau tempo provocado pelas tempestades “kristin”, “Leonardo” e “Marta”;
- 8** Outros assuntos

Lisboa, em 21 de abril de 2026,

O Presidente da AFM

Assinado por: **CARLOS MEDRANO VICTOR**
Num. de Identificação: 08100736
Data: 2026.04.21 12:02:23+01'00'

-Carlos Medrano Victor-

Nota: A Ordem de Trabalhos será precedida de um Período de “Intervenção do Público” e de um Período de “Antes da Ordem do Dia”, de acordo com os artigos 35º e 36º do Regimento da Assembleia de Freguesia da Misericórdia.

Carla Arantes

De: Carla Arantes em nome de J.F. Misericórdia
Enviado: 28 de abril de 2026 10:15
Para: Carla Arantes
Assunto: FW: Justificação de Ausência na 2ª Assembleia ordinária da Assembleia de freguesia - 29/04/2026

JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTO ENTRADA Nº 976 ANO 2026

RECEBIDO POR Carla

DATA REMETIDO PARA SERVIÇO

Carla Arantes
Secção de Gestão Administrativa
carla.arantes@jf-misericordia.pt



Pense bem antes de imprimir este e-mail.
Think before print this e-mail.

Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 7D
1200-153 Lisboa
Tel.: 21 392 98 02/05 / 21 581 38 07
www.jf-misericordia.pt



28/04/2026 Assamblea da freguesia
JD - con LP ULDE

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nela contidos ou anexados destinam-se a uso exclusivo do(s) destinatário(s) e poderá conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/C de 2016/27) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou encaminhamento dessa informação é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

De: Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>
Enviada: 28 de abril de 2026 09:08
Para: J.F. Misericórdia <geral@jf-misericordia.pt>
Assunto: FW: Justificação de Ausência na 2ª Assembleia ordinária da Assembleia de freguesia - 29/04/2026

Para atribuição de registo de entrada

Carla Ribeiro Francisco
Coordenadora Técnica
Secção de Gestão Administrativa
carla.ribeiro@jf-misericordia.pt



Pense bem antes de imprimir este e-mail.
Think before print this e-mail.

Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 7D
1200-153 Lisboa
Tel.: 21 392 98 03
www.jf-misericordia.pt



AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nela contidos ou anexados destinam-se a uso exclusivo do(s) destinatário(s) e poderá conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/C de 2016/27) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou encaminhamento dessa informação é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

De: mariana perry <mariana_perry@hotmail.com>
Enviada: 27 de abril de 2026 21:58
Para: carlosmvictor@hotmail.com
Cc: pedro.m.duarte@cm-lisboa.pt; Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>; pedrinha.ricardo@gmail.com
Assunto: Justificação de Ausência na 2ª Assembleia ordinária da Assembleia de freguesia - 29/04/2026

VOTO DE PESAR

PELOS 20 ANOS DO ASSASSINATO DE GISBERTA SALCE JÚNIOR

No dia 22 de fevereiro de 2006, no Porto, foi brutalmente assassinada Gisberta Salce Júnior, mulher trans, imigrante brasileira, em situação de sem-abrigo, vítima de dias sucessivos de agressões por um grupo de adolescentes, vindo o seu corpo a ser lançado a um poço de água num edifício abandonado.

O assassinato de Gisberta revelou, de forma particularmente cruel, a intersecção de várias opressões: transfobia, misoginia, racismo estrutural, xenofobia e pobreza, tornando visível a vulnerabilidade extrema em que vivem muitas pessoas trans, migrantes e em contexto de sem-abrigo em Portugal.

A comoção pública que se seguiu ao crime mobilizou movimentos LGBTQIA+ e feministas, organizações de direitos humanos e setores da sociedade civil, que fizeram de Gisberta um símbolo da luta por dignidade, reconhecimento e proteção legal para as pessoas trans e para todas aquelas que são alvo de violência de ódio.

Ao longo destas duas décadas, a memória de Gisberta foi preservada em vigílias, ações públicas, iniciativas culturais, canções, peças de teatro e debates que ajudaram a transformar o modo como o país discute identidade de género, violência de ódio e responsabilidade do Estado na proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Vinte anos depois, persistem em Portugal discursos e práticas transfóbicas, ataques a pessoas LGBTQIA+, barreiras no acesso à habitação, ao trabalho e à saúde para pessoas trans, e situações de violência institucional que revelam que o legado de Gisberta permanece uma exigência de justiça e transformação efetiva das políticas públicas.

Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere:

1. Expressar o seu profundo pesar pelos 20 anos do assassinato de Gisberta Salce Júnior, guardando um minuto de silêncio;

2. Reconhecer Gisberta como um símbolo da luta contra a transfobia, o ódio e a exclusão social, afirmando o compromisso desta Assembleia com a defesa intransigente dos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, origem nacional, situação económica ou condição social:
3. Recomendar ao Executivo e à Assembleia de Freguesia que continuem a desenvolver e reforçar políticas locais de combate à discriminação, de proteção de pessoas LGBTQIA+, de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo e de acolhimento de pessoas migrantes e refugiadas, articulando-as com associações e coletivos que trabalham diretamente com estas comunidades;
4. Enviar o presente voto de pesar à família de Gisberta, às organizações trans e LGBTQIA+ com intervenção em Portugal, e às entidades da rede de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, dando conhecimento da presente deliberação.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2026



VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 52º ANIVERSÁRIO DO 25 ABRIL DE 1974

O CDS, na qualidade de partido fundador da democracia portuguesa, saúda o 52º aniversário do 25 Abril de 1974.

O Abril longínquo de 1974 que consagrou a plena liberdade para todos, não foi efémero e revestiu-se de um conjunto de factos que moldaram o nosso futuro.

Foi Abril que restaurou os direitos civis e políticos, que estabeleceu uma verdadeira separação de poderes, a liberdade de imprensa e de opinião, e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte de 1975, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais autoritarismos, reafirmando a democracia, a liberdade e a tolerância em todos os atos eleitorais até à atualidade.

Foi Abril que permitiu um amplo reconhecimento internacional de Portugal e a adesão à Comunidade Económica Europeia.

Foi Abril que, incontestavelmente, trouxe o desenvolvimento e o pluralismo político, económico e social que transformou o nosso país.

Foi Abril que implementou o poder local e que desenvolveu Portugal, suprimindo as carências que o poder central persistia em ignorar.

É o Abril intemporal, o Abril sem donos, sem censura, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado, nem nunca estará! Mas é a ele que devemos a possibilidade de sermos responsáveis pelo nosso destino.

Celebrar Abril é, pois, a busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos restituiu. É identificar e combater, quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. E porque brevemente também se celebra o 1º de Maio é, o momento para recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores.

Celebrar Abril é lutar, na esfera pública, como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.



Celebrar Abril é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.

Celebremos, pois, Abril e Maio, sem luta de classes!

Assim, a eleita do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida a 29 de Abril de 2026, que:

- Aprove um voto de saudação dedicado a todos os que, em 25 de Abril de 1974, lutaram por um Portugal independente, democrático, tolerante, pacífico, próspero e livre.

Lisboa, 29 de Abril de 2026

A eleita do CDS-PP na AF de Misericórdia

Ana Filipa Trem



VOTO DE SAUDAÇÃO

Revolução do 25 de Abril

A celebração da Revolução do 25 de Abril constitui um dos momentos mais marcantes da história contemporânea de Portugal, representando a conquista da liberdade, da democracia e da dignidade para o povo português.

Evocar o 25 de Abril é recordar o fim de um regime assente na repressão, na ausência de direitos e na limitação das liberdades fundamentais, bem como assinalar o início de um novo ciclo histórico, baseado na participação cívica, na justiça social e na construção de uma sociedade mais igualitária. A revolução, protagonizada pelo Movimento das Forças Armadas e amplamente apoiada pela população, permitiu afirmar direitos essenciais, abrir caminho à democracia e afirmar um projeto coletivo assente na liberdade e na solidariedade.

Os valores de Abril, liberdade, igualdade, solidariedade e participação, continuam a constituir pilares fundamentais da vida democrática. Foi com base nesses princípios que se consolidaram direitos sociais, se construiu um sistema público de saúde, se concretizou a emancipação da Mulher e se promoveram melhores condições de vida para a população.

Contudo, importa reconhecer que a democracia exige um compromisso contínuo. As conquistas alcançadas ao longo das últimas décadas implicam uma vigilância permanente, num contexto em que persistem desigualdades sociais e onde emergem, por vezes, discursos que colocam em causa valores fundamentais do Estado de direito democrático.

No plano local, a freguesia da Misericórdia afirma-se como um território onde os valores de Abril se refletem no quotidiano. A sua diversidade social, cultural e geracional traduz a vivência plural da democracia, onde a inclusão, o respeito pela diferença e a participação cívica assumem particular relevância. A ação da Junta de Freguesia da Misericórdia tem procurado desenvolver-se em consonância com estes princípios, promovendo uma intervenção de proximidade, orientada para a coesão social, o apoio às populações mais vulneráveis e a valorização do espaço público enquanto lugar de encontro, de expressão e de cidadania.

Simultaneamente, considera-se relevante destacar a relação de proximidade e colaboração entre a Junta de Freguesia da Misericórdia e a Associação 25 de Abril, assente na valorização da memória histórica e na promoção dos valores democráticos. Esta ligação traduz-se na participação e apoio a iniciativas evocativas do 25 de Abril, contribuindo para manter viva a herança de Abril junto da comunidade, em particular das gerações mais jovens. A ação conjunta destas entidades constitui um exemplo relevante de compromisso com a preservação da memória coletiva e com a afirmação contínua dos princípios de liberdade, democracia e cidadania.

Importa igualmente reconhecer o papel de todos aqueles que, ao nível local, contribuem diariamente para a vitalidade democrática da freguesia, cidadãos, associações, instituições e



eleitos, cujo empenho é determinante para a construção de uma comunidade mais justa, solidária e inclusiva.

Assinalar o 25 de Abril é, assim, não apenas recordar um momento fundador da nossa história coletiva, mas também renovar um compromisso com o futuro de continuar a defender a liberdade, a combater as desigualdades e a promover uma sociedade mais participativa e coesa.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Saudar a Revolução do 25 de Abril de 1974, reconhecendo o seu papel determinante na conquista da liberdade e da democracia em Portugal;
2. Reafirmar o compromisso com a defesa da democracia, dos direitos fundamentais e da justiça social;
3. Reconhecer o contributo de todos os que, ao nível local, promovem uma sociedade mais participativa, plural e inclusiva;
4. Saudar a Associação 25 de Abril pelo papel central na organização das celebrações populares do 25 de Abril e na valorização contínua do seu legado histórico;
5. Saudar todas as formas de celebração pacífica do 25 de Abril, enquanto expressão viva dos valores conquistados com a Revolução;
6. Remeter o presente Voto de Saudação à Associação 25 de Abril.

Lisboa, 29 de abril de 2026.

O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia

VOTO DE SAUDAÇÃO

VIVA O 25 DE ABRIL

Comemoramos o quinquagésimo segundo aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente e que lança sempre novas sementes para o nosso futuro. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

A perda de poder de compra e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

Dois mil e vinte seis marca também a aprovação dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa. Este marco histórico simboliza a consolidação da democracia em Portugal, garantindo direitos fundamentais e liberdades civis.

A Constituição não é um roteiro de partido. É uma ideia de convivência. Escrita na língua de Camões e Amílcar Cabral. Um texto que nos une, imune ao sectarismo de trincheira.

Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere:

1. Saudar e evidenciar o 52º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e com o tributo a todas as pessoas que se organizaram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;

Lisboa, 20 de Abril de 2026

VOTO DE SAUDAÇÃO

19 ANOS DA DESPENALIZAÇÃO DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ E 8 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DA LUTA DAS MULHERES DE TODO O MUNDO

No dia 11 de fevereiro de 2007, a sociedade portuguesa afirmou, em referendo, o seu compromisso com a liberdade, a dignidade e a saúde de todas as mulheres, ao aprovar a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 10 semanas, a pedido da pessoa grávida. Esta conquista histórica não se construiu de forma súbita: foi o desfecho de décadas de luta feminista, de julgamentos públicos que expuseram a violência da criminalização, de redes de solidariedade que recusaram a clandestinidade e de sucessivas iniciativas políticas que, mesmo quando derrotadas, foram alargando a maioria social favorável ao direito a decidir. A despenalização permitiu retirar milhares de mulheres da clandestinidade, reduzir drasticamente os riscos para a sua saúde e afirmar a autodeterminação reprodutiva como um pilar dos direitos humanos em democracia.

Dezanove anos depois, importa reconhecer que esta vitória foi construída por um movimento feminista plural, persistente e intergeracional, que transformou o silêncio em palavra pública e o estigma em ação coletiva. Foi essa mobilização que tornou possível converter a experiência de perseguição e julgamento num avanço civilizacional, inscrevendo o direito ao aborto no quadro das políticas públicas de saúde e tornando Portugal um país mais justo e mais democrático.

Contudo, a realidade da despenalização da IVG demonstra-nos que os direitos conquistados exigem aplicação efetiva e atualização permanente. Persistem desigualdades territoriais no acesso à IVG, a objeção de consciência continua, em muitos contextos, a funcionar como um bloqueio estrutural e existem constrangimentos administrativos e institucionais que recaem com maior peso sobre as mulheres em situações de vulnerabilidade. Celebrar esta conquista implica, por isso, garantir o acesso pleno, atempado e em proximidade ao aborto seguro em todo o território nacional, removendo barreiras que perpetuam desigualdades e assegurando que o direito legal se traduz num direito real.

Assinalamos igualmente o dia 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres de todo o mundo, parede mestra da luta feminista internacional e expressão de uma tradição de mobilização que articula trabalho, direitos e democracia. O 8 de Março, consagrado pela ONU em 1975 como Dia Internacional das Mulheres e assinalado nesse mesmo ano, pela primeira vez em liberdade, pelas mulheres portuguesas, recorda-nos que o trabalho que

sustenta a vida - o trabalho remunerado e o não remunerado, visível e invisível - continua profundamente marcado por desigualdades de género, num contexto capitalista e patriarcal. Convoca-nos, por isso, para a reflexão e para a ação sobre as desigualdades salariais, a precariedade laboral, a crise da habitação, a sobrecarga dos cuidados, as violências de género, o racismo, a xenofobia e as múltiplas formas de discriminação, que atingem de forma mais intensa as mulheres mais pobres, migrantes e racializadas.

O movimento feminista tem afirmado que não há igualdade sem justiça no trabalho e sem redistribuição do tempo, da riqueza e dos cuidados, num momento em que Portugal, em 2026, não está imune às tendências regressivas globais que afectam particularmente mulheres e raparigas e todas as existências que questionam o sistema produtivo. O 8 de Março trouxe para o centro do debate político a pergunta sobre o que é o trabalho e quem o sustenta, tornando visível que sem o trabalho de cuidados - historicamente desvalorizado e feminizado - a economia e a sociedade não funcionam. É, neste sentido, que os movimentos feministas têm sido determinantes na defesa dos serviços públicos e na construção de uma política de cuidados que reconheça, valorize e redistribua esse trabalho, na afirmação do direito ao corpo, ao tempo e à participação plena na vida social, económica e política de todas as pessoas, e na luta por uma sociedade sustentada nos valores da liberdade, da igualdade, da justiça, da solidariedade e da paz, no tempo presente crescentemente contaminado por uma visão belicista e armamentista que determina os orçamentos em função da guerra em detrimento do bem comum - os movimentos feministas recordam-nos que não existe libertação sem a autodeterminação de todos os povos, sem serviços públicos, sem direitos que não deixam ninguém para trás.

Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere:

1. Saudar os dezanove anos da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal, reconhecendo o papel determinante dos movimentos feministas, das mulheres, das organizações da sociedade civil e dos profissionais de saúde que contribuíram para esta conquista histórica e democrática e para a promoção da saúde e da dignidade das mulheres e pessoas com útero;
2. Saudar o 8 de Março, Dia Internacional da Luta das Mulheres de todo o mundo, enquanto expressão de luta coletiva e pela igualdade de género, destacando os movimentos feministas que marcaram presença na Marcha Pela Libertação de Todas as Mulheres, em Lisboa;

3. Reafirmar a importância de políticas públicas que garantam a igualdade material entre géneros, o acesso universal aos direitos sexuais e reprodutivos, a valorização e redistribuição dos cuidados e o combate a todas as formas de discriminação e violência de género;
4. Manifestar solidariedade com os movimentos feministas e todas as movimentações de mulheres que, no território da freguesia, da cidade e do país, continuam a construir caminhos de participação e justiça social, pela Igualdade, pela Democracia e pela Paz;
5. Enviar o presente voto de saudação para o Ministério da Saúde e o Conselho de Administração da ULS de São José.

Lisboa, 8 de Março de 2026

VOTO DE SAUDAÇÃO

AOS BLOCOS DE CARNAVAL DA CIDADE DE LISBOA

O Carnaval de Lisboa tem vindo a transformar-se, nos últimos anos, numa celebração cada vez mais vibrante, plural e marcada pela diversidade cultural da cidade. Em 2026, Lisboa assistiu ao maior Carnaval da sua história, impulsionado pela forte participação da comunidade brasileira e pelo crescimento expressivo dos blocos de rua, que levaram música, cor e alegria a vários bairros da cidade.

De acordo com informações divulgadas pela Câmara Municipal de Lisboa, realizaram-se 17 blocos de Carnaval que desfilaram pelas ruas da cidade, entre 13 e 17 de fevereiro, resultado de um plano organizado em articulação com a União dos Blocos de Carnaval de Rua de Lisboa (UBCL). Estes desfiles abrangem oito freguesias, refletindo uma expansão territorial significativa e a consolidação do Carnaval de rua como manifestação cultural relevante para a cidade.

Este crescimento está também enquadrado pelo protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Embaixada do Brasil em Portugal, assinado em 2025 e válido até 2027, que reconhece o Carnaval de rua como expressão cultural de interesse para a cidade e reforça o apoio institucional às iniciativas da comunidade brasileira. Este apoio inclui o reforço da limpeza urbana, a disponibilização de contentores, a articulação com juntas de freguesia e a emissão de licenças necessárias à ocupação do espaço público.

Além dos desfiles oficiais, o Carnaval de 2026 contou com uma programação intensa, espontânea e popular em diversos bairros, eventos que mobilizaram milhares de pessoas e demonstraram a força e vitalidade das tradições carnavalescas de matriz brasileira em Lisboa.

Este dinamismo cultural tem contribuído para aproximar comunidades, dinamizar o espaço público, fortalecer redes artísticas locais e reforçar o carácter aberto e multicultural de Lisboa. Os blocos de Carnaval, organizados de forma comunitária e participativa, promovem

a criatividade, a ocupação festiva da cidade e o acesso gratuito à cultura, assumindo-se como uma expressão viva da democracia urbana.

Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere:

1. Saudar todos os blocos de Carnaval de Lisboa, reconhecendo o seu contributo para a afirmação de um Carnaval plural, inclusivo e culturalmente vibrante, nomeadamente a União dos Blocos de Carnaval de Rua de Lisboa (UBCL), dando conhecimento da presente deliberação;
2. Enaltecer o papel da comunidade brasileira na dinamização do Carnaval de rua em Lisboa e na criação de pontes que enriquecem a vida coletiva e associativa da cidade, reconhecendo o contributo da Casa do Brasil de Lisboa neste trabalho, a quem deve ser dado conhecimento da presente deliberação como ator determinante na presente freguesia;
3. Reconhecer o empenho das organizações comunitárias, culturais e artísticas envolvidas na realização dos blocos;
4. Reafirmar o compromisso da Freguesia com o apoio institucional às manifestações culturais de base comunitária, valorizando o Carnaval de rua como património cultural vivo da cidade;
5. Apoiar e divulgar iniciativas carnavalescas futuras, em articulação com associações, coletivos culturais, freguesias e instituições que promovem a ocupação festiva e a democratização do espaço público.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2026

VOTO DE SAUDAÇÃO

1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo mote que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal e o Mundo atravessam hoje períodos difíceis. A crise permanente, o Pacote Laboral e a situação internacional com a Guerra do Irão e da Ucrânia, têm tido consequências brutais na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento do custo de vida, em particular nos preços dos combustíveis, energia e no cabaz essencial.

Por isso, assinalar o 1º de maio é exigir a melhoria das condições de trabalho, que se mostram determinantes para a recuperação económica e social de quem trabalha.

Assim, perante o exposto, a eleita pelo Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia delibere:

- 1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todas pessoas que exigem dignidade, defesa da democracia, dos serviços públicos, do emprego, do salário e das pensões**
- 2. Saudar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e das populações da cidade que asseguram serviços como a higiene urbana, a venda de bens essenciais, os transportes, os correios, a limpeza e manutenção das infraestruturas, hospitais e das escola pública, serviços determinantes para a manutenção da vida comum.**

Lisboa, 20 de Abril de 2026



VOTO DE SAUDAÇÃO

Pelo aniversário da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, formalizada em 1 de janeiro de 1986, constitui um dos momentos mais determinantes da história recente do país, marcando uma viragem estrutural no processo de consolidação democrática, desenvolvimento económico e afirmação internacional de Portugal.

Este passo histórico representou uma escolha política clara de integrar um projeto assente nos valores da liberdade, da democracia, da solidariedade e da cooperação entre povos. Após décadas de isolamento e atraso estrutural, Portugal afirmou-se como uma democracia europeia, aberta ao mundo e comprometida com um caminho de progresso, justiça social e convergência com os seus parceiros europeus.

A integração europeia não foi apenas um desígnio estratégico, foi uma opção transformadora que permitiu modernizar o país, reforçar os serviços públicos, qualificar o território e promover uma melhoria significativa das condições de vida das populações. Este percurso contou com o contributo decisivo de lideranças políticas que compreenderam a importância do projeto europeu como motor de desenvolvimento e como garantia de estabilidade democrática.

Lisboa e as suas freguesias são hoje expressão concreta deste percurso de transformação, refletindo uma cidade mais qualificada, dinâmica e aberta, onde a valorização do espaço público, a diversidade social e cultural e o reforço da coesão territorial evidenciam o impacto de um caminho sustentado de desenvolvimento e integração.

Importa, por isso, reconhecer que este caminho não foi inevitável, mas sim resultado de escolhas políticas firmes, ancoradas numa visão de futuro e numa aposta clara na construção europeia. Num contexto atual marcado por desafios geopolíticos, desigualdades persistentes e discursos que procuram fragilizar o projeto europeu, torna-se ainda mais relevante reafirmar o valor desta integração e os princípios que a sustentam.

Neste sentido, este Voto constitui não apenas uma saudação a um momento histórico, mas também uma afirmação política clara em defesa de uma Europa de progresso, de solidariedade e de futuro.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Saudar o aniversário da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, reconhecendo o seu papel determinante na consolidação da democracia e no desenvolvimento económico e social do país;
2. Destacar o impacto positivo da integração europeia no desenvolvimento da cidade de Lisboa e das suas freguesias;
3. Reafirmar o compromisso com os valores europeus da liberdade, da democracia, da solidariedade e da cooperação entre povos;



4. Determinar o envio do presente Voto às entidades competentes e às organizações relevantes no âmbito da cooperação europeia.

Lisboa, 29 de abril de 2026.

O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia



VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia Internacional da Visibilidade Trans

O Dia Internacional da Visibilidade Trans constitui um momento de reflexão, reconhecimento e reafirmação do compromisso com os direitos humanos, a dignidade e a igualdade de todas as pessoas, independentemente da sua identidade de género.

Esta data reveste-se de particular importância ao dar visibilidade às vivências, desafios e contributos das pessoas trans e intersexo, historicamente sujeitas a múltiplas formas de discriminação e exclusão social. Mais do que um momento simbólico, trata-se de uma oportunidade para reforçar o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitadora da diversidade.

Apesar dos avanços registados no plano legal e no reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTI+, subsistem ainda obstáculos significativos, designadamente no acesso a cuidados de saúde adequados, especializados e livres de discriminação. Acresce que os processos de acompanhamento clínico e de afirmação de género são, frequentemente, longos e complexos, implicando múltiplos serviços e profissionais, nem sempre devidamente preparados para responder às necessidades específicas destas pessoas. A ausência de respostas integradas e acessíveis no Serviço Nacional de Saúde tem, em muitos casos, conduzido à necessidade de recurso ao setor privado, com custos elevados e impactos negativos na qualidade de vida e no bem-estar.

No contexto da freguesia da Misericórdia, território marcado pela sua diversidade, abertura e dinamismo social e cultural, importa sublinhar o compromisso das instituições locais com a promoção de uma comunidade inclusiva, onde todas as pessoas possam viver com dignidade, segurança e respeito.

Neste âmbito, importa destacar que, no dia em que se assinalou esta data, a Junta de Freguesia da Misericórdia procedeu ao hastear da bandeira da Visibilidade Trans, enquanto gesto simbólico de solidariedade para com as pessoas trans e intersexo. Este ato constituiu uma afirmação clara do empenho da autarquia na promoção da igualdade de direitos, bem como um sinal inequívoco de que a freguesia se pretende afirmar como um espaço seguro, inclusivo e acolhedor para todas e todos. A cerimónia contou com a presença de diversas entidades e representantes institucionais e associativos, designadamente André Moz Caldas, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Carla Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, bem como Sofia Bentinho e Luísa Rodrigues, vogais do Executivo. Estiveram igualmente presentes representantes de várias organizações da sociedade civil, nomeadamente ILGA Portugal, Transparadaise, Amplos, Rede Ex Aequo, Opus Diversidades, Mercado no Bairro e o Centro de Apoio Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cuja intervenção tem sido fundamental na promoção dos direitos das pessoas LGBTI+ e no apoio às comunidades.

Importa igualmente saudar o trabalho desenvolvido por estas associações, coletivos e estruturas da sociedade civil que, também neste território, desempenham um papel essencial



no apoio às pessoas trans e intersexo, na sensibilização da comunidade e na promoção de políticas inclusivas.

Neste enquadramento, a visibilidade deve ser entendida não apenas como reconhecimento simbólico, mas como instrumento de transformação social, que exige a eliminação de barreiras, o combate ao preconceito e a garantia de acesso efetivo a direitos fundamentais, designadamente na área da saúde, da educação, do emprego e da participação cívica.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Assinalar o Dia Internacional da Visibilidade Trans, saudando as pessoas trans e intersexo e reconhecendo o seu contributo para a diversidade e riqueza social da freguesia;
2. Reafirmar o compromisso com a promoção da igualdade, da não discriminação e do respeito pela identidade de género;
3. Reconhecer a necessidade de reforçar o acesso a cuidados de saúde adequados, especializados e livres de discriminação;
4. Saudar o trabalho das associações e organizações que promovem os direitos das pessoas trans e intersexo;
5. Determinar o envio do presente Voto às entidades e organizações relevantes na área dos direitos LGBTI+.

Lisboa, 29 de abril de 2026.

O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia



VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia Internacional da Proteção Civil

O Dia Internacional da Proteção Civil constitui um momento de reconhecimento público do papel fundamental desempenhado por todos os agentes, profissionais e voluntários que, diariamente, contribuem para a segurança, proteção e bem-estar das populações.

Esta data assinala a importância de uma estrutura organizada e eficaz de prevenção, resposta e recuperação face a situações de risco, catástrofes e emergências, destacando o papel essencial da proteção civil enquanto pilar de uma sociedade resiliente e preparada.

Ao longo dos anos, tem-se vindo a reforçar a consciência coletiva para a importância da prevenção e da capacidade de resposta a cenários de crise, num contexto em que fenómenos naturais extremos, alterações climáticas e riscos urbanos colocam novos desafios às comunidades e às instituições. A proteção civil assume, assim, uma dimensão cada vez mais estratégica, exigindo coordenação, planeamento e investimento contínuo.

Importa reconhecer o trabalho desenvolvido por todos os agentes de proteção civil, cuja dedicação, muitas vezes em contextos adversos e exigentes, é determinante para a salvaguarda de vidas humanas e bens.

No plano local, a freguesia da Misericórdia, enquanto território urbano dinâmico e densamente frequentado, enfrenta desafios específicos em matéria de segurança e gestão de risco. O território exige uma atenção permanente à prevenção e à capacidade de resposta a emergências.

Neste contexto, importa igualmente destacar que este dia foi assinalado pela Junta de Freguesia da Misericórdia, na Praça Luís de Camões, através da realização de uma exposição de meios de socorro e apoio operacional. Esta iniciativa permitiu aproximar a comunidade dos agentes de proteção civil, proporcionando um contacto direto com equipamentos de emergência e promovendo o conhecimento das suas valências e formas de atuação. A iniciativa contou com a presença da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Almeida, e do vogal responsável pela Unidade Local de Proteção Civil, Diogo Morena, bem como com a participação da Unidade Local de Proteção Civil da Junta de Freguesia da Misericórdia, do Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa, da Polícia de Segurança Pública e dos Bombeiros Voluntários de Lisboa. A articulação entre estas entidades constitui um exemplo relevante de cooperação institucional ao serviço da comunidade. Este tipo de iniciativas assume particular importância na sensibilização da população para comportamentos preventivos e para o papel que cada cidadão pode desempenhar na construção de uma comunidade mais segura.

Assinalar este dia é, assim, reconhecer o mérito de todos aqueles que dedicam o seu trabalho à proteção da comunidade, mas também reafirmar a importância de continuar a investir na prevenção, na formação e na cooperação institucional.



Neste sentido, este voto constitui uma expressão de reconhecimento e valorização do papel da proteção civil, bem como um compromisso com a promoção de uma comunidade mais segura, informada e resiliente.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional da Proteção Civil, reconhecendo o papel essencial dos agentes de proteção civil na salvaguarda de pessoas e bens;
2. Enaltecer o trabalho dos profissionais e voluntários que atuam nesta área, destacando a sua dedicação e sentido de missão;
3. Valorizar a iniciativa realizada na Praça Luís de Camões como exemplo de proximidade entre as instituições e a comunidade;
4. Reafirmar a importância da prevenção, da sensibilização e da preparação das populações para situações de risco;
5. Determinar o envio do presente Voto às entidades competentes e às organizações relevantes no âmbito da proteção civil.

Lisboa, 29 de abril de 2026.

O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia



VOTO DE SAUDAÇÃO

Dia Internacional da Mulher – 8 de março

O Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, constitui um momento de particular relevância cívica, não apenas pela evocação das lutas históricas que estiveram na sua origem, mas também pela oportunidade de reafirmar, no presente, o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Esta data, profundamente enraizada nos movimentos sociais que reivindicaram direitos laborais, dignidade e participação política, permanece hoje como um símbolo de resistência e de afirmação dos direitos das mulheres em todo o mundo. Ao longo das últimas décadas, registaram-se avanços significativos no plano legislativo, social e cultural. Contudo, tais progressos não eliminaram as desigualdades persistentes, que continuam a manifestar-se em múltiplas dimensões da vida quotidiana.

As mulheres continuam, em muitos contextos, a enfrentar obstáculos acrescidos no acesso a oportunidades profissionais, a auferir rendimentos inferiores em comparação com os homens e a assumir, de forma desproporcionada, responsabilidades no âmbito do trabalho não remunerado e do cuidado familiar. Acresce que a violência baseada no género permanece uma realidade inaceitável, que exige uma resposta firme, consistente e transversal por parte das instituições e da sociedade.

No plano local, a freguesia da Misericórdia distingue-se pela sua diversidade social, cultural e geracional, sendo um território dinâmico onde coexistem diferentes experiências de vida e percursos pessoais. Neste contexto, importa reconhecer e valorizar o contributo das mulheres que aqui vivem, trabalham ou desenvolvem a sua atividade, e que, diariamente, participam ativamente na construção de uma comunidade mais coesa, solidária e participativa.

Sejam trabalhadoras, estudantes, cuidadoras, empreendedoras, dirigentes associativas ou agentes culturais, as mulheres da freguesia da Misericórdia desempenham um papel fundamental na vitalidade do território. A sua intervenção, muitas vezes marcada pela dedicação, pela resiliência e pelo sentido de responsabilidade social, contribui decisivamente para o desenvolvimento local e para o fortalecimento dos laços comunitários.

Importa igualmente destacar o papel das associações, coletivos e organizações da sociedade civil que, no território da freguesia, promovem a igualdade de género, apoiam vítimas de violência e desenvolvem iniciativas de sensibilização e capacitação. O seu trabalho constitui um pilar essencial na promoção de uma cidadania plena e no combate a todas as formas de discriminação.

Neste enquadramento, torna-se imperativo não apenas reconhecer os progressos alcançados, mas também reafirmar a necessidade de continuar a promover políticas públicas e práticas locais que garantam a efetiva igualdade de direitos e oportunidades, bem como a plena participação das mulheres em todos os domínios da vida social, económica, cultural e política.



Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Assinalar o Dia Internacional da Mulher, saudando todas as mulheres da freguesia da Misericórdia e reconhecendo o seu contributo essencial para a vida comunitária e para o desenvolvimento do território;
2. Reafirmar o compromisso com a promoção da igualdade de género, enquanto princípio estruturante de uma sociedade democrática;
3. Condenar todas as formas de violência e discriminação baseadas no género, reiterando a necessidade de uma resposta articulada e eficaz;
4. Reconhecer o trabalho desenvolvido por associações, coletivos e instituições que, no território da freguesia, promovem os direitos das mulheres e a igualdade;
5. Determinar o envio do presente Voto às organizações não governamentais, na área da igualdade e dos direitos das mulheres da sociedade civil relevantes no território da Freguesia.

Lisboa, 29 de abril de 2026.

O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia



VOTO DE SAUDAÇÃO

À Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos – Convento dos Cardaes

A Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos – Convento dos Cardaes foi recentemente distinguida com a atribuição da Medalha de Membro Honorário da Ordem do Mérito, uma das mais elevadas distinções do Estado Português, reconhecendo o seu percurso, dedicação e relevante contributo no plano social, cultural e humano.

O Convento dos Cardaes, fundado no século XVII, constitui um dos mais significativos testemunhos do património histórico, religioso e artístico da cidade de Lisboa. Ao longo de mais de três séculos, este espaço tem preservado a sua identidade, resistindo às transformações urbanas e afirmando-se como um lugar de memória, de contemplação e de serviço à comunidade.

A instalação, no século XIX, da Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos no Convento dos Cardaes marcou o início de uma nova etapa na sua história, profundamente ligada à intervenção social. Desde então, a Associação tem desenvolvido um trabalho contínuo de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo a dignidade humana, a inclusão e a solidariedade, num compromisso que atravessa gerações.

Ao longo do tempo, a instituição soube conciliar a preservação de um património arquitetónico e cultural de elevado valor com uma ação social de reconhecida relevância, destacando-se pela sua capacidade de adaptação às necessidades contemporâneas, sem nunca perder de vista a sua missão fundadora. Atualmente, o Convento dos Cardaes mantém-se como um espaço vivo, aberto à comunidade, acolhendo iniciativas culturais e educativas, enquanto assegura respostas sociais ajustadas às exigências do presente.

No contexto da freguesia da Misericórdia, importa sublinhar a relação de proximidade e cooperação existente entre a Junta de Freguesia e a Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos – Convento dos Cardaes, assente num compromisso comum com a promoção da dignidade humana, da coesão social e da valorização do território. Esta relação institucional tem permitido reforçar respostas de proximidade, potenciar iniciativas conjuntas e consolidar uma rede de apoio que beneficia a comunidade local.

A ação desenvolvida pela Associação encontra eco nos princípios que orientam a atuação da Junta de Freguesia da Misericórdia, nomeadamente na defesa de uma intervenção pública próxima, solidária e inclusiva. Os valores da solidariedade, do cuidado com o outro, da proteção dos mais vulneráveis e da valorização da pessoa humana constituem pilares comuns que se refletem tanto na missão da instituição como na ação autárquica.

Importa ainda salientar o papel determinante dos seus dirigentes, trabalhadores, voluntários e benfeitores, cuja dedicação tem sido essencial para a continuidade e consolidação da missão da Associação. O seu trabalho, muitas vezes desenvolvido de forma discreta, representa um exemplo notável de compromisso cívico, de entrega ao bem comum e de serviço à comunidade.



A distinção agora atribuída representa, assim, não apenas um reconhecimento público do mérito da Associação, mas também a valorização de um percurso assente em princípios fundamentais que importa preservar e promover. Num tempo marcado por desafios sociais complexos, instituições como esta recordam-nos a importância da solidariedade, da empatia e da responsabilidade coletiva na construção de comunidades mais justas e humanas.

Neste sentido, mais do que assinalar uma distinção, este Voto constitui também uma homenagem aos valores que lhe estão subjacentes, entre eles a dignidade da pessoa humana, a entreatajuda, o compromisso com os mais vulneráveis e a construção de uma sociedade mais coesa, onde ninguém é deixado para trás.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Saudar a Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos – Convento dos Cardaes pela atribuição da Medalha de Membro Honorário da Ordem do Mérito, reconhecendo o seu contributo histórico, social e humano;
2. Enaltecer o trabalho desenvolvido pelos seus dirigentes, trabalhadores, voluntários e benfeitores, cuja dedicação tem sido fundamental para a prossecução da sua missão;
3. Reconhecer e valorizar a relação de cooperação entre a Associação e a Junta de Freguesia da Misericórdia, enquanto exemplo de proximidade institucional ao serviço da comunidade;
4. Destacar os valores de solidariedade, dignidade humana e compromisso social que orientam a ação da Associação e que se refletem na identidade da freguesia;
5. Determinar o envio do presente Voto à Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos – Convento dos Cardaes.

Lisboa, 29 de abril de 2026.

O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia



MOÇÃO

Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto

A evocação da data do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto remete-nos para uma das mais trágicas páginas da história da humanidade, marcada pela perseguição sistemática, pelo ódio e pela violência exercida sobre milhões de pessoas, vítimas de um regime que negou os princípios mais elementares da humanidade, promovendo a exclusão, a discriminação e o extermínio.

Mais do que um exercício de memória, esta assinalação impõe-se como um dever coletivo de preservar a verdade histórica, honrar as vítimas e garantir que as gerações presentes e futuras compreendem a gravidade destes acontecimentos e a responsabilidade de impedir que tais atrocidades se repitam.

A memória do Holocausto constitui, assim, um alerta permanente para os riscos associados à intolerância, ao discurso de ódio, à desvalorização dos direitos humanos e à fragilização das instituições democráticas. Recorda-nos que a indiferença e o silêncio podem ser cúmplices da injustiça e da violência.

Num contexto contemporâneo em que persistem fenómenos de discriminação, racismo, antissemitismo e negação histórica, torna-se essencial reforçar o compromisso com a educação, com a promoção dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade assente no respeito pela diversidade e pela dignidade da pessoa humana.

A freguesia da Misericórdia, marcada pela sua diversidade social e cultural, deve afirmar-se como um território de inclusão, de respeito e de convivência democrática.

Neste sentido, recordar o Holocausto é também assumir um compromisso com o presente e com o futuro em combater todas as formas de discriminação, rejeitar o ódio e promover uma sociedade baseada na liberdade, na igualdade e na justiça.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão, delibera:

1. Assinalar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, homenageando todas as vítimas desta tragédia histórica;
2. Reafirmar o compromisso com a defesa dos direitos humanos, da democracia e da dignidade da pessoa humana;
3. Condenar todas as formas de discriminação, intolerância, racismo, antissemitismo e discurso de ódio;
4. Determinar o envio da presente Moção às entidades e organizações relevantes na promoção dos direitos humanos.

Lisboa, 29 de abril de 2026.



O Grupo do Partido Socialista
Assembleia de Freguesia da Misericórdia



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.:

PROPOSTA Nº 060/JFM/2026

PROPOSTA

1ª Revisão Orçamental e 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento em 2026

Considerando que:

a) Nos termos do disposto na al. a), do n.º 1, do artigo 9.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Assembleia de Freguesia a aprovação das grandes opções do plano e do orçamento, bem como as suas revisões, sob proposta da Junta de Freguesia, de acordo o previsto na al. a), do n.º 1, do artigo 16.º do mesmo diploma legal.

b) Estão presentes os documentos relativos à 1ª Revisão do Orçamento e a 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento em 2026, anexos à presente proposta, da qual fazem parte integrante para os devidos e legais efeitos.

Tenho a honra de propor à Junta de Freguesia delibere:

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas da al. a), do n.º 1, do artigo 9.º e al. a), do n.º 1, do artigo 16.º da Lei de n.º 75/2013, de 12 setembro, a 1ª Revisão do Orçamento e a 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento em 2026, conforme documentos anexos à deliberação do órgão executivo e à presente proposta, da qual fazem parte integrante para os devidos e legais efeitos.

Lisboa, 22 de abril de 2026

A Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia

(Carla Almeida)



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.:

PROPOSTA Nº 058/JFM/2026

1. Alteração à Estrutura Orgânica da Freguesia da Misericórdia

Considerando que:

a) No uso das competências previstas nas alíneas h) e xx) do n.º 1 do art. 16.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como na previsão dos art. 13.º e 15.º, n.º 4 do D.L. 305/2009, de 23 de outubro, a Junta de Freguesia aprovou e submeteu à aprovação da Assembleia de Freguesia, para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do art. 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a estrutura orgânica dos serviços da Freguesia da Misericórdia e competente Regulamento, aprovada por deliberação dos órgãos, respetivamente de 28.11.2022 e 14.12.2022.

b) O D.L. 305/2009, de 23 de outubro, aponta no seu preâmbulo para os objetivos decorrentes das estruturas orgânicas, referindo que importa "*... dotar as autarquias locais de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade. (...)*"

c) Para dar cumprimento ao leque de atribuições das freguesias definidas legalmente pelo novo regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro e pela lei da reorganização administrativa de Lisboa, resultante da Lei 56/2012, de 8 de novembro, importa proceder a uma alteração organização dos serviços da Freguesia da Misericórdia, designadamente com a inserção do Pelouro da Participação e Cidadania na unidade orgânica flexível – Divisão de Intervenção Social e Cidadania. Também se pretende incluir o «Bem-estar animal» como setor de atividade, dependente do Executivo;



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☐ Aprovado

☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.:

d) Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia:

- i. Aprovar o modelo de estrutura orgânica;
- ii. Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;
- iii. Definir o número máximo total de subunidades orgânicas.

a) A alteração da estrutura orgânica ora proposta prossegue os objetivos já definidos aquando da elaboração da estrutura nuclear em dezembro de 2014 e das suas revisões ocorridas nos anos 2015, 2017 e 2022;

b) Tendo presente o número de recursos humanos atualmente existentes na Junta de Freguesia e as regras consagradas no D.L. 305/2009 de 23 de outubro, propõe-se a continuidade de uma estrutura formal hierarquizada constituída por três divisões (unidades orgânicas flexíveis) e uma secção (subunidade orgânica), diretamente dependente do executivo, a par de um conjunto de setores de atividade alocados às Divisões ou ao Executivo

c) As unidades orgânicas flexíveis serão asseguradas por dirigentes intermédios de segundo grau - chefe de divisão e a subunidade orgânica flexível de suporte continuará a ser coordenada por um coordenador técnico.

Tenho a honra de propor que a Junta de Freguesia delibere:

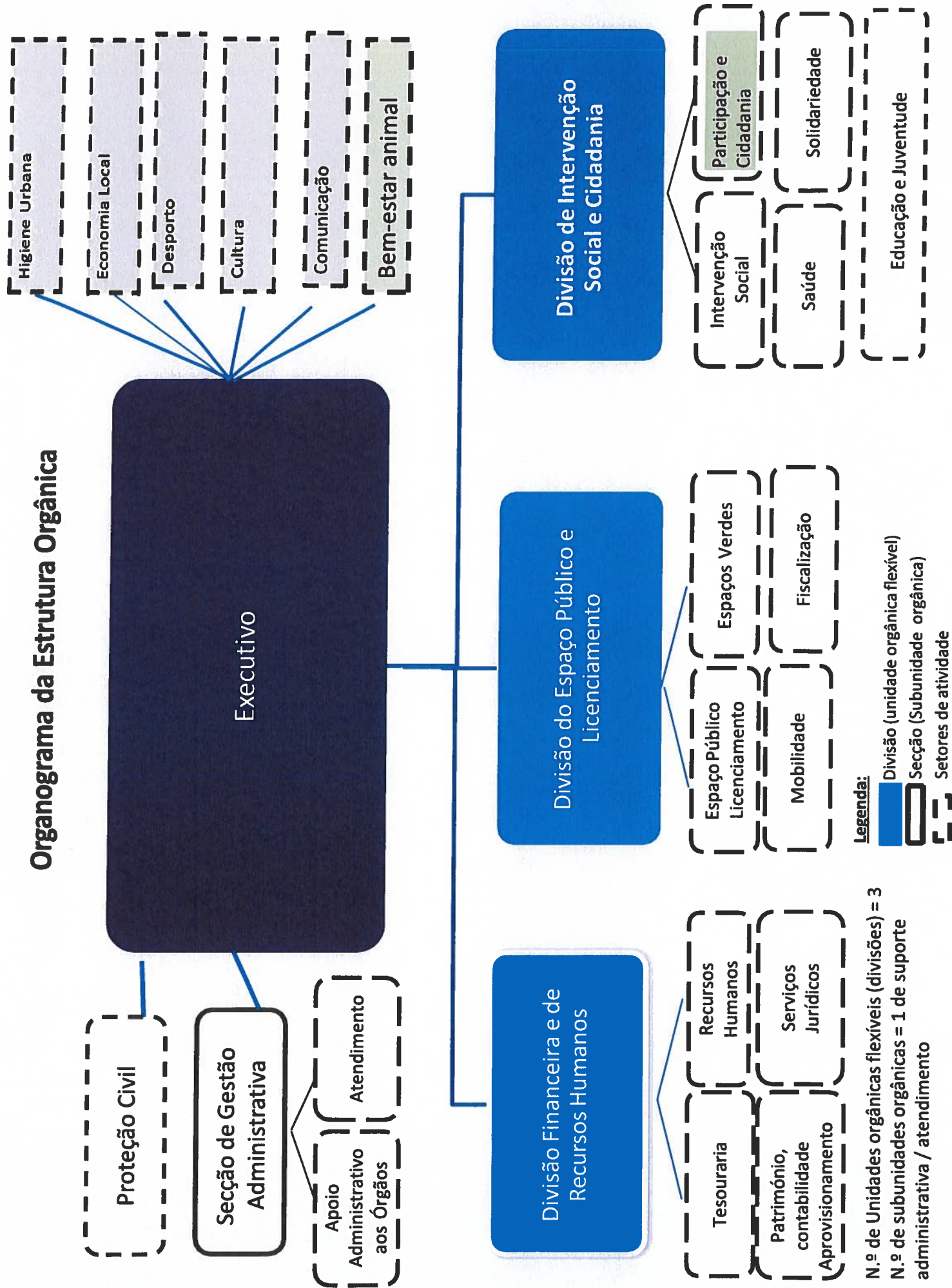
Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, no uso das competências previstas nas alíneas h) e xx) do n.º 1 do art. 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como na previsão dos art. 13.º e 15.º, n.º 4 do D.L. n.º 305/2009, de 23 de outubro, para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do art. 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª alteração da estrutura orgânica da Freguesia da Misericórdia, nos termos constantes do organograma anexo o qual faz parte integrante da presente proposta para os devidos e legais efeitos.

Lisboa, 22 de abril de 2026

A Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia


(Carla Almeida)

Organograma da Estrutura Orgânica





JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.:

PROPOSTA Nº 057/JFM/2026

1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2026

Considerando que:

- a) De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, *"...o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica, assim devendo permanecer"*;
- b) Nos termos das disposições conjugadas da al. m) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 e n.º 2, al. b) do artigo. 3.º do D.L. n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia, aprovar o mapa de pessoal dos serviços da freguesia, bem como as suas alterações;
- c) O Mapa de Pessoal da Freguesia, deverá conter, de acordo com o exigido pelo art. 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, *"... a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar ou do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam"*;
- d) A alteração que ora se propõe, sem alterar o número de postos de trabalho do mapa aprovado para 2026, procede a uma reafectação dos mesmos por áreas de atividade e respetivas unidades orgânicas.



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☐ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.:

Tenho a honra de propor que a Junta de Freguesia delibere:

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, de acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º do Anexo I da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 3.º, n.º 1 e n.º 2, al. b) do D.L. n.º 209/2009, de 3 de setembro e al. m), do n.º 1, do artigo 9.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª alteração ao mapa de Pessoal de 2026, que se anexa à presente proposta, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos.

De acordo com o disposto no n.º 4, do citado artigo 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho e artigo 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Mapa de Pessoal deve ser publicitado através da sua afixação no edifício sede da Junta de Freguesia e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer durante o ano de 2026.

Lisboa, 22 de abril de 2026

A Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia

(Carla Almeida)

	Unidades Orgânicas	Sub-Unidades Orgânicas/ atribuições/ competências/ atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de trabalhadores em mobilidade/saídas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
(a) Postos de trabalhos previstos e cativos para trabalhadores em mobilidade. Sem impacto financeiro no orçamento/ rubricas dos custos com pessoal.								
J u n t a d e F r e g u e s i a	Divisão Financeira e de Recursos Humanos	Cargo de Direção Intermédia	Chefe de Divisão	Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos	Para além das competências cometidas por lei aos dirigentes, compete ao Chefe de Divisão Financeira e de Recursos Humanos, definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirige, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; garantir a coordenação das atividades e qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e outros públicos.	1	0	0
			Técnico Superior	Licenciatura Direito	Analisar e dar pareceres jurídicos em todos os processos que lhe sejam submetidos, relativamente a todas as áreas de intervenção da Freguesia; Instruir processos de contra-ordenação; Instruir processos disciplinares; Elaborar contratos e documentos de cariz técnico-jurídico; Elaborar estudos e propostas de regulamentação; prestar apoio jurídico aos diversos órgãos da Freguesia, unidades orgânicas e serviços; formalizar com base em informações dos órgãos e serviços, acordos, protocolos e contratos, em que a Freguesia seja parte; gerir e acompanhar em articulação com todas as unidades orgânicas e serviços as participações e queixas crime efetuadas pela Freguesia. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	2	0	0
					Analisar e dar pareceres jurídicos em todos os processos que lhe sejam submetidos, relativamente a todas as áreas de intervenção da Freguesia; Instruir processos de contra-ordenação; Instruir processos disciplinares; Elaborar contratos e documentos de cariz técnico-jurídico; Elaborar estudos e propostas de regulamentação; prestar apoio jurídico aos diversos órgãos da Freguesia, unidades orgânicas e serviços; formalizar com base em informações dos órgãos e serviços, acordos, protocolos e contratos, em que a Freguesia seja parte; gerir e acompanhar em articulação com todas as unidades orgânicas e serviços as participações e queixas crime efetuadas pela Freguesia. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.			
			Técnico Superior	Licenciatura em Recursos Humanos ou Gestão em Administração Pública	Preparar, executar e avaliar os meios, programas e medidas referentes aos processos de admissão, de alteração de posicionamento remuneratório, de formação e avaliação de desempenho dos trabalhadores, do respetivo cadastro e remunerações. Assegurar o expediente relativo ao recrutamento, constituição de modalidade de emprego público, instrumentos de mobilidade e cessação de funções dos trabalhadores; Desenvolver o planeamento e promoção da formação, sua evolução e avaliação; Recolher, organizar e tratar a informação sócio-profissional relativa aos recursos humanos e elaborar, anualmente, o balanço social remetendo-o às entidades competentes; Instruir os processos referentes a inscrições e prestações aos trabalhadores, nomeadamente, os relativos a abonos ou prestações familiares, ADSE, Caixa Geral de Aposentações e outros; Organizar e manter atualizados os processos individuais, o cadastro, os registos biográficos dos trabalhadores, bem como o registo e controlo de assiduidade, respetivas faltas, férias e licenças; Coadjuvar no processamento de vencimentos, subsídios, abonos e outras remunerações, bem como, instruir os processos relativos a prestações devidas aos trabalhadores e seus familiares e, ainda, processar os descontos devidos; Promover os procedimentos relativos ao recrutamento de pessoal; Organizar os processos da avaliação do desempenho no âmbito do SIADAP; Organizar e instruir os processos de aposentação; Elaborar e implementar o manual de acolhimento, bem como acompanhar a integração de todos os novos trabalhadores; Gerir programas de estágios profissionais curriculares e programas ocupacionais. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	2	0	0
J u n t a d e F r e g u e s i a	Divisão Financeira e de Recursos Humanos				Colaboração na planificação, concepção, execução e avaliação das medidas adotadas no âmbito da estratégia comunicacional da Freguesia; assegurar a recolha, organização e tratamento da informação sobre a atividade da Freguesia, promovendo a sua divulgação/difusão; participar na concepção, produção e seleção, de acordo com o modelo determinado, dos elementos de comunicação gráfica, escrita, visual ou multimédia, necessários para a relação com os públicos e que dão suporte a operações relacionais, incluindo as de cariz promocional; desenvolver contactos regulares com a comunicação social, no sentido de promover as atividades organizadas pela Freguesia; planejar, elaborar, organizar e controlar ações de comunicação para estabelecer, manter e aperfeiçoar o conhecimento mútuo entre entidades ou grupos e o público com que estes estejam direta ou indiretamente relacionados; participar em ações de caráter protocolar; assegurar a gestão das redes sociais e do sítio da Internet da Freguesia em articulação com o serviço de informática, mantendo-o regularmente atualizado e dinâmico, promovendo a recolha de informação junto de todos os serviços e gerindo o envio de informação regular na forma de "newsletter" ou outras; conceber e produzir materiais promocionais (múspis, cartazes, catálogos, folhetos, guias, convites, agendas), publicações monográficas e materiais de divulgação; acompanhar a concepção de imagem e respetiva produção das edições que sejam executadas através de serviços externos, compilando materiais, revendo provas e verificando a impressão. Conceber e preparar exposições de caráter informativo. Participar no desenvolvimento de ações de melhoria da imagem da Freguesia; acompanhar a promoção, divulgação e realização dos eventos e iniciativas de natureza cultural, recreativa, educacional e desportiva; definir procedimentos de recuperação e exploração de informação; apoiar e orientar o utilizador dos serviços; promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação; coordenar e supervisionar os recursos humanos e materiais necessários às atividades a desenvolver e proceder à avaliação dos resultados, podendo participar em júris de procedimentos aquisitivos e/ ou colaborar na elaboração das peças procedimentais de aquisição de bens e serviços; acompanhar o cumprimento adequado dos pressupostos de assunção de despesa.	3	0	0
			Técnico Superior	Licenciatura na área da comunicação e marketing				

Unidades Orgânicas	Sub-Unidades Orgânicas/ atribuições/ competências/ atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de mobilidade/saídas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
		Técnico Superior	Licenciatura em Finanças empresariais, Gestão ou Economia	Analisar propostas de orçamento referentes aos programas orçamentais, acompanhamento técnico e controlo da respectiva execução orçamental e relatório de gestão da Freguesia promovendo a permanente avaliação dos respetivos programas, atividades e projetos; Apoio e colaboração técnica na elaboração dos documentos previsionais, nomeadamente, do orçamento e das grandes opções do plano, nos documentos de prestação de contas e relatório de gestão da Freguesia; proceder à classificação dos documentos de suporte legal e aos registos contabilísticos subjacentes, de acordo com o POCAL; Executar os trabalhos subjacentes aos dados da despesa e da receita e trabalhos de fecho de contas, incluindo a coordenação técnico-administrativa do apuramento dos saldos de gerência e da elaboração e prestação eletrónica das contas no sítio do Tribunal de Contas; Preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	1	0	1
		Assistente Técnico	12.º ano	Funções Administrativas: Desenvolver funções que se enquadram em diretrizes gerais dos membros do Executivo e do dirigente intermédio, no âmbito da Divisão e serviços em que desempenham funções, desenvolvendo, em especial, as atividades relativas ao apoio administrativo, contabilidade, património, aprovisionamento, economato e recursos humanos; Assegurar a transmissão da comunicação entre o executivo, os diversos serviços e os particulares, através do registo, redação, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Assegurar trabalhos de processamento de texto e tratamento de informação, recolhendo e efetuando tratamentos estatísticos elementares para a elaboração de mapas, quadros e informações; Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos ao normal funcionamento dos serviços; As transações financeiras e contabilísticas; Recolher, examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando a sua correção e andamento, através de ofícios e informações, em conformidade com a legislação existente. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	3	1	1
					12	1	2
				Subtotal			
Unidades Orgânicas	Sub-Unidades Orgânicas/ atribuições/ competências/ atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de mobilidade em mobilidade	
		Coordenador Técnico	12.º ano	Coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas na respetiva secção, garantindo uma gestão eficaz e racional dos processos afetos à mesma, coordenando, planificando e desenvolvendo as seguintes funções: No serviço financeiro, as atividades relativas aos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial, em especial, nas áreas de contabilidade, finanças, património, aprovisionamento e tesouraria; efetuar todo o movimento de liquidação de despesas e cobrança de receitas; proceder a levantamentos e depósitos, conferências, registos e pagamentos ou recebimentos em cheque ou numerário; no serviço administrativo, de expediente, atendimento, taxas e licenças, as atividades relativas à gestão administrativa em geral, bem como aos mecanismos de arrecadação das receitas provenientes de taxas e licenças e, em especial, as atividades conexas com os serviços de arquivo, expediente geral, taxas e licenças; distribuição de tarefas pelos trabalhadores que lhe estão afetos, cabendo-lhe emitir diretrizes e orientações para a execução das mesmas; Assegurar a gestão corrente dos seus serviços, equacionando a problemática do pessoal, designadamente em termos de carências de recursos humanos, necessidades de formação e alterações do posicionamento remuneratório nas respetivas categorias por opção gestonária; Atender às necessidades de meios materiais indispensáveis ao funcionamento da secção; Organizar os processos referentes à sua área de competência, informando-os e emitindo pareceres. Atender e esclarecer os trabalhadores, bem como as pessoas do exterior sobre questões específicas da sua vertente de atuação. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	1	1	0
		Assistente Técnico		Funções Administrativas: Desenvolver funções que se enquadram em diretrizes gerais dos membros do Executivo e coordenador técnico no âmbito da secção e serviços em que desempenham funções, desenvolvendo, em especial, as atividades relativas ao apoio administrativo, atendimento telefónico e presencial, arquivo, expediente, taxas e licenças; Assegurar a transmissão da comunicação entre o executivo, os diversos serviços e os particulares, através do registo, redação, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Assegurar trabalhos de processamento de texto e tratamento de informação, recolhendo e efetuando tratamentos estatísticos elementares para a elaboração de mapas, quadros e informações; Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos ao normal funcionamento dos serviços; Recolher, examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando a sua correção e andamento, através de ofícios e informações, em conformidade com a legislação existente. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	7	0	2

	Unidades Orgânicas	Sub-Unidades Orgânicas/atribuições/competências/atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de mobilidade/suítas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
J u n t a d e F r e g u e s i a	Divisão de Intervenção Social	Cargo de Direção Intermediária	Chefe de Divisão	Licenciatura Serviço Social	Para além das competências cometidas por lei aos dirigentes, compete ao Chefe de Divisão de Intervenção Social, definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirige, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; garantir a coordenação das atividades e qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e outros públicos.	1	0	0
					Especialista de Informática			
					Desempenhar funções de conceção e aplicação nas áreas de gestão e arquitetura de sistemas de informação, infraestruturas tecnológicas e engenharia de software, designadamente, as previstas na lei e no Regulamento de Organização dos Serviços. Assegurar a manutenção da rede de dados e da rede de voz nos vários edifícios da Freguesia, monitorizar e eliminar o tráfego de internet e correio eletrónico; Coordenar a manutenção das redes e do parque informático dos jardins-de-infância e das escolas do primeiro ciclo do ensino básico sob responsabilidade da Freguesia.	0	0	1
					Colaborar, também, na definição, desenvolvimento e contratação dos sistemas e tecnologias de informação; Estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática; Participar no planeamento e no controlo de projetos informáticos.			
					Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.			
					Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica enquadradas por diretivas ou orientações superiores.	3	0	0
				Licenciatura em Desporto	Coordenação, organização e execução de atividades na área do desporto em contexto escolar; desenvolvimento de projetos e ações ao nível da intervenção com as associações e coletividades locais; planificação, preparação e operacionalização de campanhas de informação e divulgação de programas, atividades e eventos desportivos, junto dos respetivos públicos-alvo; planeamento, elaboração, organização e controlo de ações desportivas, projetos de desenvolvimento desportivo e projetos de intervenção educativa na comunidade, em geral e na comunidade escolar, em particular; elaborar estudos que suportem propostas de atuação no âmbito das atividades desportivas na Freguesia; orientação, acompanhamento e desenvolvimento de treino de jovens nos vários escalões de formação desportiva e acompanhamento da licenciatura da atividade física e desportiva nas escolas do 1º ciclo do ensino básico da Freguesia; gestão e racionalização de recursos humanos, logísticos e materiais inerentes ao funcionamento das atividades desportivas, elencando as necessidades e acompanhando todo o processo de aquisição e execução dos contratos em colaboração com o serviço de contratação pública; colaboração na planificação, conceção, execução e avaliação de projetos desportivos, com impacto social e cultural; apoio na coordenação das equipas e respetiva distribuição de tarefas, bem como avaliação das condições técnicas no âmbito da realização das atividades; elaboração de planos de atividades e relatórios setoriais, de acordo com as orientações do Executivo.	1	0	0
					Área de atividade: Intervenção Social – Colaborar na conceção, planificação, operacionalização e avaliação de programas e projetos de intervenção social; realizar avaliações psicológicas e acompanhamento psicoterapêutico a crianças, jovens e adultos; elaborar pareceres, informações e relatórios de avaliação e de acompanhamento de crianças, jovens e adultos; Gestão, instrução, acompanhamento e avaliação dos planos estabelecidos no âmbito de execução das medidas de promoção e proteção para a CPCJ; desenvolver funções de estudo, conceção, controlo e apoio ao pelouro (Intervenção social e cidadania); propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas e projetos de intervenção social; proceder ao levantamento das necessidades da Freguesia e propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades; coordenar projetos de estimulação cognitiva sénior.	1	0	0
					Área de atividade: Intervenção Social – Colaborar na conceção, planificação, operacionalização e avaliação de programas e projetos de intervenção social; realizar avaliações psicológicas e acompanhamento psicoterapêutico a crianças, jovens e adultos; elaborar pareceres, informações e relatórios de avaliação e de acompanhamento de crianças, jovens e adultos; Gestão, instrução, acompanhamento e avaliação dos planos estabelecidos no âmbito de execução das medidas de promoção e proteção para a CPCJ; desenvolver funções de estudo, conceção, controlo e apoio ao pelouro (Intervenção social e cidadania); propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas e projetos de intervenção social; proceder ao levantamento das necessidades da Freguesia e propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades; coordenar projetos de estimulação cognitiva sénior.			
					Área de atividade: Intervenção Social – Colaborar na conceção, planificação, operacionalização e avaliação de programas e projetos de intervenção social; realizar avaliações psicológicas e acompanhamento psicoterapêutico a crianças, jovens e adultos; elaborar pareceres, informações e relatórios de avaliação e de acompanhamento de crianças, jovens e adultos; Gestão, instrução, acompanhamento e avaliação dos planos estabelecidos no âmbito de execução das medidas de promoção e proteção para a CPCJ; desenvolver funções de estudo, conceção, controlo e apoio ao pelouro (Intervenção social e cidadania); propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas e projetos de intervenção social; proceder ao levantamento das necessidades da Freguesia e propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades; coordenar projetos de estimulação cognitiva sénior.			
				Licenciatura em Sociologia	Efetuar estudos que detetem carências sociais na comunidade; propor medidas adequadas para resolução dos problemas. Elaborar, organizar, reformular e executar projetos sociais. Efetuar atendimentos, análise e encaminhamento de situações. Aplicação de processos de atuação, tais como entrevista, mobilização dos recursos da comunidade, prospeção social, dinamização de potencialidades a nível individual, interpessoal e intergrupai. Participar em conjunto com outras instituições sociais locais na implementação de estudos, programas e projetos que desenvolvam mecanismos de inclusão social. Colaborar na resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades, provocados por causas de ordem social, física ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e externos, utilizando o estudo, a interpretação e o diagnóstico em relações profissionais, individualizadas, de grupo ou de comunidade. Detetar as necessidades dos indivíduos, famílias ou outros grupos, estudar, conjuntamente com os indivíduos, as soluções possíveis do seu problema, tais como a descoberta do equipamento social de que podem dispor, possibilidade de estabelecer contactos com serviços sociais, obras de beneficência e empregadores. Assegurar todas as ações necessárias ao bom funcionamento dos serviços que necessitem a sua colaboração. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	1	0	0

		Unidades Orgânicas	Sub-Unidades Orgânicas/ atribuições/ competências/ atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de trabalhadores em mobilidade/saídas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
J u n t a d e F r e g u e s i a		Divisão de Intervenção Social e Cidadania			12.º ano	Apoio técnico administrativo no planeamento, organização e controle de ações desportivas, incluindo organização e promoção de eventos e programas desportivos no âmbito da Freguesia; apoio à gestão e racionalização de recursos humanos, logísticos e materiais inerentes ao funcionamento das atividades desportivas; coadjuvação e apoio técnico-administrativo à conceção, organização e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento desportivo e formação desportiva e ao desenvolvimento de projetos e ações ao nível da intervenção com as associações e coletividades; participação no processo de aprovisionamento de recursos necessários à operacionalização de programas, atividades e eventos desportivos, de acordo com os objetivos estabelecidos, identificando as necessidades e acompanhando os procedimentos necessários à formação dos contratos; planificação, preparação e operacionalização de campanhas de informação e divulgação de programas, atividades e eventos desportivos, junto dos respetivos públicos-alvo; participação na organização, operacionalização e monitorização do processo de inscrições/acreditações em programas, atividades e eventos desportivos; operacionalização e monitorização da implementação e controlo de regulamentos de utilização de equipamentos e instalações desportivas; participação na elaboração, de funcionamento e de segurança a respeitar por trabalhadores e utentes; participação na definição e implementação de planos de manutenção de instalações e equipamentos desportivos; É responsável pelos bens e equipamento existentes nas instalações e pela conferência de receitas arrecadadas até à sua entrega na tesouraria. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	1	0	0
				Assistente Técnico	12.º ano	Funções Administrativas: Desenvolver funções que se enquadram em diretivas gerais do Pelouro do Bem estar animal, desenvolvendo, em especial, as atividades relativas ao apoio administrativo, atendimento telefónico e presencial, arquivo, expediente, taxas e licenças; Asssegurar a transmissão da comunicação entre o executivo, os diversos serviços e os particulares, através do registo, redação, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Assegurar trabalhos de processamento de texto e tratamento de informação, recolhendo e efetuando tratamentos estatísticos elementares para a elaboração de mapas, quadros e informações; Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos ao normal funcionamento dos serviços; Recolher, examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando a sua correção e andamento, através de ofícios e informações, em conformidade com a legislação existente. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	0	0	1
					12º Ano	Funções Administrativas: Asssegurar o apoio administrativo da unidade a que pertence, quando aplicável; Recolher informações de natureza bibliográfica, documental, estatística e legislativa ou de jurisprudência, quando aplicável; Elaborar mapas e/ou quadros com dados na área da unidade a que pertence, quando aplicável; Recolher, validar e introduzir dados para posterior tratamento estatístico, quando aplicável; Preparar documentação e demais suportes fundamentais para a atividade do serviço; Proceder à transmissão da comunicação entre diversas unidades, quando aplicável; Arquivar documentação relativa à área da unidade a que pertence, quando aplicável; Proceder ao registo informático de informação diversa, quando aplicável; Proceder ao registo de tempos dos colaboradores afetos à unidade, quando aplicável; Reportar anomalias relacionadas com as atividades desenvolvidas, quando aplicável; Atualizar as bases de dados existentes na unidade a que pertence, quando aplicável; Recolher informações e/ou ofícios na sua área de atuação, quando aplicável; Recedonar, movimentar e encaminhar solicitações, quando aplicável; Recedonar, movimentar e encaminhar expediente, quando aplicável; Proceder ao atendimento telefónico e/ou presencial, quando aplicável; Requisitar, receber e conferir materiais, quando aplicável; Colaborar na implementação e monitorização de projetos, quando aplicável; Responsável pelo cumprimento de todos os requisitos de segurança e do SGGST, na sua atividade. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior. É responsável pelos bens e equipamento existentes nas instalações e pela conferência de receitas arrecadadas até à sua entrega na tesouraria.	1	0	2
						Efetuar no interior e exterior do edifício, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços; Receber e transmitir mensagens, estabelecer ligações telefónicas; Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação e tirar fotocópias. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior. É responsável pelos bens e equipamento existentes nas instalações e pela conferência de receitas arrecadadas até à sua entrega na tesouraria.	0	0	1
				Assistente Operacional	Escolaridade Obrigatória	Transportes e vigilância polidesportivo	5	0	1
							14	0	6
						Subtotal			

Unidades Orgânicas		Sub-Unidades Orgânicas/ atribuições/ competências/ atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de mobilidade/saídas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
J u n t a d e F r e g u e s i a	Divisão do Espaço Público e Licenciamento	Cargo de Direção Intermédia	Chefe de Divisão	Licenciatura (Arquitetura)	Para além das competências cometidas por lei aos dirigentes, compete ao Chefe de Divisão do Espaço Público e Licenciamento, definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirige, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; garantir a coordenação das atividades e qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e outros públicos.	1	0	0
				Licenciatura em Arquitetura	Criar e projetar conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objetos, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respetiva execução; Criar e projetar reabilitação de edificações e regeneração de espaços urbanos. Elaborar informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas; Colaborar na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários, da administração central ou outros; Colaborar na definição das propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitetónicas; Coordenar e fiscalizar a execução de obras; Articular as suas atividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitetura paisagista, reabilitação social e urbana e engenharia. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	2	0	0
					Analisar as diversas componentes do projeto, as memórias descritivas e os cadernos de encargos; efetuar medições e determinar as quantidades de materiais, de mão-de-obra e de serviços necessários, utilizando conhecimentos de desenho, dos materiais e dos processos e métodos de execução de obras; Calcular os valores globais, utilizando, nomeadamente, tabelas de preços. Conceber e realizar planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; Preparar os elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos. Elaborar informações e pareceres de carácter técnico sobre processos e viabilidades de construção, proceder à verificação técnica de conformidade de obras com os respetivos projetos e à sua fiscalização técnica. Elaborar informações técnicas de gestão urbanística; Elaborar informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas.	1	0	0
			Técnico Superior	Licenciatura em Ciências de Engenharia Civil	Promover e colaborar na elaboração dos documentos previsionais, nomeadamente, do orçamento e das grandes opções do plano, nos documentos de prestação de contas e relatório de gestão da Freguesia; Participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental; Proceder à classificação dos documentos de suporte legal e aos registos contabilísticos subjacentes, de acordo com o POCAL. Registrar e controlar o processamento de despesa de remessa, requisição externa ou contrato, bem como ao seu registo à conferência de faturas com as respetivas guias de remessa, procedendo à emissão dos documentos obrigatórios que suportam a realização das despesas; Promover a verificação permanente dos documentos de despesa. Organizar os processos e assegurar a arrecadação de receitas provenientes da Administração Central, de Fundos Comunitários, bem como de outras entidades públicas ou privadas, procedendo à emissão dos documentos contabilísticos obrigatórios subjacentes a estas operações; Proceder à recepção e conferência dos documentos de receita; Promover a verificação permanente do movimento de fundos da tesouraria e dos documentos de receita; Controlar as contas correntes da Freguesia; Efetuar com a periodicidade legal reconciliações de contas correntes da receita; Controlar as contas correntes das instituições bancárias e manter atualizados os mapas de contabilização de empréstimos, caso existam; Coligir os elementos necessários e elaborar guias de pagamento das obrigações fiscais e demais operações de tesouraria; Organizar, controlar e arquivar todos os documentos de receita. Remeter aos organismos centrais ou regionais os elementos determinados por lei; Elaborar estatísticas diversas para apoio da gestão, para informação dos diferentes serviços e entidades externas. Assegurar todo o procedimento relativo ao registo e controlo do Património móvel e imóvel da Autarquia. Assegurar todas as ações necessárias ao bom funcionamento dos serviços que necessitem a sua colaboração. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	0	0	1
		Carreiras Gerais		Licenciatura em Economia				

Unidades Orgânicas		Sub-Unidades Orgânicas/atribuições/competências/atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de ordem de mobilidade/saídas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
J u n t a d e F r e s b u e s i a	Divisão do Espaço Público e Licenciamento	Carreiras não revistas	Assistente Técnico	12.º ano	Funções administrativas Desenvolver funções que se enquadraram em diretivas gerais dos membros do executivo e do dirigente no âmbito dos serviços em que desempenham funções, desenvolvendo, em especial, as atividades relativas ao apoio administrativo, atendimento telefónico e presencial, arquivo, expediente, taxas e licenças; Assegurar a transmissão da comunicação entre o executivo, os diversos serviços e os particulares, através do registo, redação, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Assegurar trabalhos de processamento de texto e tratamento de informação, recolhendo e efetuando tratamentos estatísticos elementares para a elaboração de mapas e quadros; Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos ao normal funcionamento dos serviços; Recolher, examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando a sua correção e andamento, através de ofícios e informações, em conformidade com a legislação existente. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	2	0	0
			Assistente Operacional	Escolaridade Obrigatória	Preparar elementos necessários à obra e às diferentes fases de trabalho; Analisar e avaliar os custos de mão-de-obra e materiais, fazendo o controlo orçamental; Interpretar desenhos, esquemas e outras especificações técnicas; Preparar o posto de trabalho, mantendo em bom estado de conservação as ferramentas, equipamentos, materiais e aparelhagens; Determinar as qualidades e custos dos materiais e de mão-de-obra necessárias para a execução de uma obra; Efetuar medições e determinar as quantidades de materiais, de mão-de-obra e de serviços necessários, utilizando os seus conhecimentos, dos materiais e dos processos e métodos de execução de obras; Organizar os orçamentos e indicar os materiais a empregar nas operações a efetuar; Efetuar a manutenção, conservação e reparações de edifícios, recintos, passelos, mobiliário urbano, e similares; Pintura de paredes e reparação de sinais de trânsito; montagem e desmontagem de estruturas; efetuar reparações várias, no âmbito de pedreiro, de electricidade, de canalização, de ladrilhador, de calceteiro, de carpinteiro, de serralharia, de marcenaria, de pintura e jardinagem; Responsabilizar-se por equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização; Assegurar todas as ações necessárias ao bom funcionamento dos serviços que necessitem a sua colaboração; exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.	4	0	1
			Assistente Operacional	Escolaridade Obrigatória	Funções de auxiliar administrativo Desenvolver tarefas de apoio elementar e de natureza executiva enquadradas em diretivas gerais, bem definidas, do dirigente e responsáveis do serviço em que desempenha funções, designadamente, atividades relativas ao apoio administrativo e atendimento telefónico e presencial, assegurando, ainda, o contacto entre os serviços; Efetuar a receção, registo e entrega de expediente e encomendas e preparar a correspondência a expedir; Transmitir recados e anunciar mensagens; Prestar informações verbais ou telefónicas; Distribuir documentação diversa entre gabinetes e serviços. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	0	1	1
			Fiscais	12.º ano	Funções de fiscalização: Fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, licenciamento, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Prestar informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos nas áreas da sua atuação específica. Verificar o cumprimento das condições constantes dos alvarás emitidos; Fiscalizar o cumprimento dos regulamentos e normas sobre construções particulares; bem como assegurar a sua conformidade com os projetos aprovados; Fiscalizar preventivamente todo o território da freguesia de forma a impedir a construção sem licença administrativa; Elaborar autos de notificação, proceder a notificações, emitir pareceres relacionados com a certificação de factos e efetuar relatórios, com a periodicidade que for determinada, sobre a atividade da fiscalização. Proceder à fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes para comerciantes e utilizadores dos mercados e feiras. Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.	1	0	4
					Subtotal	11	1	7

	Unidades Orgânicas	Sub-Unidades Orgânicas/ atribuições/ competências/ atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Caracterização do posto de trabalho	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho de origem de mobilidade/saídas temporárias (a)	Postos de trabalho criados e não ocupados (vagas)
				Assistente Operacional	Assegurar a limpeza e conservação das instalações; Despejar os contentores de lixo; Proceder à separação dos resíduos; Proceder à limpeza do pó das instalações; Aspirar o chão e/ou tapetes das instalações, quando aplicável; Assegurar a lavagem do chão e/ou tapetes; Assegurar a lavagem de vidros e/ou montras, quando aplicável; Proceder à lavagem de loiça; Realizar limpeza das instalações sanitárias; Realizar limpeza e lavagem de escadas, quando aplicável; Realizar tarefas de arrumação e distribuição, quando aplicável. Posto de trabalho com nível médio de insalubridade nos termos do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro conforme deliberação da Junta de Freguesia em 10/03/2021, ao abrigo do artº 24 da LOE de 2021.	0	0	2
Subtotal						62	2	32
TOTAL						111	7	58
TOTAL						176		



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.: *Carla Pereira*

PROPOSTA Nº 059/JFM/2026

PROPOSTA

Protocolo a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto

Considerando que:

- a) À Freguesia da Misericórdia, no âmbito das respetivas atribuições, compete promover e apoiar a realização de atividades de interesse local, de natureza cultural, lúdica e artística, bem como a dinamização do espaço público, colocando-o ao serviço da Cidade de Lisboa e dos interesses dos seus fregueses e munícipes;
- b) A Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto (ACEBA), com sede na Freguesia da Misericórdia, tem sido parceira da autarquia em diversos eventos, dinamizando ações de âmbito cultural, artístico e recreativo, contribuindo para, de forma integrada e complementar, promover a reanimação cultural do espaço público da Freguesia;
- c) No prosseguimento da sua atividade, a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto promoveu vários eventos e iniciativas de assinalável relevância para a Cidade de Lisboa e, particularmente, para a animação do espaço público do Miradouro de S. Pedro de Alcântara;
- d) A Junta de Freguesia e a ACEBA pretendem estabelecer os termos da parceria a constar de protocolo, para a promoção e apoio à realização de atividades de interesse local e municipal, de natureza cultural, lúdica, artística e de dinamização do espaço público, colocando-o ao serviço da Cidade de Lisboa e dos interesses dos seus munícipes e fregueses;



JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☐ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.:

e) O Protocolo a outorgar rege-se pelo disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 7.º, das alíneas i) e j), do n.º 1, do artigo 9.º e alíneas o), t), e v) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Tenho a honra de propor à Junta de Freguesia delibere:

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas da alínea d), do n.º 2, do artigo 7.º, das alíneas i) e j), do n.º 1, do artigo 9.º e alíneas o), t), e v) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o Protocolo de promoção e de desenvolvimento de atividades culturais e recreativas no Miradouro de S. Pedro de Alcântara, a outorgar com a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto, conforme documento anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos.

Lisboa, 22 de abril de 2026

A Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia

(Carla Almeida)

**PROTOCOLO DE PROMOÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS E
RECREATIVAS NO MIRADOURO DE S. PEDRO DE ALCÂNTARA**

Entre

Freguesia da Misericórdia, pessoa coletiva nº 510 833 349, com sede no Largo Dr. António de Sousa de Macedo nº7D, 1200-153 Lisboa – como Primeira Outorgante;

e

Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto, pessoa coletiva nº 506 804 151, com sede na Travessa da Queimada, n.º 52, 1200-365 Lisboa, e aqui representada pelo Presidente da Direção Hilário Prego de Castro e pelo Tesoureiro João Paulo Marques Dionísio com poderes para o ato – como Segunda Outorgante;

É celebrado o presente protocolo de promoção e apoio à realização de atividades de interesse local e municipal, de natureza cultural, lúdica, artística e de dinamização do espaço público, colocando-o ao serviço da Cidade de Lisboa e dos interesses dos seus munícipes e fregueses, o qual se regerá nos termos da lei, nomeadamente do artigo 7.º e das alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 9.º e alíneas o), t), e v) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que:

1. À **Freguesia da Misericórdia**, no âmbito das respetivas atribuições, compete promover e apoiar a realização de atividades de interesse local, de natureza cultural, lúdica e artística, bem como a dinamização do espaço público, colocando-o ao serviço da Cidade de Lisboa e dos interesses dos seus fregueses e munícipes.
2. A Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto, com sede na Freguesia da Misericórdia, tem sido parceira da autarquia em diversos eventos, dinamizando ações de âmbito cultural, artístico e recreativo, contribuindo para, de forma integrada e complementar, promover a reanimação cultural do espaço público da Freguesia.
3. No prosseguimento da sua atividade, a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto promoveu vários eventos e iniciativas de assinalável relevância para a Cidade de Lisboa e, particularmente, para a animação do espaço público do Miradouro de S. Pedro de Alcântara.

É livremente e de boa-fé celebrado o presente protocolo que se enquadra pelos considerandos *supra* e se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente **Protocolo** tem por objeto a definição dos termos e condições da parceria a estabelecer entre a **Junta de Freguesia da Misericórdia** e a Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto, no sentido da realização de 4 eventos mensais, a realizar durante o ano civil de 2026, conforme a seguinte calendarização:

- 29 de maio a 28 de junho
- 31 de julho a 23 de agosto
- 25 de setembro a 25 de outubro
- 18 de dezembro a 3 de janeiro

2. Nos eventos objeto do presente Protocolo a **Junta de Freguesia da Misericórdia** assume a qualidade de parceiro no evento dos Santos Populares (junho) e do Natal (dezembro).

3. Nos eventos em que a Junta de Freguesia assume a qualidade de parceira, a ocupação do espaço público pela ACEBA não pode exceder os 300m2.

4. Para efeitos da al. b), do n.º 1 da cláusula terceira do presente Protocolo, nos demais eventos, e caso a Junta de Freguesia pretenda associar-se, será deduzido ao montante das taxas devidas pela ocupação do espaço público, a metragem efetivamente ocupada pela Autarquia.

Cláusula Segunda **(Obrigações da Junta de Freguesia)**

Para efeitos do presente **Protocolo**, a **Junta de Freguesia** compromete-se a:

- Autorizar a ocupação do Miradouro de S. Pedro de Alcântara com vista à realização de 4 eventos, de acordo com a calendarização definida na cláusula anterior, mediante o pagamento das taxas devidas;
- Disponibilizar os respetivos logótipos, para efeitos de utilização pela outra Parte na difusão de informação relacionada com o presente Protocolo;
- Divulgar os eventos através dos seus canais de comunicação;
- Definir genericamente os moldes de organização das feiras, designadamente no que respeita à efetiva ocupação do espaço público e na definição da diversidade da oferta em cada evento;
- Cooperar, de um modo geral, para a prossecução dos objetivos visados pelo presente Protocolo;
- Disponibilizar as instalações sanitárias durante os horários de funcionamento dos eventos, garantindo a sua limpeza e a reposição de consumíveis.

Cláusula Terceira **(Obrigações da ACEBA)**

1. A **ACEBA** compromete-se a:

- Apresentar, previamente a cada evento/iniciativa, o POEP respetivo, o qual será objeto de apreciação e de aprovação prévia por parte da Junta de Freguesia;
- Pagar as taxas devidas pela ocupação do espaço público, nos termos regulamentares em vigor;

- c) Publicitar, a suas únicas expensas, os eventos objeto do presente Protocolo, fazendo referência à parceria da **Junta de Freguesia da Misericórdia** e inclusão dos respetivos logotipos nos suportes gráficos de promoção ou divulgação, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação, relativamente à(s) iniciativa(s) em que a Freguesia se assume como parceiro;
- d) Desenvolver e organizar, a suas únicas expensas, as diligências e operações necessárias à organização dos eventos objeto do presente Protocolo, nomeadamente no que se refere à aquisição/aluguer dos *stands* e demais equipamentos;
- e) Assegurar a gestão e o funcionamento dos eventos, nomeadamente atribuindo os lugares de venda, selecionando criteriosamente os feirantes a admitir nas iniciativas, feiras e eventos;
- f) Garantir, a suas únicas expensas, a contratação de todas as entidades necessárias à realização dos eventos;
- g) Realizar e suportar o custo da instalação e montagem e desmontagem dos equipamentos necessários,
- h) Divulgar os eventos através dos seus canais de comunicação;
- i) Adotar todas as medidas e assumir todos os encargos necessários a garantir a segurança de todos os equipamentos que fazem parte das iniciativas;
- j) Proceder, logo após o fim das iniciativas e no prazo máximo de 3 dias uteis, a suas únicas expensas, à reposição das condições infraestruturais pré-existentes às iniciativas, no local onde a mesma se realiza;
- k) Cumprir todas as disposições legais relativas à afixação ou inscrição de publicidade;
- l) Aceitar a organização que seja definida, caso a caso, pela Junta de Freguesia, para a ocupação do espaço onde se implementarão os eventos.

2. Todos os acidentes em que incorram os intervenientes no evento, ou terceiros, nomeadamente assistentes, por conta do mesmo, bem como todos os danos materiais que no decurso do evento possam ocorrer, são da única e exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, assim como também as multas, coimas ou outras penalizações que possam decorrer desta iniciativa.

3. A ACEBA assume, ainda, as seguintes obrigações para com a Junta de Freguesia:

- a) Entregar até 600 (seiscentos) cabazes de Natal para distribuição pela população carenciada residente na Junta de Freguesia;
- b) Garantir, a suas únicas expensas, a iluminação de Natal na área do Bairro Alto e no Miradouro de S. Pedro de Alcântara;
- c) Alocar, no mínimo, 4 (quatro) recursos humanos à limpeza e varrição do mercado e zona condicionada do Bairro Alto, durante a vigência do Protocolo;
- d) Reforçar os recursos humanos afetos à higienização dos Sanitários da Taipas, nos meses de junho e dezembro;
- e) Respeitar o objeto dos contratos de patrocínio que relativamente aos períodos de calendário definidos no presente Protocolo, venham a ser celebrados entre a Junta de Freguesia e entidades terceiras;

f) Ceder, a título gratuito, pelo menos 3 bancas/ stands para as Associações locais, no evento dos Santos Populares a ter lugar no mês de junho.

4. Para efeitos do disposto na al. b) do n.º 1 da presente cláusula, o valor das taxas devidas pelos eventos melhor identificados no n.º 1 da Cláusula Primeira, será objeto de um apuramento inicial, permitindo-se o parcelamento do valor das taxas pelos meses de vigência do protocolo.

5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, com a apresentação do último POEP do ano de vigência do Protocolo, será efetuado o acerto do valor das taxas devidas em função do espaço público efetivamente ocupado com eventos do ano cível em causa, após dedução das taxas já cobradas até essa data.

Cláusula Quarta (Vigência)

1. O presente Protocolo produzirá efeitos durante o ano civil de 2026.
2. O presente Protocolo poderá ser denunciado a todo o tempo por qualquer das partes mediante aviso com antecedência mínima de 30 dias.

Cláusula Quinta (Alterações)

Toda e qualquer alteração ou aditamento ao presente protocolo exige a forma escrita e o acordo das Partes.

Cláusula Sexta (Interpretação e Foro Competente)

1. Em caso de diferendo sobre a interpretação ou incumprimento do presente protocolo, as partes desenvolveram esforços e boa-fé para encontrar uma solução.
2. Em caso de litígio, os outorgantes escolhem, desde já, o foro da Comarca de Lisboa para dirimir quaisquer conflitos com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito e assinado em Lisboa, aos ___ dias do mês de de 2026, em dois exemplares de folhas cada (incluindo o Anexo I), ficando cada um na posse de cada uma das Partes.

Pela Junta de Freguesia da Misericórdia:

Carla Almeida

Presidente da Junta de Freguesia

Pela Associação Comercial e Empresarial do Bairro Alto

Hilário Castro
Presidente

João Dionísio
Tesoureiro



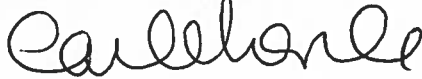
JUNTA DE FREGUESIA
DA MISERICÓRDIA

Reunião de Executivo 22/04/2026

Deliberação _____

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

☐ Manter na ordem dos trabalhos

Ass.: 

PROPOSTA Nº 063/JFM/2026

PROPOSTA

Isenção do pagamento de taxas por força das consequências do mau tempo provocados pelas tempestades “Kristin”, “Leonardo” e “Marta”

Considerando que:

- a) As condições climatéricas e as consequências provocadas pelo denominado “comboio de tempestades” no período compreendido entre a madrugada de 28 de janeiro e 8 de fevereiro (depressão Kristin, Leonardo e Marta) determinaram a impossibilidade temporária de muitas atividades decorrente dos constrangimentos causados pelo mau tempo;
- b) A excecionalidade da situação e o impacto que a mesma teve na economia local, fundamenta a adoção de uma medida, também ela excecional, de apoio, designadamente ao nível da ocupação do espaço público;
- c) Nos termos do artigo 9.º, n.º 1 al. d), compete à Assembleia de Freguesia sob proposta da Junta de Freguesia, aprovar as taxas e os preços da freguesia e fixar o respetivo valor, sendo, por maioria de razão, também competente para a sua isenção.

Tenho a honra de propor que a Junta de Freguesia delibere:

1 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, de acordo com o disposto al. d), do n.º 1, do artigo 9.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a isenção das taxas devidas pela ocupação do espaço público no período de 28 de janeiro a 08 de fevereiro.

2 – Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia que à luz do princípio da equidade, esta isenção seja também extensiva ao Marítimo Lisboa Clube, no período compreendido entre 01 e 11 de janeiro de 2026, período da prorrogação do evento de Natal, prorrogação essa decorrente do mau tempo de dezembro.

Lisboa, 22 de abril de 2026

A Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia


(Carla Almeida)



Recomendação

Alteração de Protocolo de Promoção e Desenvolvimento de Atividades Culturais e Recreativas no Miradouro de S. Pedro de Alcântara

No âmbito da análise do Protocolo de Promoção e Desenvolvimento de Atividades Culturais e Recreativas no Miradouro de S. Pedro de Alcântara, verifica-se algumas inconformidades.

1. Assegure a coerência temporal do Protocolo, promovendo:
 - A retificação da Cláusula Quarta (Vigência), de forma a abranger o período efetivo das atividades, incluindo a extensão até ao dia 3 de janeiro de 2027.
 - A reformulação da calendarização constante da Cláusula Primeira, garantindo que todas as atividades terminam até 31 de dezembro de 2026.
2. Defina critérios claros, transparentes e públicos para a participação de associações locais, nomeadamente no que respeita à cedência dos lugares previstos, assegurando igualdade de oportunidades, preferencialmente através de procedimentos de candidatura pública.
3. Clarifique o regime de taxas aplicável, incluindo:
 - A eventual sujeição da entidade promotora ao pagamento de taxas de ocupação do espaço público;
 - A identificação de isenções, reduções ou contrapartidas associadas ao Protocolo.



4. Especifique o período efetivo de ocupação do espaço público, incluindo obrigatoriamente os tempos de montagem e desmontagem, assegurando a sua contabilização para todos os efeitos legais e regulamentares.
 - 4.1. Especificar se as datas incluem as montagens e desmontagens, se não devem incluir.
5. Prestar esclarecimentos sobre a ocupação do miradouro ocorrida desde janeiro de 2026, designadamente quanto ao enquadramento legal adotado, pagamento de taxas e contrapartidas para a freguesia.
6. Garantir o princípio da não ocupação prolongada e contínua do espaço público, promovendo a redução do número de dias de ocupação ou a criação de intervalos que salvaguardem o usufruto pleno do miradouro pela população.
7. Assegure a igualdade de acesso ao espaço público, clarificando:
 - Os procedimentos aplicáveis a pedidos de outras associações da freguesia da Misericórdia, conforme anexo I;
 - A inexistência de regimes de exclusividade;
 - A aplicação de critérios uniformes e transparentes na análise dos pedidos.
8. Disponibilize informação sobre a prática administrativa da Junta, incluindo exemplos de pedidos de utilização de espaços públicos por outras entidades e respetivos critérios de decisão, promovendo a transparência e a confiança institucional.
9. A celebração do presente protocolo com esta entidade não deverá assumir outros eventos da mesma em outras locais da freguesia.



Assim, a eleita do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida a 29 de abril de 2026, que:

- **Exista uma reformulação do Protocolo apresentado:**
 1. **Assegurar a igualdade de Acesso a outras entidades ao espaço público;**
 2. **Clarificar o regime das Taxas aplicáveis;**
 3. **Disponibilizar informação sobre a prática administrativa da Junta de Freguesia da Misericórdia, promovendo assim, os respetivos critérios de decisão, e de transparência e a confiança institucional.**
 4. **Em caso de aprovação desta recomendação o CDS-PP aprovará o protocolo apenas após a sua alteração.**

Lisboa, 29 de abril de 2026

A eleita do CDS-PP na AF de Misericórdia

Ana Filipa Trem

FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

Lista de Associações (formais e informais), Colectividades e Grupos Culturais e Desportivos

- Agrupamento de Escuteiros 48 – Santa Catarina
- Agrupamento de Escuteiros 49 – Mercês
- Almada Negreiros e Sara Afonso - Associação Cultural
- Associação 25 de Abril
- Associação Centro Intercultura Cidade
- Associação de Comerciantes do Bairro Alto
- Associação de Moradores - A Voz do Bairro
- Associação de Moradores da Misericórdia - AMBA
- Associação de Pensionistas Reformados e Idosos da Freguesia das Mercês – APRIM
- Associação Desenvolvimento Comunitário das Mercês – ADECO
- Associação José Afonso
- Aqui Mora Gente
- B.Leza Associação
- Casa do Brasil de Lisboa
- Centro Social de São Boaventura
- Centro Social e Paroquial de Santa Catarina
- Clube BAUTB (BA United)
- Clube de Futebol Santa Catarina
- Clube Naval de Lisboa
- Filhos de Lumière
- Grupo de Teatro Cão Solteiro
- Grupo Desportivo Zip Zip
- Grupo Excursionista Vai Tu
- Lisboa Clube Rio de Janeiro

- Marítimo Lisboa Clube
- Náutico Clube Boa Esperança
- Núcleo Fraternidade Nuno Alvares de Santa Catarina
- Teatro Griot
- Teatro Praga